

# Incipit

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2020 | 12<sup>a</sup> EDIÇÃO



COORDENAÇÃO DE

ANA CLARINDA CARDOSO, ANDREA MARIANI,

LEANDRO FERREIRA, PEDRO MONTEIRO E RÚBEN FILIPE CONCEIÇÃO

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

BIBLIOTECA DIGITAL, 2021

Grupo Informal de História Medieval  
Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal  
[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

***Incipit 9***  
***Workshop de Estudos Medievais da  
Universidade do Porto, 2020***

COORDENADORES

**Ana Clarinda Cardoso**

CITCEM – Universidade do Porto/CHAM – FCSH-UNL

**Andrea Mariani**

CITCEM – Universidade do Porto

**Leandro Ferreira**

CEPESE – Universidade do Porto

**Pedro Monteiro**

IF (SMELPS) – Universidade do Porto

**Rúben Filipe Teixeira da Conceição**

Universidade do Porto

Porto, 2021

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8969-77-4

Apoio:



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

## **Ficha técnica**

Título: Incipit 9. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2020

Coordenadores: Ana Clarinda Cardoso, Andrea Mariani, Leandro Ferreira, Pedro Monteiro, Rúben Filipe Teixeira da Conceição,

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2021

ISBN: 978-989-8969-77-4

Capa: Ana Clarinda Cardoso

Composição e paginação: Pedro Monteiro

Revisores Científicos:

Ana Cristina de Sousa (U. Porto),

Cristina Sobral (U. Lisboa)

Isabel Almeida (U. Lisboa)

Joana Sequeira (U. Porto)

Luís Miguel Duarte (U. Porto)

Maria Joana Gomes (U. Porto),

Maria João Silva (U. Porto), à

Maria do Rosário Ferreira (U. Coimbra)

Mário Farelo (FCSH-UNL)

Susana Gómez Martínez (U. Évora)

Grupo Informal de História Medieval

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

## Sumário

Lista de autores ..... **5**

INCIPIT – Apresentação..... **6**

**Ana Clarinda Cardoso, Andrea Mariani, Leandro Ferreira, Pedro Monteiro e Rúben Filipe Conceição**

Clérigos e religiosos nas capelas da família real (1385-1449) ..... **7**

**André Rodrigues**

Rui de Pina, um Cronista Global: Projeto de Doutoramento..... **15**

**Jorge António Araújo**

Tejiendo en casa: actividades textiles y espacios domésticos en al-Andalus (ss. XII-XIII)..... **29**

**José María Moreno Narganes**

Estudio paleográfico de las inscripciones de la pintura valenciana (ss. XIII-XVI) ... **45**

**Julio Macián Ferrandis**

Cosmos y caos en el arte y la literatura medievales: los demonios y el Jeu d' Adam (siglos XII y XIII) ..... **59**

**Laura Méndez Vergel**

Mulheres e exercício do poder régio e senhorial no reino Leonês-Castelhano (séculos XI-XII) ..... **67**

**Luisa Tollendal Prudente**

La influencia del saber científico en la lírica italiana de los orígenes al Trecento..... **81**

**Paula Pérez Milán**

## **Lista de autores**

### **André Rodrigues**

Universidade do Porto

### **Jorge António Araújo**

Universidade do Porto

### **José María Moreno Narganes**

Universidad de Alicante

### **Julio Macián Ferrandis**

Universitat de València

### **Laura Méndez Vergel**

Universidad de Santiago de Compostela

### **Luísa Tollendal Prudente**

Universidad de Valladolid

### **Paula Pérez Milán**

Università di Siena / Sorbonne Université-Paris IV

## **INCIPIT – Apresentação**

O volume 9 da Incipit reúne sete textos que fizeram parte do XII Workshop de Estudos Medievais, realizado nos dias 2 e 3 de abril de 2020. O WEM é um encontro científico anual organizado pelo Grupo Informal de História Medieval (GIHM) cujo objetivo central passa pela apresentação e discussão de projetos de teses em curso, sejam de mestrado ou de doutoramento, dentro das mais variadas disciplinas que compõe os Estudos Medievais.

Decorrendo normalmente de forma presencial, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 12<sup>a</sup> edição do workshop aconteceu de forma inteiramente virtual, devido aos constrangimentos associados à Pandemia da Covid-19, sem que isso tenha interferido no principal intuito do workshop, que assenta quer na análise de especialistas aos projetos apresentados, quer nos comentários cruzados entre os participantes do workshop. Por esta razão, cabe-nos este ano deixar aqui um especial agradecimento aos Professores e Investigadores que leram e analisaram os trabalhos dos participantes no XII WEM, permitindo que se reúnam agora alguns dos textos aí apresentados, entretanto enriquecidos e melhorados precisamente a partir dos comentários de que beneficiaram. Assim, os nossos maiores agradecimentos dirigem-se à Professora Ana Cristina de Sousa (U. Porto), à Professora Cristina Sobral (U. Lisboa), à Professora Isabel Almeida (U. Lisboa), à Doutora Joana Sequeira (U. Porto), à Doutora Maria Joana Gomes (U. Porto), à Doutora Maria João Silva (U. Porto), à Professora Maria do Rosário Ferreira (U. Coimbra), ao Doutor Mário Farelo (FCSH-UNL), à Professora Susana Gómez Martínez (U. Évora), bem como ao também responsável científico do WEM, Professor Luís Miguel Duarte (U. Porto).

Importante é, para além dos nomes arrolados, deixar ainda aqui palavras de agradecimento a outros nomes e entidades que possibilitaram a concretização destes dois projetos: aos participantes na edição de 2020 do workshop; ao Dr. João Emanuel Leite, que uma vez mais viabilizou a publicação da Incipit na Biblioteca Digital da FLUP; à direção do Mestrado em Estudos Medievais e do Doutoramento em História da FLUP; à diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; à Reitoria da Universidade do Porto; à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); e à Associação de Estudantes da FLUP.

Porto, fevereiro de 2021

Ana Clarinda Cardoso  
Andrea Mariani  
Leandro Ferreira  
Pedro Monteiro  
Rúben Filipe Conceição

## **Clérigos e religiosos nas capelas da família real (1385-1449)**

André Rodrigues  
*Universidade do Porto*

### **Resumo:**

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de investigação, no âmbito da nossa dissertação de mestrado, sobre capelães, confessores e esmoleres ao serviço da família real portuguesa entre 1385 e 1449. Através da recolha, sistematização e análise de informações prosopográficas, sobretudo no que diz respeito à sua formação académica, observância religiosa e benefícios colhidos ao serviço da coroa, tentaremos reconstituir as vidas e carreiras destes religiosos. Partindo dos seus percursos individuais, procuraremos encontrar tendências e paralelismos que caracterizem o conjunto destes servidores régios, o que nos permitirá obter uma definição aproximada das suas funções. Para tal, contamos com um conjunto de fontes, manuscritas e editadas, maioritariamente de origem régia, e com os contributos de bibliografia nacional e estrangeira. No final, esperamos obter uma melhor compreensão sobre o papel desempenhado por estes homens, tanto na Capela Real como nas capelas dos restantes elementos da família real.

### **Palavras-chaves:**

capelães; confessores; esmoleres; família real.

### **Abstract:**

The aim of this article is to present a research proposal, in the context of our Master's thesis, on chaplains, confessors and almoners at the service of the Portuguese royal family between 1385 and 1449. Through the collection, systematization and analysis of prosopographic information, especially with regard to their academic formation, religious observance and the benefits obtained by the service to the crown, we will try to reconstitute the lives and careers of these clergymen. Starting from their individual paths, we will try to find trends and parallelisms that characterize these royal servants, which will allow us to obtain an approximate definition of their functions. For this purpose, we have a set of sources, handwritten and edited, mostly of royal origin, and contributions from national and foreign bibliography. In the end, we hope to gain a better understanding of the role played by these men, both in the Royal Chapel and in the chapels of the other members of the royal family.

### **Keywords:**

chaplains; confessors; almoners; royal family.

### **1. TEMA, OBJETIVOS E PROBLEMAS**

O tema que pretendemos desenvolver na nossa dissertação de mestrado é protagonizado pelos homens da igreja, leia-se clérigos seculares ou regulares, que entre o reinado de D. João I e a regência do Infante D. Pedro, se encontravam próximos do monarca e da família real portuguesa, prestando serviços ou desempenhando algum ofício na corte. Entre eles, destacam-se as figuras dos capelães, dos confessores e dos esmoleres, que gravitavam em torno do Rei, da Rainha e dos restantes elementos da família real. Limitamos a nossa análise a estas três posições pois são aquelas cujas funções, para além de serem marcadamente espirituais, permitiam ou implicavam uma maior proximidade junto das esferas do poder. Além disso, estes encontravam-se inseridos na corte régia, sobretudo na Capela Real, no caso dos capelães e do esmoler, mas também na Câmara do Rei, no caso dos confessores. São estes

clérigos que se moviam no ambiente cortesão, onde se cruzavam frequentemente as realidades política e religiosa que procuraremos estudar.

O primeiro passo do nosso percurso passa pela identificação de todos aqueles que correspondem ao desempenho dos ofícios mencionados. Procuramos saber quem eram estes homens, qual a sua proveniência institucional, qual a sua formação académica e qual o seu período de atividade. De seguida, procuraremos compreender as suas carreiras, quer antes de alcançarem o serviço real, quer durante o exercício das suas funções, para podermos dar resposta a questões relacionadas com o acesso ao serviço real, as características das funções delegadas e as benesses obtidas graças ao cumprimento destas. Em paralelo, será também importante refletir até que ponto estas carreiras eram condicionadas pelo serviço real (como elemento diferenciador) ou se o seu desenvolvimento era autónomo da proximidade régia.

Após identificar as trajetórias individuais destes eclesiásticos, analisaremos a sua presença e atividade junto da corte, no desempenho de diversas funções espirituais. O escrutínio desta característica comum ao conjunto de indivíduos estudados, permitirá assinalar as diferenças atribuídas ao exercício dos diferentes ofícios. Assim, seremos capazes de, por um lado, estabelecer as características identificadoras dos diversos cargos, e, por outro, estabelecer possíveis hierarquias dentro de cada uma destas funções (confessor-mor/confessor; capelão-mor/capelão e esmoler-mor/esmoler) mas, também, entre estas funções (confessor, capelão e esmoler).

Haverá ainda espaço para um último objetivo que pretende analisar, como um todo, as características e os percursos destes homens de modo a identificar, ou não, paralelismos que se refletem ao longo dos diversos reinados abrangidos por este estudo. Estas linhas de continuidade podem ser identificadas em diversas vertentes: a permanência dos mesmos clérigos entre os reinados, a transição de clérigos entre o serviço de diferentes elementos da família real, a formação intelectual destes clérigos, a representação das diferentes obediências religiosas (entre seculares e regulares), o desempenho de funções políticas, entre outros fatores.

Relativamente aos desafios e problemas deste tema, podemos dizer que são vários e de diferentes categorias. O primeiro deve-se à escassez e à tipologia das fontes em que se encontram testemunhos da existência destes clérigos. Não dispomos, para o período em estudo, de nenhum corpo documental especialmente rico em referências a qualquer um dos ofícios clericais desempenhados na corte régia. A própria natureza destas funções, nomeadamente a de confessor, não terá sido propícia à preservação de fontes documentais referentes ao seu exercício. As referências identificadas encontram-se, assim, dispersas por um conjunto alargado de fundos e tipologias documentais, que, por vezes, nos concedem informações de difícil conjugação e interpretação.

Outro problema significativo encontra-se relacionado com a dificuldade em estabelecer uma separação clara entre a atuação política destes clérigos e as suas funções espirituais. A grande proximidade destes homens com o rei e a família real, geradora de uma possível influência política, conjugada com a sua presença e atividade na corte, possibilitadas pelo exercício das funções religiosas, cria uma realidade de difícil interpretação<sup>1</sup>. Dificuldade que é agravada pela inexistência de fontes, nomeadamente epistolares, que nos permitiriam conhecer as relações privadas entre os monarcas e os clérigos ao seu serviço. Esta lacuna leva a que as conclusões de um estudo destes clérigos sejam sobretudo políticas e prosopográficas. Os resultados no campo das sensibilidades religiosas são obtidos através de deduções provenientes da conjugação de dados referentes aos percursos de cada clérigo, que manifestam as preferências da família real.

---

<sup>1</sup> Guillermo Arquero Caballero, “El discurso moral y penitencial del confesor del rey: análisis teórico de la moralidad y espiritualidade régia en la Castilla bajo medieval” in *Oeuvrer pour le salut: Moines, chanoines et frères dans la péninsule Ibérica au Moyen Âge* (Madrid: Casa de Velázquez, 2019) 221. <https://books.openedition.org/cvz/9151>

## 2. CRONOLOGIA E ESPAÇO.

Em termos cronológicos, estabelecemos a nossa baliza entre os anos de 1385 e 1449, ou seja, entre a subida ao trono de D. João I e o termo da regência do Infante D. Pedro, durante os primeiros anos de reinado de D. Afonso V. Esta periodização encontra diversas justificações, entre elas, os acontecimentos marcantes que se sucedem nos anos de 1385 e 1449, nomeadamente o início de um novo ciclo dinástico<sup>2</sup> e a morte de uma das figuras politicamente mais ativas do século XV português, o Infante D. Pedro<sup>3</sup>. Referimos também as características da espiritualidade deste período, com a introdução das novas observâncias e o desfecho do cisma da Igreja, em 1417<sup>4</sup>. Além disso, sendo este um projeto para uma dissertação de mestrado, com um período de conclusão limitado, procurámos definir limites cronológicos pertinentes, que possibilitessem um estudo de fundo sobre esta questão. O alargamento do período em análise implicaria um estudo menos profundo e coerente, tendo em conta o volume documental que marca o reinado de D. Afonso V.

## 3. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO.

Os clérigos dos reis portugueses dos séculos XIV e XV ainda não mereceram, por parte da historiografia portuguesa, uma atenção significativa. A exceção são alguns artigos científicos ou alguns parágrafos em obras de maior fôlego, pelo que se desconhece ainda muita da potencial importância que estas figuras teriam, em questões políticas, culturais ou espirituais.

Uma colaboração importante para o estudo dos eclesiásticos presentes na corte foi feita por Rita Costa Gomes<sup>5</sup>. Na sua obra, dedica alguns subcapítulos ao tema, fazendo um elenco e uma análise de alguns dos mais conhecidos clérigos, e dos serviços que estes prestavam à família real, representados na corte portuguesa quatrocentista. É descrita a sua presença minoritária na corte, comparativamente a períodos anteriores, sendo referidos os dois polos de atração mais significativos para os clérigos: a Capela Régia e a Câmara Real, seguidos do Desembargo e do Conselho. Na Capela Régia, a autora refere a importância do ofício de Capelão-mor, desempenhado quase exclusivamente por clérigos seculares, e o de Esmoler-mor, intimamente ligado aos abades do mosteiro de Alcobaça. Em relação aos confessores, Rita Costa Gomes liga a sua presença, na grande maioria frades mendicantes, junto das esferas do poder real com os movimentos observantes de reforma sentidos na época. Nesta obra, a ação dos confessores régios é inserida no âmbito da Puridade, mais próxima da Câmara Real do que da Capela Real, sendo atribuída importância à técnica de confissão auricular e às reflexões sobre a penitência características destes frades.

Outro importante contributo de Rita Costa Gomes foi a análise comparativa focada no funcionamento das capelas reais das diferentes monarquias ibéricas ao longo da Baixa Idade

<sup>2</sup> Sobre a crise sucessória e o período de 1383-1385 veja-se: Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV: a sucessão de D. Fernando* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960); António Borges Coelho, *A revolução de 1383: tentativa de caracterização* (Lisboa: Caminho, 1984); Luís Adão da Fonseca, *O essencial sobre o Tratado de Windsor* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986); Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I: o que recolheu Boa Memória* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

<sup>3</sup> Sobre a regência do Infante D. Pedro e a Batalha de Alfarrobeira veja-se: Humberto Baquero Moreno, “A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado”, *Revista de Ciências do Homem*, série B, vol. VI (1973); Luís Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982), sobre tudo para o conceito de “Ciclo de Alfarrobeira”; Saul António Gomes, *D. Afonso V: O Africano* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

<sup>4</sup> Sobre os efeitos e consequência do Cisma de 1378 em Portugal veja-se o estudo clássico de Júlio Cesar Baptista, “*Portugal e o Cisma do Ocidente*”, *Lusitânia Sacra*, vol. 1 (1956) pp. 65-203.

<sup>5</sup> Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* (Linda-a-Velha: Difel, 1995).

Média<sup>6</sup>. Neste artigo, a autora procura encontrar uma definição comum para a “Capela Real”, enquanto define os limites e os traços diferenciadores entre os vários casos estudados.

Abordando o tema específico dos confessores régios, e a cronologia em causa, os trabalhos pioneiros de João Marques, “Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias: espiritualidade e política”<sup>7</sup> e “D. Duarte e a complexidade de um breve reinado: a consciência do monarca e as responsabilidades do confessor régio”<sup>8</sup> onde estão sintetizadas as problemáticas relacionadas com estes homens, não deixando o autor de levantar questões e de tecer considerações que, a nosso ver, são uma mais valia para a temática. Embora não faça um levantamento exaustivo de todos os que ocuparam esta função dentro da cronologia estabelecida, este conseguiu traçar os contornos do ofício de confessor régio, sugerindo a elevada importância e influência destes homens. Do mesmo autor existe um trabalho mais extenso que estuda os confessores da corte portuguesa para uma cronologia posterior, nomeadamente para o período compreendido entre 1550 e 1700<sup>9</sup>.

Maria Helena da Cruz Coelho contribuiu para o conhecimento sobre o tema, dedicando-lhe um artigo focado no estudo dos membros da capela de D. João I. A autora elenca os clérigos que integravam a capela régia, descrevendo as funções dos seus principais membros, como capelães e esmoleres. É também referida a atividade de alguns dos confessores do monarca, apresentando indícios da importância e do poder que este cargo proporcionava, através de exemplos em que estes homens aproveitaram a sua proximidade com o rei para obterem privilégios para si ou para as suas casas de origem. Neste artigo, a autora analisa ainda a influência que estes clérigos teriam junto do monarca, graças ao exercício das suas funções espirituais, por natureza, e políticas em consequência da sua inserção na esfera cortesã<sup>10</sup>.

Devemos também referir os vários trabalhos de António Domingues de Sousa Costa, em torno de temas da igreja medieval portuguesa, que contêm dados relativos aos percursos de muitos dos clérigos que pretendemos estudar. Entre esses contributos selecionamos aqueles referentes à cronologia estudada, tendo sido recolhidas informações dispersas sobre os religiosos que serviram a família real<sup>11</sup>. Deste autor contam-se ainda numerosos estudos com documentação editada, sobretudo de origem pontifícia, que mereceram a nossa atenção, entre os quais destacamos os volumes da *Monumenta Portugaliae Vaticana*<sup>12</sup>.

Para além dos contributos anteriormente mencionados, existem outros que não abordam diretamente o tema dos “clérigos do rei”, mas que, tratando de temas mais latos da história religiosa, cultural ou política, foram também essenciais para completar as lacunas do nosso saber sobre a temática<sup>13</sup>.

<sup>6</sup> Rita Costa Gomes, “The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences”, *The Medieval History Journal* 12, 1 (2009): 77-111.

<sup>7</sup> João Francisco Marques, “Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias”, Espiritualidade e Corte, sécs. XVI-XVIII, Anexo V da *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Línguas e Literaturas* (1993): 53-60.

<sup>8</sup> João Francisco Marques, *D. Duarte e a complexidade de um breve reinado: a consciência do monarca e as responsabilidades do confessor régio* (Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 1996).

<sup>9</sup> João Francisco Marques, “Os Jesuítas, confessores da Corte portuguesa na época barroca (1550-1700)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, nº12 (1995): 231-270.

<sup>10</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “The Royal Chapel during the reign of king João I (1385-1433): the role of its clergyman”, *Cuadernos de Estudios Gallegos* 62, nº128 (Jan/Dez 2015): 83-105.

<sup>11</sup> Referimos: António Domingues de Sousa Costa, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa: do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo* (Braga: Editorial Franciscana, 1960); António Domingues de Sousa Costa, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. (Roma/Porto: Editorial Franciscana, 1967); António Domingues de Sousa Costa, “Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* vol. 3, nº1. (1969) 1-157; António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. (Bolonha: [s.n], 1990).

<sup>12</sup> António Domingues de Sousa Costa - *Monumenta Portugaliae Vaticana* (Braga: Editorial Franciscana) vol. I, III-1, III-2 e IV. 1968-1982.

<sup>13</sup> Refiram-se alguns contributos referentes ao estudo de frades mendicantes: António Joaquim Dias Dinis, “Ainda sobre a identidade de Frei João Verba”, *Itinerarium* 3, nº. 16 e 17 (1957): 479-490; António Joaquim Dias Dinis, “Quem era João Verba, colaborador literário de el-Rei D. Duarte e do Infante D.

Esta situação contrasta vivamente com a realidade historiográfica em Espanha, onde existem estudos de grande importância. Entre estes destacamos os estudos de David Nogales, que estabelece uma síntese do quadro evolutivo da função de confessor real em Castela, no período entre 1230 e 1504<sup>14</sup>, ou o seu estudo “Las Capillas y Capellanías Reales Castellano-Leonesas en la Baja Edad Media”, em que procura caracterizar a capela real castelhana<sup>15</sup>. Sobre os confessores, destacamos as contribuições de Guillermo Arquero Caballero, que dedica a sua tese de doutoramento ao estudo dos confessores reais durante a dinastia Trastâmara<sup>16</sup>. Outros dois importantes contributos estrangeiros para o estudo deste tema encontram-se na obra de Georges Minois<sup>17</sup>, que traça o percurso dos confessores régios franceses desde os fundadores da monarquia franca até à época contemporânea, e no estudo de Xavier de la Selle, que aborda os confessores e esmoleres dos reis da França entre o século XIII e XV<sup>18</sup>. Para os restantes reinos europeus, abundam também os estudos relativos às capelas reais e aos clérigos que orbitavam em torno da figura régia, sendo que referimos apenas alguns exemplos dentro do enorme leque de contributos<sup>19</sup>.

#### 4. FONTES.

O estudo final terá por base um vasto conjunto de fontes, inéditas e publicadas, de origem régia e/ou eclesiástica. No conjunto de fontes inéditas incluímos, essencialmente, documentos régios, como os documentos da Chancelaria Régia de D. Afonso V<sup>20</sup> referentes à cronologia estudada e os dois Livros de Reis inseridos na coleção da Leitura Nova<sup>21</sup>, e documentos de fundos eclesiásticos de instituições associadas ao conjunto de clérigos estudados, entre outros documentos avulsos que contenham informações relativas ao nosso objeto de estudo. Estas coleções e fundos documentais foram consultadas com o apoio de índices e bases de dados, não tendo sido possível fazer um levantamento exaustivo das mesmas.

---

Pedro?”, *Itinerarium* 2, nº 10 e 11 (1956): 424-497; Francisco Félix Lopes, “Franciscanos portugueses pretridentinos escritores, mestres e leitores”, *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiasticas en España* 7 (1979): 451-508; António do Rosário, “Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV”, *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiasticas en España* 7 (1979): 509-598.

<sup>14</sup> David Rincón Nogales, “Confesar al rey en la Castilla bajomedieval (1230-1504)” in *Pecar en la Edad Media*, coord. Ana Isabel Carrasco Machado; María del Pilar Rábade Obradó (Madrid: Sílex, 2008), 55-79.

<sup>15</sup> David Rincón Nogales, “Las capillas y capellanías reales castellano-leonesas en la Baja Edad Media (siglos XIII-XV): algunas precisiones institucionales”, *Anuario de Estudios Medievales* nº 35/2 (2005): 737-766.

<sup>16</sup> Guillermo Fernando Arquero Caballero, “El confesor real en la Castilla de los Trastamara: 1366-1504” (Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, 2016).

<sup>17</sup> Georges Minois, *Le confesseur du roi : Les directeurs de conscience sous la monarchie française* (Paris : Fayard, 1988).

<sup>18</sup> Xavier de La Selle, *Le service des âmes à la cour : confesseurs et aumôniers des rois de France du XIIIe au XVe siècle* (Paris : École des Cartes, 1995).

<sup>19</sup> Veja-se: David Nogales Rinón, *La representación religiosa de la Monarquía castellano-leonesa: la Capilla Real (1252- 1504)* (Madrid: Facultad de Geografía y Historia Universidad Complutense de Madrid, 2009); José Manuel Nieto Soria, “La capilla real castellano-leonesa en el siglo XV”, *Archivos Leoneses*, 85-86 (1989) pp. 7-54; Óscar Villarroel González, “Capilla y capellanes reales al servicio del rey en Castilla. La evolución en época de Juan II (1406-1454)”, *En la España Medieval*, vol. 31 (2008) pp. 309-356; Françoise Robin, “Les chapelles seigneuriales et royales françaises au temps de Louis XI”, *La France de la fin du XVe Siècle: Renouveau et apogée* (Paris: Editions du CNRS, 1985) pp. 237-252 ; Claudine Billot, “Les saintes-chapelles du XIIIe au XVIe siècles. Approche comprarée du coût de ces fondations dynastiques”, *L'Eglise et le château, Xe-XVIII siècle* (Bordéus: Sud- Ouest, 1988) pp. 95-114 ; Ian Bent, “The English Chapel Royal before 1300”, *Proceedings of the Royal Musical Association* 90th Session (1963-1964) pp. 77-95. Nicole Reinhardt, “Spin doctor of conscience? The royal confessor and the Christian prince”, *Renaissance Studies*, vol. 23, nº 4 (2009) pp. 568-590.

<sup>20</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*.

<sup>21</sup> A.N.T.T., *Leitura Nova 1504/1552, Livro 1 de Reis e Livro 2 de Reis*.

No que respeita à documentação publicada, refiram-se as coletâneas com contributos relativos aos séculos XIV e XV (*Monumenta Henricina*, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, *Descobrimentos Portugueses*), o *Livro dos Conselhos* de D. Duarte, os volumes das *Chancelarias Régias* de D. João I e de D. Duarte, os textos cronísticos régios referentes ao século XV (Fernão Lopes, Rui de Pina, Gomes Eanes Zurara, Duarte Nunes Leão; Gaspar Dias de Landim; Frei João Álvares). Destacamos também a utilização de fontes de origem religiosa, como o *Agiológico Lusitano*<sup>22</sup>, as *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*<sup>23</sup>, a *História de São Domingos*, de fr. Luís de Sousa<sup>24</sup>, e a primeira parte da *Crónica de Cister*<sup>25</sup>.

Do fundo documental analisado, os documentos régios são aqueles que nos permitem um conhecimento mais objetivo da vivência entre os monarcas e os clérigos que os serviam, e dos benefícios que estes colhiam desses serviços. Procurámos nestas fontes os atos em que se encontram, direta ou indiretamente, envolvidos os clérigos do rei, quer como beneficiários de alguma benesse régia, quer por qualquer outro motivo que levou a que o seu nome ou cargo fosse mencionado.

Nos fundos das instituições eclesiásticas associadas ao percurso dos clérigos régios, procuramos informações sobre a influência que poderá ter sido exercida pelo poder real junto dessas intuições, assim como dados sobre os clérigos já identificados.

Relativamente às fontes literárias, as crónicas constituem um enorme desafio interpretativo e de análise<sup>26</sup>. Porém, todas contribuem significativamente com informações relevantes para os nossos objectivos. Um levantamento de todos os episódios que são protagonizados ou onde são referidos esses eclesiásticos permitir-nos-á obter elementos sobre a identidade e formas de atuação destes homens.

## 5. METODOLOGIA.

Procuramos fazer uma recolha e análise de dados prosopográficos de todos os indivíduos identificados, de forma a contruirmos micro biografias, que destacarão os aspetos das suas vidas relevantes para o estudo dos cargos que exercearam junto da família real (tempo de serviço, formação universitária<sup>27</sup>, benefícios e posições eclesiásticas, missões diplomáticas, etc.). A partir dessa recolha e da reconstituição das vidas e carreiras destes clérigos, procuraremos identificar paralelismos e encontrar justificações para o seu acesso à órbita do poder real. Tentaremos ainda perceber as evoluções, ao longo do período estudado, relativamente à observância religiosa dos clérigos escolhidos, ao número de homens que acumulavam um cargo e aos benefícios colhidos pelo serviço à coroa. Também faz parte dos nossos objectivos o assinalar de continuidades ou ruturas entre reinados, através da identificação dos clérigos que se mantêm ou não ao serviço do rei nestas fases de transição.

<sup>22</sup> Jorge Cardoso, *Agiólogo Lusitano*. Edição fac-similada: Lisboa, 1652. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002).

<sup>23</sup> Frei Marcos de Lisboa, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*. Edição fac-similada: Lisboa, 1557. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001).

<sup>24</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* (Porto: Lello & Irmão, 1977).

<sup>25</sup> Frei Bernardo de Brito, *Primeira parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principaes desta Ordem e muitas antiguidades do Reyno de Portugal* (Lisboa: Pascoal da Sila, 1720).

<sup>26</sup> Foram selecionados os seguintes textos cronísticos: João Álvares, *Trautado da vida e feito do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*, ed. Adelino de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959); Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, ed. William Entwistle (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1977) vol. II; Rui Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977) pp. 481-575; Rui Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977) pp. 587-881; Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta* (Lisboa: Academia das Ciências, 1916).

<sup>27</sup> Sobre percurso académico destes indivíduos recorremos ao já mencionada coletânea documental *Chartularium Universitatis Portugalensis* e à obra *A Universidade Medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. Hermenegildo Fernandes. (Lisboa: Tinta da China, 2013).

## **6. ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL.**

Dentro desta estrutura, que não se encontra no seu estado definitivo e que por isso está sujeita a alterações, gostaríamos de explanar com mais detalhe os assuntos tratados nos pontos 2, 3 e 4. No ponto 2 serão descritas e analisadas as relações entre os clérigos e os elementos da família real que os serviram. Assim, a título de exemplo, no ponto 2.1.1 seriam analisadas a interação entre D. João I e os clérigos ao seu serviço (nomeadamente os seus capelões, confessores e esmoler), sendo destacadas as informações sobre o serviço prestado ao monarca e as recompensas ou benefícios recebidos pelos clérigos. No ponto 3 será feito um cruzamento dos dados relativos aos clérigos associados ao serviço da família real, o que permitirá obter perfis e definir quais as características dos homens escolhidos para o desempenho das funções religiosas junto da esfera real. No ponto 4 serão listados todos os clérigos identificados no desempenho dos vários ofícios, juntamente com as informações recolhidas para cada um deles, de modo a obtermos micro biografias capazes de sintetizar as linhas essenciais do seu percurso de vida.

### **1. Introdução**

- 1.1 Origem do tema**
- 1.2 Estado da Arte**
- 1.3 Metodologia**
  - 1.3.1 Definição de conceitos: capelão, confessor e esmoler.**
  - 1.3.2 Identificação dos homens**
  - 1.3.3 Fronteiras entre o religioso e o político**

### **2. Clérigos em torno da família real**

- 2.1 No reinado de D. João I (1385-1433)**
  - 2.1.1 D. João I**
  - 2.1.2 D. Filipa de Lencastre**
  - 2.1.3 A Ínclita Geração**
- 2.2 No reinado de D. Duarte (1433-1438)**
  - 2.2.1 D. Duarte**
  - 2.2.2 D. Leonor de Aragão**
  - 2.2.3 A descendência de D. Duarte**
- 2.3 Na regência do Infante D. Pedro, no reinado de D. Afonso V (1439-1449)**
  - 2.3.1 D. Afonso V**
  - 2.3.2 Infante D. Pedro**

### **3. O perfil dos clérigos escolhidos pela família real: continuidades e descontinuidades**

- 3.1 O perfil do capelão**
- 3.2 O perfil do confessor**
- 3.3 O perfil do esmoler**

### **4. Os homens e as suas vidas: micro biografias**

- 4.1 Os capelões**
- 4.2 Os confessores**
- 4.3 Os esmoleres**

### **5. Conclusão**

### **6. Fontes e bibliografia**

### **7. Anexos**

## **7. PRIMEIRAS CONCLUSÕES.**

Provisoriamente, podemos afirmar que estes eclesiásticos, associados ao serviço da família real, seriam atores indispensáveis, bem como no que diz respeito ao funcionamento diário de estruturas como a Capela Real (e as capelas dos Infantes), canalizadoras das

tendências religiosas da corte<sup>28</sup>, aquela que seria uma das suas funções mais importantes, especialmente no caso dos confessores, nomeadamente a salvação da alma do monarca e da família real<sup>29</sup>.

Para além das funções de carácter espiritual, este corpo de clérigos, em quem o monarca parece depositar uma confiança significativa, era habitualmente recrutado para missões de carácter político, cultural e até secular<sup>30</sup>. Entre elas contam-se embaixadas, conselhos sobre decisões de governação, negociações diplomáticas, intermediação na resolução de conflitos internos, partilha de autoria de escritos, entre outras dentro de um conjunto bastante exemplificativo.

Concluindo, a análise das carreiras destes clérigos, entre a esfera política e a esfera religiosa, permitirá uma reflexão sobre as relações de poder e as teias de benefícios projetadas na corte régia. Dentro desta, na capela e na câmara do rei, os polos prediletos para a manifestação das práticas espirituais, moviam-se homens cuja importância nos assuntos de governação do reino deveria ser significativa. Esperamos que este estudo contribua com uma nova perspetiva sobre estes clérigos, que usufruíam de uma grande proximidade relativamente à figura do monarca, neste período tão complexo da história medieval portuguesa.

---

<sup>28</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “The Royal Chapel during the reign of king João I (1385-1433): the role of its clergyman”, *Cuadernos de Estudios Gallegos* 62, nº128 (Jan/Dez 2015): 86.

<sup>29</sup> Guillermo Arquero Caballero, “El discurso moral y penitencial del confesor del rey: análisis teórico de la moralidad y espiritualidad regia en la Castilla bajo medieval” in *Oeuvrer pour le salut: Moines, chanoines et frères dans la péninsule Ibérique au Moyen Âge* (Madrid: Casa de Velázquez, 2019) p. 220. <https://books.openedition.org/cvz/9151>

<sup>30</sup> André Moutinho Rodrigues, “A consciência de Avis: aproximação prosopográfica dos confessores da família real portuguesa (1385-1481)”, *En la España Medieval* 42 (2019) p. 188.

## Rui de Pina, um Cronista Global: Projeto de Doutoramento

Jorge António Araújo<sup>1</sup>  
*Universidade do Porto*

### Resumo

Rui de Pina, ao longo das suas crónicas, afirma frequentemente recorrer à consulta de fontes historiográficas não-portuguesas enquanto suporte para o seu trabalho. Serve este facto de mote para o nosso estudo, em que nos propomos identificar essas mesmas fontes referidas pelo cronista e perceber de que forma foram utilizadas. Centramo-nos especificamente nas crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV, consensualmente consideradas como um conjunto coeso e autónomo face à restante obra de Rui de Pina. A partir do estudo das fontes utilizadas pelo cronista, e das suas proveniências, procuramos chegar às redes de mobilidade, de contactos e de inter-relações culturais da época, que favorecem a circulação de informação e de ideias e a presença destes textos estrangeiros em Portugal. Esperamos ainda contribuir para uma melhor percepção dos métodos de trabalho deste cronista e para um maior conhecimento quanto à cultura historiográfica da corte tardo-medieval portuguesa.

### Palavras-chave

Cronística Medieval Portuguesa; Estudo de Fontes; Redes de Circulação de Informação e de Ideias; Mobilidades e Inter-relações Culturais.

### Abstract

In his chronicles, Rui de Pina repeatedly says that he uses non-Portuguese historiographic sources as a support for his work. This is the motto for our study, in which we propose ourselves to identify those same sources mentioned by the chronicler and understand how they were used. We focus specifically on the chronicles of the kings between D. Sancho I and D. Afonso IV, consensually considered as a cohesive and autonomous group, apart from the other chronicles of Rui de Pina. From the study of the sources used by the chronicler, we seek to reach the networks of mobility, contacts, and cultural interrelationships of that time, which favours the circulation of information and ideas, and the presence of these foreign texts in the Portuguese court. We hope to contribute for a better perception of the methods of this chronicler and for a better understanding of the historiographical culture of the late-medieval Portuguese court.

### Keywords

Portuguese Medieval Chronicles; Chronicler's Historical Sources; Networks of Information and Circulation of Ideas; Cultural Mobility and Cultural Interrelationships.

### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito do curso de doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolvemos o presente projeto de tese, expondo o planeamento geral e o ponto de situação relativos ao trabalho de investigação que nos encontramos a realizar. A este projeto demos o título, ainda que provisório, *Rui de Pina: um Cronista Global*, nascido da constatação da recorrência com que o cronista afirma utilizar fontes historiográficas

---

<sup>1</sup> Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/143996/2019), doutorando em História na Universidade do Porto e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

não-portuguesas na sua obra, sobretudo nas crónicas dos reinados entre D. Sancho I e D. Afonso IV. Identificar essas mesmas fontes referidas por Rui de Pina, perceber de que forma foram utilizadas e contribuir para um maior conhecimento quanto à presença desses textos em Portugal são alguns dos objetivos a que nos propomos, e que adiante detalhamos.

A escolha do título está também relacionada com a necessidade que tivemos de encontrar uma designação sintética e apelativa para o projeto, aquando da candidatura do mesmo a uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia (FCT). De facto, grande parte do que aqui expomos e prevemos corresponde ao que já tínhamos apresentado nessa candidatura, e relativamente à qual nos vimos ser concedida uma bolsa. Introduzimos, porém, algumas alterações, adequando o projeto a uma estrutura diferente, que não a do formulário da FCT, e atualizando alguns pontos, que refletem o trabalho entretanto desenvolvido. O título *Rui de Pina: um Cronista Global* não deixa igualmente de ser uma pequena *provocação*, a respeito dos vários autores que apontaram o facto de Pina ter, supostamente, dedicado pouca atenção ao tema da expansão portuguesa, quando aqui nos preparamos para estudar precisamente os vestígios da sua mundividência exterior ao reino, através dos textos que leu e conheceu. Para além disso, lembremo-nos que foi este o cronista-mor do reino num período charneira da expansão (de 1497 a cerca de 1522) e que, apesar de tardivamente impressas, as suas crónicas, sabe-se hoje, terão sido das mais discutidas<sup>2</sup> e difundidas da cronística portuguesa, segundo testemunha «a grande quantidade de cópias, resumos, traduções ou adaptações delas existentes»<sup>3</sup>, sendo possível encontrar exemplares manuscritos em locais como Londres, Paris, Viena, Salamanca, Rio de Janeiro e São Paulo, entre outros<sup>4</sup>.

Estruturamos esta exposição em pontos sintéticos, relativos à apresentação do tema e do objeto de estudo, à discussão introdutória do *estado da questão*, à análise das fontes e à descrição das metodologias e das principais problemáticas de investigação. Para além das indicações e sugestões dos nossos orientadores (Professor Luís Carlos Amaral e Doutor Filipe Alves Moreira), pudemos contar ainda, fruto da nossa participação no *XII Workshop de Estudos Medievais*, com os comentários do nosso colega Pedro Monteiro e da Professora Cristina Sobral, que muito ajudaram a aprimorar e a amadurecer determinados aspectos deste projeto. Posteriormente, fomos selecionados para participar, entre os dias 24 e 26 de junho de 2020, no *VI Seminário Internacional PhiloBiblon*, em que ficámos a conhecer melhor as potencialidades da base de dados *PhiloBiblon* para a nossa investigação, e tomámos contacto com o seu modo de funcionamento e com algumas das atuais tendências na área do estudo do livro medieval e “renascentista”, tanto manuscrito como impresso.

## 2. OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A personagem central do nosso estudo é Rui de Pina, homem natural da Guarda, vivente entre cerca de 1440 e 1522, que foi escrivão e diplomata de D. João II e cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo e da Livraria Real de 1497 até à sua morte. Das diferentes facetas que se lhe conhecem, centramo-nos na sua obra cronística, e particularmente nas seis crónicas relativas aos reis D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, nas quais terá trabalhado a partir de 1514. Deixamos para já de lado, salvo quando tal se justifique, as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.

Esta delimitação deve-se a questões de exequibilidade, já que este tem sido consensualmente considerado um conjunto coeso e autónomo face às restantes três crónicas do mesmo autor, mas também porque nele são mais notórias as referências a fontes não-portuguesas e é já mais avançado o estado de investigação, o que nos garante uma maior base

<sup>2</sup> Torna-se irresistível não citar aqui M. Lopes de Almeida: «Rui de Pina continua a ser o mais discutido dos cronistas antigos portugueses, e nisto ao menos detém a primazia» - M. Lopes de Almeida, “Introdução”, in *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), V.

<sup>3</sup> Filipe Alves Moreira, “A Tradição manuscrita das ‘Crónicas’ de D. Sancho I a D. Afonso IV da autoria de Rui de Pina”, *Romance Philology*, 68 (2014): 93.

<sup>4</sup> Ibid., 117-120.

bibliográfica e um ponto de partida mais seguro. Para além disso, a seleção deste conjunto cronístico remete-nos para a continuidade de uma outra *tradição* de estudo, na esteira das relações entre estes textos e a *Crónica de Portugal de 1419*, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e as próprias origens da cronística portuguesa.

A partir do referido conjunto de crónicas que delimitámos, propomo-nos estudar primeiramente a utilização que Rui de Pina faz de fontes historiográficas e hagiográficas não-portuguesas. Por fontes *historiográficas* queremos dizer crónicas, anais, memórias e livros de linhagens. A identificação destas fontes pressupõe que nos cruzemos igualmente com as fontes narrativas portuguesas utilizadas pelo cronista, e que importa considerar enquanto elementos sempre presentes, merecedores, por isso, da devida atenção. O cronista recorre ainda a uma grande quantidade de fontes documentais – a que facilmente teria acesso enquanto guarda-mor da Torre do Tombo –, aspeto que aqui registamos sem, porém, garantirmos, por ora, a exequibilidade do seu estudo neste projeto, sob pena de podermos estar a ser demasiado ambiciosos.

O intuito final é chegarmos às redes de inter-relações culturais e de circulação de informação e de ideias, bem como a um melhor conhecimento da cultura historiográfica da corte tardo-medieval portuguesa. Julgamos poder contribuir para uma visão da historiografia portuguesa num plano internacional e promover a interdisciplinaridade, entre a história e a literatura.

Para o cumprimento destas metas gerais, definimos como objetivos mais próximos da nossa investigação:

1. Rever o que até aqui foi escrito sobre Rui de Pina, e sobre as suas crónicas e fontes, analisando criticamente o material bibliográfico e o objeto de estudo;
2. Identificar, até onde nos seja possível, as fontes utilizadas por Rui de Pina nas crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV, particularmente no campo das fontes não-portuguesas, e analisar comparativamente os mecanismos de construção textual: o que foi mantido, omitido, modificado ou acrescentado, e com que sentido;
3. Proceder à hierarquização destas fontes, consoante o carácter mais estrutural ou secundário que assumem para o cronista;
4. Analisar as proveniências e as origens das fontes não-portuguesas utilizadas por Rui de Pina, teorizando sobre o modo como as mesmas seriam conhecidas na corte portuguesa tardo-medieval e sobre as redes de vasos comunicantes culturais, de informação e de ideias, que favorecem a circulação e presença destes textos em Portugal.

Gostaríamos também de trazer novos contributos para o conhecimento dos métodos de trabalho dos cronistas tardo-medievais portugueses, a partir do caso de Pina, do seu processo de escrita e da sua capacidade e formação para lidar com fontes de outras proveniências geográficas.

Com base no exposto, podemos ainda sintetizar as pretensões da nossa investigação em quatro questões-chave:

1. Porquê a escolha de Rui de Pina para a redação destas crónicas? O que o diferencia face aos restantes cronistas da época e como foi avaliada a sua obra ao longo do tempo?
2. Como se compõe a “mesa de trabalho” do cronista e quais as suas competências (ex.: domínio de outras línguas) e estratégias de composição?
3. Que fontes historiográficas não-portuguesas eram conhecidas na corte, qual a sua proveniência e como circularam?
4. Constitui Rui de Pina um caso singular ou outros cronistas portugueses, mais ou menos próximos, fizeram uso das mesmas fontes?

Este conjunto de objetivos e de questões enformam já as metodologias a adotar e a estrutura provisória que delineámos.

### 3. MOTIVAÇÕES

Para além das motivações subjetivas que pesaram sobre a escolha deste objeto de estudo, como o nosso gosto pessoal, as experiências anteriores que tivemos de trabalho com crónicas medievais e o nosso interesse na interdisciplinaridade do tema, há de facto razões objetivas que favoreceram esta opção. Desde logo, por podermos contribuir para um tema ainda pouco estudado, já que, de entre os cronistas portugueses, Rui de Pina é um dos que mais tem permanecido à margem de investigações de fundo, não obstante ser tantas vezes ser citado. Do mesmo modo, não deixa de constituir uma motivação *extra* a possibilidade de as conclusões do nosso estudo poderem vir a contribuir para outros projetos em curso, como a construção de um *website* sobre as crónicas de Rui de Pina, já em fase de desenvolvimento por Filipe Alves Moreira, a edição crítica – ainda inexistente – das obras deste cronista ou a base de dados *PhiloBiblon*<sup>5</sup>. A este propósito, tivemos a oportunidade de participar no *VI Seminário Internacional PhiloBiblon*, ficando a conhecer as potencialidades desta ferramenta para o nosso trabalho, mas também o modo como, a partir da nossa investigação e dos seus resultados, podemos contribuir para a dita base de dados.

### 4. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Estudos sobre as fontes utilizadas por cronistas portugueses já existem, desde há algumas décadas, sendo-nos possível apontar trabalhos de referência para casos como os da *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>6</sup>, a *Crónica de Portugal de 1419*<sup>7</sup>, as crónicas de Fernão Lopes<sup>8</sup> ou de Gomes Eanes de Zurara<sup>9</sup>, entre outros, e cingindo-nos apenas a textos anteriores aos que nos propomos abordar. O trabalho de Rui de Pina, porém, não mereceu a mesma sorte e não foi ainda objeto de estudos continuados e sistematizados. As suas crónicas são por norma referidas – e largamente citadas, diga-se – em estudos que têm outros temas como objeto central, ou esparsamente abordadas em alguns artigos científicos, mas sem que isso se traduza numa obra de síntese ou específica sobre as mesmas. Tanto assim é que, se em 1977 Manuel Lopes de Almeida (na introdução à reedição das *Crónicas de Rui de Pina*, que dirige) apelava ao desenvolvimento de estudos centrados nestes textos<sup>10</sup>, em 2014, Filipe Alves Moreira (em *A Tradição Manuscrita das Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV da Autoria de Rui de Pina*) continuava a apontar para a urgência de trabalhos que permitam identificar as fontes do cronista<sup>11</sup>, de cuja obra permanece pouco estudada a tradição manuscrita (investigação levada a cabo pelo mesmo Filipe Alves Moreira) e não há ainda uma edição crítica.

Radica esta ausência nos vários preconceitos de que foram alvo Rui de Pina e as suas crónicas por parte de autores diversos ao longo dos séculos, de João de Barros e Damião de Góis, ainda no século XVI, a Alexandre Herculano, já no século XIX. Entre esses preconceitos conta-se, por exemplo, a ideia, que fez escola, de uma apropriação das crónicas de Fernão Lopes por parte de Rui de Pina, ou de um menor talento deste cronista em relação aos

<sup>5</sup> Charles B. Faulhaber, dir., “PhiloBiblon”, [https:// Bancroft.berkeley.edu/philibiblon/index\\_po.html](https:// Bancroft.berkeley.edu/philibiblon/index_po.html) (último acesso a 13 de outubro de 2020).

<sup>6</sup> Sobre esta crónica, e as suas diferentes redações, já vários autores se debruçaram, mas damos o exemplo clássico de: Luís Lindley Cintra, ed., *Crónica geral de Espanha de 1344*, 4 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990).

<sup>7</sup> Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013).

<sup>8</sup> Para Fernão Lopes há vários estudos, desde: Peter Edward Russell, *As Fontes de Fernão Lopes* (Coimbra: Coimbra Editora, 1941). De referência são, claro, os vários trabalhos de Teresa Amado e, de João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes: texto e contexto* (Coimbra: Editorial Minerva, 1988).

<sup>9</sup> Joaquim de Carvalho, “Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara (notas em torno de alguns plágios deste cronista)”, vol. IV da *Obra Completa de Joaquim de Carvalho* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983), 185-340.

<sup>10</sup> Almeida, *Introdução*, XXII.

<sup>11</sup> Moreira, *A Tradição manuscrita das ‘Crónicas’...*, 100-101.

anteriores, supostamente visível na menor prolixidade do seu estilo e num pouco escrúpulo em relação aos factos. Foi igualmente acusado de atribuir escassa atenção ao processo de expansão marítima e de receber «anées de diamães e robijs»<sup>12</sup>, «pera screver com melhor vontade hos memoráveis feitos»<sup>13</sup> de Afonso de Albuquerque na Índia. Por tudo isto mereceu palavras duras. O próprio Magalhães Basto, não obstante ter sido o responsável pela edição moderna da *Crónica de D. Dinis*<sup>14</sup>, em 1945, e convededor já da *compilatio* enquanto procedimento básico dos cronistas medievais e tardo-medievais, nem por isso foi capaz, segundo Filipe Alves Moreira, de «superar por inteiro o “preconceito do plágio”»<sup>15</sup> em relação a Rui de Pina.

É verdade que outros autores foram mais recetivos e promoveram até uma certa *reabilitação* deste cronista – por exemplo, Pedro de Mariz, no século XVII, mas também José Soares da Silva ou o Abade Correia da Serra, no século XVIII, entre outros<sup>16</sup>. Este último foi quem traçou o perfil biográfico de Rui de Pina que biógrafos posteriores viriam a seguir, sem grandes inovações<sup>17</sup>. Atualmente, estando a discussão em torno dos supostos *plágios* do cronista ultrapassada, pela alteração de paradigma quanto ao carácter autoral medieval, e tendo surgido importantes estudos sobre crónicas portuguesas nas últimas décadas<sup>18</sup>, nem por isso podemos dizer que se multiplicou significativamente o interesse pela obra de Rui de Pina enquanto objeto de investigação.

Após os avanços iniciais, e parciais, de Silva Tarouca<sup>19</sup> e Magalhães Basto<sup>20</sup>, o mais sistemático levantamento das fontes utilizadas por Rui de Pina, especificamente nas crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV, encontra-se na dissertação de doutoramento de Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*<sup>21</sup>. Aí, o autor indica praticamente capítulo a capítulo as crónicas não-portuguesas que Rui de Pina refere, ainda que sumariamente e de modo não totalmente completo, uma vez que o seu objeto central de estudo é a *Crónica de 1419*<sup>22</sup>. Um subcapítulo, porém, trata já da dependência da *Crónica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina, face à *Crónica de Alfonso XI*<sup>23</sup>, comumente atribuída a Fernán Sánchez de Valladolid, tema que o mesmo autor retoma posteriormente, em *Tradición y Reescritura: de la Crónica de Alfonso XI a la Crónica de Afonso IV*<sup>24</sup>. Das proximidades entre estas duas fontes, e também da *Gran Crónica de Alfonso XI* e do *Poema de Alfonso XI*, já se tinha apercebido Diego Catalán, referindo-o em diferentes estudos desde a década de 1950<sup>25</sup>. Todavia, para este autor, tais proximidades viriam exclusivamente por intermédio da consulta por Rui de Pina da *Crónica de 1419*, ideia que Filipe Alves Moreira refuta, demonstrando que

<sup>12</sup> João de Barros, *Asia de João de Barros: segunda década* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1988), 312.

<sup>13</sup> Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955), IV: 99.

<sup>14</sup> Artur de Magalhães Basto, ed., *Crónica de D. Dinis de Rui de Pina* (Porto: Livraria Civilização, 1945).

<sup>15</sup> Moreira, *A Tradição manuscrita das ‘Crónicas’...*, 99.

<sup>16</sup> Vide Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419*, 65-68.

<sup>17</sup> José Correia da Serra, “Introdução”, in *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 481-485.

<sup>18</sup> Para uma síntese desses estudos, já com alguns anos, mas ainda válida, veja-se: Teresa Amado, “The study of literary texts”, in *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 87-109.

<sup>19</sup> Carlos da Silva Tarouca, ed., *Crónica de D. Dinis* (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947).

<sup>20</sup> Artur de Magalhães Basto, *Estudos: Cronistas e crónicas antigas: Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1960).

<sup>21</sup> Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419*, 413-430.

<sup>22</sup> E, por exemplo, na *Crónica de D. Afonso III*, passa à frente todo o texto entre os capítulos XIII e XVI, inclusive, no que parece ter sido um lapso do autor. Cf. Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419*, 424.

<sup>23</sup> Ibid., 442-454.

<sup>24</sup> Filipe Alves Moreira, “Tradición y reescritura: de la Crónica de Alfonso XI a la Crónica de Afonso IV”, in *El Texto infinito: tradición y reescritura en la Edad Media y el Renacimiento* (Salamanca: Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, 2014), 285-297.

<sup>25</sup> E pela primeira vez em: Diego Catalán, *Un prosista anónimo del siglo XIV: la Gran Crónica de Alfonso XI. Hallazgo, estilo, reconstrucción* (Canárias: Universidad de La Laguna, 1955).

Pina terá efetivamente manejado um exemplar da *Crónica de Afonso XI*<sup>26</sup>. Nos mesmos trabalhos, Filipe Alves Moreira fornece ainda outras pistas para as possíveis fontes de Rui de Pina. No entanto, a isto se resumem os estudos no que concerne à utilização de crónicas não-portuguesas, e daí manterem-se válidos os apelos ao aprofundamento desta questão.

Quanto ao uso de fontes narrativas portuguesas, os trabalhos até aqui referidos dão-nos igualmente várias indicações. Refira-se, todavia, a existência de alguns estudos mais específicos, como o de Manuel Francisco Ramos sobre a relação entre a *Crónica de D. Afonso IV* e a memória *In Sancta Admirabiliis Victoria*<sup>27</sup>, ou o de Isabel Dias sobre os episódios relativos aos Mártires de Marrocos, na *Crónica de D. Afonso II*<sup>28</sup>.

## 5. FONTES

Conforme anteriormente indicado, o objeto de estudo deste projeto são as seis crónicas de Rui de Pina relativas aos reis D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV. Tomamos como referência a edição destes textos revista por Manuel Lopes de Almeida e publicada em 1977, na coleção *Tesouros da Literatura e da História*, da editora Lello & Irmão. Trata-se, para o nosso estudo, de uma edição problemática, por não corresponder a uma edição crítica, mas antes a reimpressões das transcrições publicadas no século XVII e XVIII, respetivamente por Pedro de Mariz (*Crónica de D. Afonso IV*<sup>29</sup>) e Miguel Lopes Ferreira (as restantes<sup>30</sup>), com os critérios da época, não isentas de erros<sup>31</sup> e havendo dúvidas em relação aos manuscritos que lhes serviram de base. A inexistência de uma edição crítica é o motivo que nos leva a seguir esta versão. Por isso teremos de estar atentos aos vários problemas que esta edição nos traz e proceder a uma análise crítica da mesma<sup>32</sup>, mantendo-se em aberto a possibilidade de consultas aos manuscritos das crónicas<sup>33</sup>. Uma das questões levantadas no âmbito do *Workshop de Estudos Medievais*, por parte da Professora Cristina Sobral, era relativa aos critérios que iremos ter em conta para que essa consulta de manuscritos seja útil. A este propósito, cabe-nos reforçar o facto de tal consulta servir sobretudo para corroborar ou corrigir os textos da edição que utilizamos, e de não prevermos fazer dos manuscritos uma peça central do nosso estudo. Ainda assim, os critérios a adotar não poderão deixar de seguir os resultados já conhecidos da investigação de Filipe Alves Moreira sobre a tradição manuscrita destas crónicas, que identifica um conjunto de sete manuscritos executados no Arquivo Real, pouco depois da morte de Rui de Pina, sendo cronista-mor Fernão de Pina, seu filho, muito provavelmente a partir do «próprio original»<sup>34</sup>, ou, pelo menos, de um texto possivelmente «avalizado pelo autor»<sup>35</sup>.

<sup>26</sup> Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419*, 446-454.

<sup>27</sup> Manuel Francisco Ramos, “A Memória ‘In sancta et admirabili Victoria Christianorum’ como fonte da ‘Chronica d’el Rei D. Affonso IV”, in *O Género do texto medieval* (Lisboa: Edições Cosmos, 1997), 157-172.

<sup>28</sup> Isabel Rosa Dias, “La Légende des cinq martyrs franciscains du Maroc (1220) dans son contexte portugais”, vol. XI de *Franciscana: bollettino della Società Internazionale di studi francescani* (Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi Sull’Alto Medioevo, 2009), 1-28.

<sup>29</sup> Pedro de Mariz, ed., *Chronica de ElRey Dom Afonso o Quarto* (Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653).

<sup>30</sup> Miguel Lopes Ferreira, ed., *Chronica del Rey D. Sancho I* (Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1727a).

----, *Chronica del Rey D. Affonso II* (Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1727b).

----, *Coronica del Rey D. Sancho II* (Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1728a).

----, *Coronica del Rey D. Affonso III* (Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1728b).

----, *Chronica del Rey D. Dimiz* (Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1729).

<sup>31</sup> Veja-se logo no primeiro capítulo da *Crónica de D. Sancho I*: «assi que neste Mayo deste anno de Christo de mil e quinhentos e treze, em que esta Coronica se começa...», in Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 17. Nos manuscritos da Torre do Tombo que consultámos está 1514, e não 1513. Mas outros exemplos poderiam ser dados (assunto a tratar na tese).

<sup>32</sup> Vide Moreira, *A Tradição manuscrita das ‘Crónicas’...*, 95-101.

<sup>33</sup> O que, aliás, já vimos que nos pode ser útil, conforme o exemplo dado na nota 31.

<sup>34</sup> Moreira, *A Tradição manuscrita das ‘Crónicas’...*, 106.

<sup>35</sup> Ibid., 106.

Exposto o objeto de estudo, iremos necessariamente tomar como fontes, em primeira estância, os textos já identificados como tendo sido utilizados por Rui de Pina, sobretudo aqueles que assumem um papel estrutural, como a *Crónica de Portugal de 1419*. Veja-se, para esta, a edição crítica de Adelino de Almeida Calado<sup>36</sup> – e veja-se igualmente o que sobre esta crónica dizemos no ponto 7. *Problemas e Limitações*. Outra fonte que, neste âmbito, podemos indicar é a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, cujas edições nos colocam também algumas questões, por corresponderem a diferentes redações da crónica<sup>37</sup>, por não se conhecer o texto original português e por, mesmo para a tradução castelhana da primitiva redação, apenas nos darem versões fragmentadas e incompletas – o manuscrito dessa tradução editado por Diego Catalán e María Soledad Andrès<sup>38</sup> não contém a secção final da crónica relativa aos monarcas castelhano-leoneses de Afonso X a Afonso XI, que só se encontra em manuscritos castelhanos de posteriores redações, pelo que por muito tempo essa última parte permaneceu inédita<sup>39</sup>.

Será legítimo questionar o porquê de, num projeto dedicado às fontes não-portuguesas de Rui de Pina, abordarmos também textos como estes, ainda que não como enfoque principal. No entanto, no atual estado de investigação, estamos convencidos de que, na confrontação que fizermos com as fontes não-portuguesas, importa termos sempre presentes textos como a *Crónica de 1419*, principal fonte de Rui de Pina, ou a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, entre outros, para que se perceba, até onde seja possível, o que é original, ou não, do cronista em estudo.

O seguinte grupo de fontes a referir é o que diz respeito aos textos historiográficos e hagiográficos não-portugueses utilizados por Rui de Pina, e que no fundo representa o cerne do nosso estudo. Não estamos ainda em condições de os identificar na totalidade, tarefa que, no entanto, iremos desenvolver nos próximos tempos. Aqui, porém, estarão incluídas fontes como a já referida *Crónica de Afonso XI*<sup>40</sup>. Desenvolvemos já um levantamento das referências diretas de Rui de Pina à utilização do tipo de fontes que procuramos, do qual colocamos em anexo duas ilustrações exemplificativas<sup>41</sup>.

Finalmente, a um outro nível, recorreremos também a fontes documentais, tanto as que Rui de Pina utilizou nas suas crónicas como as que nos permitem refazer o seu percurso (documentação de chancelaria, cartas régias, testamento, instituição de capela e morgado etc.). Para além disso, estamos já a passar em revisão os textos produzidos por autores coevos ou próximos de Rui de Pina, e que ao seu trabalho façam referência, para melhor entendermos como à época foi avaliado.

## 6. METODOLOGIAS

«Parti do confronto linha por linha, palavra por palavra...»<sup>42</sup>.

A frase que dá o mote a esta alínea escreveu-a Luís Filipe Lindley Cintra no seu estudo introdutório à edição crítica do texto português da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e pode, segundo cremos, servir-nos de inspiração. Importa, todavia, estarmos cientes das limitações no que concerne aos prazos atualmente vigentes para conclusão de um projeto de

<sup>36</sup> Adelino de Almeida Calado, ed., *Crónica de Portugal de 1419* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998).

<sup>37</sup> A de Luís Filipe Lindley Cintra, nomeadamente, corresponde já a uma segunda redação em português, de finais do século XIV ou dos primeiros anos do século XV.

<sup>38</sup> Diego Catalán e María Soledad Andrès, ed., *Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos Don Pedro Alfonso* (Madrid: Gredos, 1971).

<sup>39</sup> Ausência que apenas recentemente veio a ser colmatada: Maria do Rosário Ferreira, dir., *De Afonso X a Afonso XI: edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais da 2.ª redacção da Crónica de 1344* (Paris: e-Spania Books, 2015).

<sup>40</sup> Cayetano Rosel, ed., “Cronicas de los Reyes de Castilla: desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel”, tomos LXVI-LXX da *Biblioteca de autores españoles* (Madrid: Atlas, 1953).

<sup>41</sup> Ver primeiro anexo.

<sup>42</sup> Cintra, *Crónica geral de Espanha de 1344*, I: XLVI.

doutoramento e à nossa própria formação, que escapa aos domínios da filologia. O trabalho de compilação e confrontação de fontes não poderá, ainda assim, deixar de ser feito.

Num primeiro momento começaremos por desenvolver um levantamento, nas crónicas que constituem o nosso objeto de estudo, de todas as referências feitas por Rui de Pina ao uso de fontes não-portuguesas, obtendo assim uma sistematização de várias «Caronicas» e «Estorias» de «Castella», «Despanha», «Daraguam», «de França», «Dafriqua», «dos Mouros», entre outras.

O passo seguinte será, com o apoio da bibliografia e do conhecimento da cronística medieval estrangeira, identificar exatamente quais possam ser essas crónicas utilizadas por Rui de Pina e as edições ou manuscritos com que trabalharemos. Recorremos sobretudo aos estudos atualmente disponíveis sobre fontes de outras obras próximas à nossa cronologia de estudo, e que possam atestar a sua presença ou a utilização por parte de outros autores portugueses. Será também relevante nesta fase conhecer o estado da questão quanto aos estudos sobre a livraria régia, de que Rui de Pina foi guarda-mor, e sobre outras livrarias de referência no reino à época. Por estas vias esperamos delimitar um conjunto de algumas das obras mais conhecidas e recorrentes, que podem merecer prioridade. Não deixaremos igualmente de procurar e de consultar edições ou manuscritos relativos a textos potencialmente pertinentes, consoante as temáticas e os episódios que formos lendo em Rui de Pina, e procedendo aí a uma confrontação. Ainda assim, no ponto 7. *Problemas e limitações* expomos algumas das dificuldades previstas para esse processo. A par destas duas etapas iniciais desenvolveremos a revisão bibliográfica sobre Rui de Pina e a sua obra, trabalho que prosseguiremos ao longo de todo o projeto e que servirá para sustentar a primeira parte da dissertação final – ver ponto 8. *Estrutura provisória da tese*. Com a identificação das fontes utilizadas pelo cronista estaremos também em condições de estruturar a segunda parte da dissertação, desdobrando-a em análises individualizadas. Cada obra identificada merecerá necessariamente uma revisão bibliográfica da nossa parte, que nos permita conhecer o estado da questão em relação à mesma e desenvolver a respetiva crítica.

Chegados ao segundo ano do projeto, esperamos iniciar os trabalhos de leitura e confrontação entre as crónicas de Rui de Pina e as fontes identificadas. De modo a garantir a sistematização dos elementos a retirar e permitir posteriores comparações textuais, estas leituras serão acompanhadas pela construção de uma base digital de análise e de tabelas de correspondência, em *FileMaker*<sup>43</sup>. No nosso atual estado de conhecimentos, a ideia passa em parte por seguir as propostas de Charles Bazerman<sup>44</sup>, autor que apresenta alguns caminhos metodológicos para análise tanto das intertextualidades explícitas como das intertextualidades implícitas – aquelas cujas fontes não são diretamente referidas –, e em função dos nossos objetivos. A questão metodológica e a análise prática das intertextualidades nem sempre foi uma preocupação dos teóricos deste tema. Nesse sentido, as propostas de Bazerman apresentam um carácter pedagógico, voltado para estudantes, para o ensino de metodologias de análise intertextual e para a sua aplicação na escrita de ensaios académicos. Começaremos pela leitura e análise dos textos de língua castelhana e nestes nos deteremos por mais tempo, dada a sua maior presença, a, plausivelmente, mais fácil identificação e a existência de alguns estudos que nos apoiarão. Só depois passaremos para os textos de outras línguas – problemática que abordamos no ponto seguinte. Esta etapa de leitura das fontes deverá ser a mais longa de todo o projeto. Conforme anteriormente apontado, a confrontação que fizermos apenas terá sentido se mantivermos sempre presentes textos como a *Crónica de 1419* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, para que se perceba, até onde seja possível, o que é original, ou não, de Rui de Pina. A análise dos mecanismos de construção textual e do modo como Rui de Pina utilizou estas fontes integrará igualmente a segunda parte da dissertação.

<sup>43</sup> Software que estamos já a utilizar para o desenvolvimento de fichas de leitura – ver segundo anexo.

<sup>44</sup> Cf. Charles Bazerman, “Intertextuality: how texts rely on other texts”, in *What writing does and how it does it: an introduction to analyzing texts and textual practices*, ed. Charles Bazerman e Paul A. Prior (Londres: Erlbaum, 2003), 83-96; Charles Bazerman, “Recognizing the many voices in a text”, in *The Informed writer: using sources in the disciplines*, 5.<sup>a</sup> ed. (Fort Collins: The WAC Clearinghouse, 2010), 88-102.

Finalmente, a terceira e última parte, aquela que está porventura mais distante de nós no tempo e também mais indefinida. O plano, a esta distância, passa por procurarmos noutras crónicas portuguesas, anteriores ou contemporâneas às de Rui de Pina, vestígios da utilização das mesmas fontes não-portuguesas que viermos a identificar. A intenção é perceber se essas fontes foram igualmente conhecidas e utilizadas por outros cronistas coevos ou predecessores. Sabendo nós que os textos em estudo se inserem numa tradição mais antiga, e que homens do século XVI como Damião de Góis e Duarte Nunes de Leão – talvez já de um outro tempo – desenvolveram um intenso trabalho de procura e leitura de fontes estrangeiras, até fora de Portugal, parece-nos que não será proveitoso ir, neste ponto, muito além da cronologia de vida de Rui de Pina. Isto também por se tratar de uma época de profundas transformações, conforme reconhece, por exemplo, o cronista Garcia de Resende, tendo a expansão marítima trazido novas realidades ao nível da circulação e dos contactos interculturais, porventura não comparáveis ao contexto do final da Idade Média. Olharemos, nesse sentido, sobretudo para a cronística próxima dos círculos régios. Percebe-se, por exemplo, que tal comparação pode ser feita com outros cronistas que tiveram acesso privilegiado ao arquivo e à livraria régia, nomeadamente os seus guarda-mores que deixaram obra conhecida, mas também outros, como os autores da *Crónica de 1419*<sup>45</sup> e de posteriores redações da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ou Duarte Galvão. Isto permitir-nos-ia, quem sabe, identificar um fundo comum de obras que poderiam estar nessa livraria régia e obter até alguma imagem sobre uma eventual evolução da mesma no que à historiografia diz respeito. Outra comparação pertinente poderia ser com autores de posteriores compilações ou reformas de crónicas que abrangem os mesmos reinados. Lembramo-nos aqui, por exemplo, de Cristóvão Rodrigues Acenheiro<sup>46</sup>, Gaspar Correia<sup>47</sup> e Duarte Nunes de Leão<sup>48</sup>, todos relativamente próximos da cronologia de vida de Rui de Pina. Todavia, talvez esse seja já um outro trabalho, de uma outra complexidade, pelo que não é nossa intenção, atualmente, avançar por este segundo caminho, sob pena de se tornar o projeto inexecutável.

Paralelamente, gostaríamos de procurar as proveniências dos textos e debater as suas possibilidades de circulação, enquanto meio para chegar às redes de inter-relações culturais. Para isso recorreremos, por exemplo, aos registos sobreviventes de livrarias medievais, a partir dos quais tentaremos apontar a eventual existência das obras utilizadas por Rui de Pina<sup>49</sup>. Esta identificação está, porém, demasiado dependente da bibliografia e das fontes documentais que possam ter sobrevivido, e que ainda não conhecemos. Se, por um lado, nos registos relacionados com essas livrarias procuraremos as referências às crónicas e às fontes do nosso estudo, procederemos, por outro, ao levantamento, na cronística coeva, de referências a livrarias e à circulação de livros. Ocupar-nos-emos destas tarefas até ao último ano do projeto, altura em que passaremos à fase de redação da dissertação e de divulgação dos resultados.

<sup>45</sup> Ainda que, como se sabe, esta “livraria régia” seja por norma atribuída a D. Afonso V, que pela primeira vez terá disposto de um espaço próprio para o efeito. Todavia, a posse e o interesse pelos livros por parte dos príncipes de Avis são um facto por demais atestado para tempos anteriores.

<sup>46</sup> Cristóvão Rodrigues Acenheiro, “Chronicas dos Senhores Reis de Portugal”, tomo V da *Collecção de ineditos de historia portugueza* (Lisboa: Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1824). O texto original é datado de 1535.

<sup>47</sup> As *Crónicas dos Reis de Portugal e sumários das suas vidas, com a história da Índia e armadas que se mandaram até o ano de 1533*, manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 43A). A parte relativa aos sete primeiros reis de Portugal encontra-se ainda inédita.

<sup>48</sup> Duarte Nunes de Leão, *Crónicas dos Reis de Portugal* (Porto: Lello & Irmão, 1975). A primeira parte destas crónicas foi impressa no ano de 1600.

<sup>49</sup> E aqui pensamos novamente na utilidade de registos como os da livraria régia, dos príncipes de Avis, das sés de Braga e de Coimbra, de Santa Cruz e Alcobaça, de particulares e mesmo de obras como a *Clavis Bibliothecarum* – Luana Giurgevich e Henrique Leitão, *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016) – entre outras.

## 7. PROBLEMAS E LIMITAÇÕES

Apesar de estarmos ainda numa fase muito embrionária do nosso projeto, algumas limitações e dificuldades conseguimos já antever. Desde logo, pelo facto de em momento algum Rui de Pina nos indicar concretamente a que crónica de Castela, de França ou dos *Mouros* se está a referir, para além de muitos dos episódios narrados sobre assuntos não-portugueses não terem qualquer indicação da origem da fonte, o que não quer dizer que também não venham de textos estrangeiros – algo que apenas saberemos por comparações textuais. Assim, nunca conseguiremos ter um estudo globalizante e definitivo de todas as crónicas não-portuguesas utilizadas por Rui de Pina, mas apenas daquelas que serão passíveis de ser identificadas.

Outra limitação advém do facto de não existirem ainda edições críticas das crónicas de Rui de Pina, e de as edições existentes trazerem vários problemas, que a seu tempo sistematizaremos. Importa, por isso, manter em aberto a possibilidade de consultas a manuscritos das crónicas, conforme anteriormente apontado. Para além disso, algumas das fontes que viemos a identificar podem igualmente não dispor de edições críticas<sup>50</sup>, e mesmo as que estão publicadas contêm frequentemente trechos em falta, que não permitem o conhecimento do texto na totalidade. Uma situação deste género, e particularmente problemática, sucede com a *Crónica de Portugal de 1419*, pelo facto de os próprios manuscritos serem lacunares. Sendo esta a principal fonte de Rui de Pina, e dado que longos trechos do texto são desconhecidos, dificilmente saberemos, para certos casos, se determinada passagem é original de Rui de Pina ou se estava já na *Crónica de 1419*.

Finalmente, a questão das línguas. Tendo em conta a época e as indicações fornecidas pelo cronista, é possível que nos deparemos com fontes em castelhano, francês, latim e árabe. Se os dois primeiros idiomas não nos oferecem tantos problemas, o mesmo não podemos dizer em relação ao terceiro e, sobretudo, ao quarto, do qual não temos qualquer base de conhecimento.

## 8. ESTRUTURA PROVISÓRIA DA TESE

Atualmente dispomos já de uma estrutura provisória, que julgamos ser representativa dos principais pontos a abordar na tese. Conseguiremos uma maior definição nas partes II e III quando estivermos em condições de detalhar as várias fontes utilizadas por Rui de Pina, que constituirão as respetivas alíneas de análise. Segue a enumeração dos capítulos com uma breve descrição dos aspectos a abordar em cada um.

1. Introdução;
2. Parte I (dividida em três pontos):
  1. Rui de Pina, o seu percurso e obra (com o respetivo enquadramento familiar, cultural e político);
  2. A discussão em torno da autoria e do valor de Rui de Pina enquanto cronista (o que escreveram sobre Pina os seus contemporâneos e os posteriores críticos da sua obra?);
  3. *Estado da questão*, com os avanços da historiografia mais recente;
3. Parte II – As fontes de Rui de Pina: análise individualizada das fontes e do modo como o cronista as utilizou;
4. Parte III – Rui de Pina, um caso *singular*?: comparação com outras crónicas, anteriores e contemporâneas a estas, e aferição da presença dos textos utilizados em Portugal, a partir desses outros casos e dos registos de livrarias medievais;
5. Conclusão

---

<sup>50</sup> Um caso flagrante é o da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, ainda sem um estudo aprofundado da sua tradição manuscrita e com uma edição crítica apenas parcial, e que não tem em conta todos os manuscritos da crónica: A. R. Nykl, ed., *Cronica del Rey Dom Affonso Hamrriquez por Duarte Galvão: partial critical edition with introduction and notes* (Cambridge: University, 1942).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta expor algumas expectativas quanto aos contributos que gostaríamos de trazer para trabalhos futuros. Para além da possibilidade de os resultados da nossa investigação poderem vir a contribuir para outros projetos em curso (conforme referimos no ponto 3), esperamos, sobretudo, conseguir trazer um contributo para o tanto que ainda falta estudar sobre Rui de Pina e sobre a cronística portuguesa. Gostaríamos, de algum modo, de reunir um conjunto de informações que possam ser úteis a uma futura edição crítica destas crónicas, ao estudo de outros cronistas e suas obras, bem como a estudos sobre a receção de Rui de Pina e a circulação de textos em Portugal na Idade Média. Esperamos que os resultados da investigação a realizar possam ser divulgados em artigos e apresentações, que promovam o debate e a troca de ideias, complementando a tese que deste projeto se espera que nasça.

Nos pontos anteriores expusemos o planeamento do projeto de tese a desenvolver no âmbito do nosso doutoramento em História. Julgamos que estamos já em condições de dar início à sua execução, sendo que alguns dos pontos menos definidos ou ainda incertos virão precisamente desse avançar na investigação. Este primeiro ano permitiu-nos consolidar conceitos e bases teóricas, bem como amadurecer certos aspectos do nosso projeto, fazendo-nos repensar o que antes dávamos como certo ou incluir novos elementos anteriormente ignorados. Para isto considerámos terem sido importantes os comentários que recebemos, tanto da parte dos nossos orientadores como da nossa participação no *XII Workshop de Estudos Medievais*.

## Anexos

### ANEXO I

Procedemos já ao levantamento das várias referências feitas por Rui de Pina à utilização de fontes não-portuguesas nas crónicas em estudo. Assim, de modo muito resumido, podemos listar alguns exemplos. Este levantamento diz respeito apenas às crónicas dos monarcas da primeira dinastia. Os quadros seguintes são também apenas uma parte, que serve para exemplificar, de todo o levantamento desenvolvido.

Fontes portuguesas:

- Crónica de Portugal de 1419;
- Crónica Geral de Espanha de 1344;
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro;
- Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão;
- Memoria *In Sancta Admirabiliis Victoria*;
- Crónica da Ordem dos Frades Menores;
- Crónicas de Fernão Lopes: D. Pedro e D. Fernando;
- Documentação diversa da Torre do Tombo (testamentos, forais, bulas, chancelaria...), inquirições do próprio Pina...

Fontes ibéricas: Crónicas «Despanha»<sup>51</sup>, de «Castella»<sup>52</sup>, «Daraguam»<sup>53</sup>, «dos Reys, e Reynos nossos vezinhos»<sup>54</sup>; *Crónica de Alfonso XI*, *Gran Crónica de Alfonso XI*, *Poema de Alfonso XI*; «antigas, e aprovadas lembranças de Espanha»<sup>55</sup>, Testamento de Alfonso X, entre outra documentação e outras crónicas possíveis (como a *Crónica Abreviada* de Diego de Valera);

Outras: «Escritores, assi Latinos, como de outras linguas estranhas»<sup>56</sup>; «vidas, e registos dos Summos Pontifices»<sup>57</sup>; Crónicas das «vidas e feytos»<sup>58</sup> de «quantos Ifantes, Princepes e Senhores sayraõ desta Real Caza de Portugal»<sup>59</sup>; Crónicas «dos barbaros infieis»<sup>60</sup>, «dos Mouros»<sup>61</sup>, «Coronicas de França»<sup>62</sup>, «Estorias antigas Dafriqua, e Despanha»<sup>63</sup>...

---

<sup>51</sup> Pina, *Crónicas*, 59.

<sup>52</sup> Ibid., 25.

<sup>53</sup> Ibid., 224.

<sup>54</sup> Ibid., 12.

<sup>55</sup> Ibid., 426.

<sup>56</sup> Ibid., 11.

<sup>57</sup> Ibid., 12.

<sup>58</sup> Ibid., 12.

<sup>59</sup> Ibid., 12.

<sup>60</sup> Ibid., 12.

<sup>61</sup> Ibid., 25.

<sup>62</sup> Ibid., 51.

<sup>63</sup> Ibid., 193.

### Crónica de D. Sancho I

Crónicas castelhanas	“... se chamou, e intitulou Rey de Portugal, por sua sóo vontade, e com acordo dos Grandes, e Povo do seu Reyno, e nom foy por authoridade dos Reys de Castella, nem consentimento como em algumas Coronicas Castelhanas craramente eu ho vi escrito....”.	PINA (1977), cap. I, p. 17.
Crónicas dos Mouros	“... nas Coronicas dos Mouros se affirma, que hum piam Portuguez ho matou estando sobre Santarem, e por vinguança da morte de Miramolin....”.	PINA (1977), cap. IV, p. 25.
Crónicas de Castela	“... e de huma batalha ha outra ouve despacho dezasete annos como nas Coronicas de Castella esto mais largo, e mais proprio se declara....”.	PINA (1977), cap. IV, p. 25.
Crónica de 1344 e outras possíveis crónicas castelhanas – conforme apontado por Filipe Alves Moreira <sup>5</sup>	Informações sobre Afonso VIII de Castela, suas lutas com os mouros e disputas entre Castros e Laras na menoridade do Rei.	PINA (1977), cap. XII-XIII, p. 42-47.

<sup>5</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 415.

### Crónica de D. Dinis

Estorias e textos dos “Istoriquos”	“... e muitos proveytos das Estorias [...] e vejo que hos Istoriquos, que dos Reys, e seus feytos, que eram presentes escreveram elles [...] has calaram, e nom escreveram....”.	PINA (1977), cap. II, p. 224.
Crónicas de Aragão	“... como nas Coronicas Daraguam se affirma....”.	PINA (1977), cap. II, p. 224.
Crónicas de França e de Aragão	Vários episódios relacionados com os reis Jaime I e Pedro III de Aragão. Capítulo dedicado à família e virtudes da rainha D. Isabel. “... ElRey de França por doença, e ElRey D. Pedro por dezemparo, e treyçao dos seus, foy morto ha ferro, como nas Coronicas de França, e Daraguam mais largamente se decrara”.	PINA (1977), cap. II, p. 228.

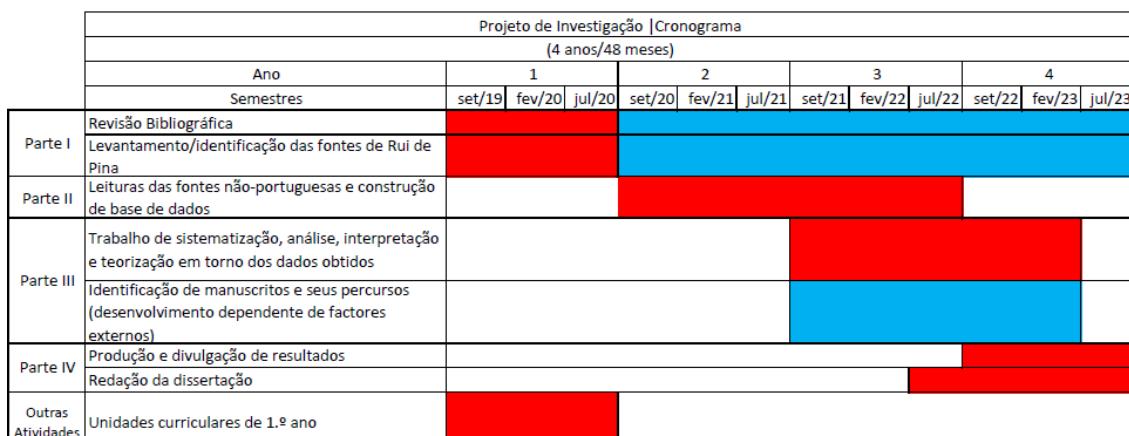
Anexo I – Exemplo ilustrativo do levantamento desenvolvido para as fontes de Rui de Pina. Pela primeira imagem é possível ver que não nos limitámos apenas ao registo das referências diretas, mas considerámos já o que nos dizem outros estudos.

## ANEXO II

Nr_ficha	2	Palavras_chave	João de Barros; Décadas da Ásia; Gomes Eanes de Zurara; elogio	Parte da tese	1
Autor	João de Barros (1496-1570)	Resumo da obra	Décadas da Ásia, em que o autor recorre a Rui de Pina e em certas partes o critica. Faz também referência a outros cronistas. Escritas a partir de 1539 e publicadas em 1552.		
Citações	<p>«De escrever os quaes feitos teve cuydado Gomezeanes de Zurara chronista destes reynos: homem neste mister da história assaz diligente, e que bem mereceu o nome do ofício que teve. Porque se alguma cousa há bem escrita das crónicas deste reyno é da sua mão: assy dos tempos em que elle concorreu como dalguns atrás, de cousas de que nam avia escriptura. E estas que elle escreveo desde descobrimento do tempo do</p>				
Comentários pessoais	<p>Ao contrário do que sucede para Rui de Pina, João de Barros faz os maiores elogios a Gomes Eanes de Zurara e atribui-lhe a crónica de Afonso V. Fala também de um cronista Afonso Cerveira.</p> <p>Barros insiste três vezes nesta ideia (ver citações).</p>				
Indicações bibliográficas e documentais					
Referência bibliográfica	BARROS, João de – Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1968-2001. 4 vols.				

Anexo II – Ilustração de uma ficha de leitura em *FileMaker*.

## ANEXO III – CALENDARIZAÇÃO



Anexo III - Cronograma do projeto.

As crónicas são fontes extensas e a quantidade de tarefas a que nos propomos requer tempo. Por isso, acautelando as possíveis dificuldades de identificação das fontes cronísticas utilizadas por Rui de Pina, desenvolvemos um cronograma a 4 anos/48 meses, conforme previmos no projeto apresentado à FCT.

## **Tejiendo en casa: actividades textiles y espacios domésticos en al-Andalus (ss. XII-XIII)<sup>1</sup>**

José María Moreno Narganes<sup>2</sup>  
*Universidad de Alicante*

### **Resumen:**

En esta investigación se inserta en un debate mayor sobre la manera de conceptualizar el espacio doméstico y su relación con el entramado social y económico que le da sentido. De forma específica, esta propuesta se cuestiona sobre la capacidad productiva de la casa/unidad familiar en la producción textil.

Para dar respuesta a esta problemática en el s. XII-XIII en al-Andalus se hará un estudio combinado del registro arqueológico tanto de los indicadores de actividad textil (instrumentos de hilado – tejido) como del espacio arquitectural (la casa) donde se insertan. A su vez, para situar esta materialidad específica dentro de discursos históricos y socioeconómicos se recurre al estudio de las fuentes textuales (Crónicas, tratados de *hisba*, etc.) que nos ayudan a comprender la complejidad de estas actividades, y, sobre todo, a sus protagonistas.

Los datos tanto arqueológicos como textuales nos llevan a entender un tipo de producción en base doméstica y vertebrada a través de los miembros del organigrama familiar. Dentro de este sistema, y a partir de la información histórica, sabemos que las mujeres tendrán en un papel relevante en la mayor parte de labores dentro de esta forma concreta de producir. Esta realidad no es ajena a la tradición Mediterránea y dejará huella en un desarrollo prácticamente hasta la actualidad.

De esta manera, proponemos la existencia de una producción doméstica con un grado de especialización que permite generar productos que se insertan en redes monetizadas de mercado (local, regional o interregional), funcionando como talleres profesionales ubicados en la casa.

Para dar respuesta a estos planteamientos recurriremos a los postulados teóricos de *Household*, a la arqueología de la producción y especialmente a las aportaciones de una lectura de Género tanto de la información textual como de la base empírica arqueológica.

### **Palabras clave:**

al-Andalus, economía, espacio doméstico, actividad textil

### **Abstract:**

This research is part of a larger and ongoing debate on how to conceptualise the domestic space and its relationship with the social and economic fabric that gives it meaning. Specifically, this proposal questions the productive capacity of the house/family unit in textile production.

In order to address this issue for al-Andalus in the 12th and 13th centuries, we will present a study that combined the archaeological records of both the indicators of textile activity (spinning - weaving) and the architectural space (the house) where they are inserted. In turn,

<sup>1</sup> Esta investigación tiene ha tenido su desarrollo en el contexto de dos proyectos: “El Sitio de las Cosas (ss. VI-XIV). HAR205-6711-P” y el proyecto “CONTEXT. El contexto como herramienta. Escalas de aplicación en los procesos de cambio en el Alta Edad Media (PID2019-108192GB-I00)”. Ambos dirigidos por Carolina Domenech Belda y Sonia Gutiérrez Lloret. Financiado Ministerio de Economía y Competitividad. Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia. Este trabajo no hubiese sido posible sin la colaboración, consejo y acceso a los materiales facilitados por la investigadora Sophie Gilotte (CNRS) para Albalat, y la profesora Susana Gómez (CAM/U. Évora) para Mértola.

<sup>2</sup> Personal Investigador (FPU). Área de Arqueología. Departamento de Prehistoria, Arqueología, H<sup>a</sup>. Antigua, F<sup>a</sup>. Griega y F<sup>a</sup>. Latina. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Alicante. [jimmoreno@ua.es](mailto:jimmoreno@ua.es)

in order to situate this specific materiality within historical and socio-economic discourses, we will resort to the study of textual sources (*Chronicles*, *hisba*, etc.) which help us understand the complexities of these activities, and, above all, their protagonists.

In relation to these study premises, the need to study in depth the way the house works, based on a family organization chart, lead us to ask who the people who carried out these productions in the domestic space where. Thus, as we will see from the review of the textual sources, we know that women will have a relevant role in most of the work in this sense. This reality is not alien to the Mediterranean tradition and will leave a mark in a development practically until today.

Thus, based on these criteria, we propose a study of domestic production, a level of specialisation that allows the generation of products that are inserted into monetised market networks (local, regional or interregional), functioning as professional workshops located in the home.

In order to respond to these approaches, we will resort to the theoretical postulates of Household, to the archaeology of production and especially to the contributions of a reading of Gender both from the textual information and from the archaeological empirical base.

**Keywords:**

al-Andalus, economy, domestic space, textile activity

1. INTRODUCCIÓN:

1.1. ESTRUCTURA Y OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN:

Esta investigación se inserta en un proyecto de doctorado y en un grupo de investigación que tiene como ambición reflexionar sobre las posibilidades y la información que puede obtenerse del estudio de los espacios domésticos, su cultura material y las redes de población.<sup>3</sup>

Con este fin y profundizando en la cuestión de las hipótesis en proceso, proponemos un estudio de las actividades textiles insertas en el espacio doméstico para entender la cadena productiva, su importancia mercantil, su grado de tecnificación, etc.

En relación con la estructura del proyecto de investigación se está desarrollando un estudio cruzado que primero aborda las fuentes textuales para generar un amparo histórico, social y económico. De esta manera buscamos situar la importancia de estas actividades a través de diferentes crónicas, fuentes jurídicas, tratados de comercio, etc., que nos permita conocer a los grupos sociales que participan de estas actividades, la especificidad productiva de determinados territorios y materias primas, o incluso la distribución y ordenamiento de la producción – venta textil en las propias ciudades.

En una segunda parte centrada en la materialidad arqueológica se lleva a cabo un estudio sobre diferentes yacimientos arqueológicos desde el siglo IX (Tolmo de Minateda) hasta los siglos XII-XIII (Bayyana, Albalat, Mértola, etc.). La selección de asentamientos de estudio intenta abarcar un marco cronológico que nos permita entender los procesos de tecnificación y cambio en las herramientas, su distribución y formas de organización productiva desde el siglo IX hasta el siglo XIII.

A su vez y sobre todo para momentos de los siglos XII-XIII, se abordan yacimientos de tipo urbano (Almería o Alicante) como otros rurales tipo alquerías (Almiserrat, Secanet, Alcaria Longa) que nos permita comparar en el territorio de al-Andalus y en diferentes organizaciones poblacionales las formas de producción textil (herramientas, materias primas, distribución por casas, etc.).

Para ambos fines y con el objetivo de homogenizar las comparativas se han generado dos bases de datos. Por un lado, una que trabaja la relación entre los instrumentos de trabajo con los espacios domésticos para cuantificar su importancia y distribución por yacimientos. A su vez, se ha creado otra centrada en las herramientas que nos permita entender su homogeneidad y tecnificación en base a la morfología en todo el territorio de estudio.

<sup>3</sup> Para saber más: Sonia Gutiérrez Lloret, “Gramática de casa. Perspectiva de análisis arqueológico de los espacios domésticos medievales en la península (VII-XIII),” *Arqueología de la Arquitectura*, 9 (2012): 139-164.

Todo el cuerpo de estudio tiene un apartado historiográfico que nos permite situar en un contexto y en estado de la cuestión estas pesquisas para evaluar la importancia de esta aportación y su relación con otros estudios paralelos. De esta forma se ha realizado un repaso a los estudios arqueológicos de la materialidad textil, tanto de los elementos excepcionales como son los tejidos conservados (banderas, ropajes, etc.) como del instrumental productivo publicado de diferentes yacimientos arqueológicos.

Esta investigación cruza en esencia el estudio de estos dos cuerpos centrales de información (fuentes textuales y arqueológicas) para conocer y profundizar sobre el desarrollo tecnológico de producción textil tanto de las labores de hilado y de tejido. A su vez, y partiendo de citas textuales ahondamos sobre las personas que participan de estos oficios en relación con mercados interrelacionados en expansión.

## 1.2. UNA APROXIMACIÓN A LA ECONOMÍA Y PRODUCCIÓN:

El espacio doméstico se ha considerado y publicado para el periodo medieval como un ente aislado, una fórmula de hábitat que no solía ponerse en relación con el sistema económico en el que se articulaba. En su estudio, se ha privilegiado su materialidad formal, entendida como su arquitectura, profundizando en menor medida en la cultura material asociada y eclipsando el análisis de las actividades o las prácticas económicas realizadas en su interior.

Para el caso de Al-Andalus, y en general para el panorama medieval, nos encontramos en una economía marcada por la complejidad. En este sistema proliferan los mercados y centros urbanos, se inserta la estratificación de la riqueza y la movilidad social incluyendo los ámbitos urbanos y rurales.<sup>4</sup>

En este contexto de ampliación y homogenización de las dimensiones de los mercados, proceso característico del desarrollo urbano en al-Andalus<sup>5</sup>, se debe reflexionar sobre las formas de organización de la producción textil, haciendo especial atención a los talleres textiles domésticos.

El proceso de profesionalización, en relación con las innovaciones técnicas, conduce a una división social y sexual del trabajo donde se encontrarán instrumentos - utensilios (medios de producción) propios de cada sector. Esta forma de organización del trabajo mediante unidades productivas familiares, como complemento de la actividad agraria, ya se ha documentado en otros espacios medievales europeos, especialmente Inglaterra<sup>6</sup> y Francia<sup>7</sup>, o incluso en la zona castellana<sup>8</sup>. En términos anglosajones este funcionamiento recibe el nombre de “*putting-out*”, “*Domestic-system*” y “*Verlagssystem*”, base para los procesos de protoindustrialización de finales de la Edad Media europea.<sup>9</sup>

De esta manera, hasta los procesos de finales de la baja edad Media<sup>10</sup>, la industria doméstica será uno de los ejes de articulación de la economía textil, como cédula básica, superando las cuestiones de autoconsumo a nivel personal, familiar o de la comunidad.

<sup>4</sup> Para saber más: Paulino Iradiel, *Evolución de la industria textil castellana en los siglos XIII-XVI* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1974).

<sup>5</sup> Pedro Chalmeta, *El zoco medieval: contribución al estudio de la historia del mercado* (Fundación Ibn Tufayl y Fundación Cajamar, 2010).

<sup>6</sup> E. Carus Wilson, “Evidences of industrial growth on some Fifteenth Century Manors,” *The Economic History Review*, 2 (1959): 190-206; Joan Thirsk, “Industries in the Countryside,” in *Essays in the Economic and Social History of Tudor and Stuart England*, ed. F.J. Fisher, (London: 1961), 70-88.

<sup>7</sup> Dominique Cardon, *La draperie au Moyen Age : essor d'une industrie européenne* (París: CNRS, 1999).

<sup>8</sup> Paulino Iradiel, “Estructuras agrarias y modelos de organización industrial precapitalista en castilla,” *Studia Histórica: Historia Medieval*, no. 1 (1983): 104.

<sup>9</sup> Mª A. Jiménez Montaés, “La industria textil y su regulación en el siglo XVI: caso particular de Toledo,” *Pecvnia*, no. 14 (2012): 110.

<sup>10</sup> Carlos Astarita, *Revolución en el burgo. Movimientos comunales en la Edad Media. España y Portugal* (Madrid: Akal, 2019).

En cuanto a la economía y formas de organización de la producción textil, en etapas previas a la industrialización, se articulaban a la vez diferentes formas de organizar el trabajo, debiendo así superar los binomios o simplificaciones<sup>11</sup>. A saber, en base al tipo de producto, materia prima usada o destinatario, encontraremos diferentes formas de articular la producción. Este caso queda en evidencia en al-Andalus desde la época emiral con el *Tiráz* (centros de producción textil controlados por el emirato/califato)<sup>12</sup> frente a los talleres domésticos más centrados en la lana o lino.<sup>13</sup>

Si partimos del volumen de producción, o generalidad, el sistema formado por el núcleo familiar será el más numerosos y que por su “sencillez”, tanto en productos como en organización ha sido dejado de lado por la historia económica.<sup>14</sup> Más allá de lo hegemónico o predominante, los sistemas de producción convivieron en toda la historia medieval siendo un entramado plural y descentralizado, interrelacionándose para crear un sistema productivo complejo interrelacionando ámbitos rural-urbano, etc.<sup>15</sup>

### 1.3. *HOUSEHOLD ARCHAEOLOGY. LA ARQUEOLOGÍA DEL ESPACIO DOMÉSTICO.*

Con el fin de conocer la relevancia de la producción doméstica dentro de economías complejas o la importancia de la actividad textil en relación con división sexual/social del trabajo, proponemos una definición de espacio doméstico en su sentido amplio y un estudio de las herramientas de trabajo encontradas en su interior.

Entendemos así que el espacio se construye en relación con unas funciones que tiene que albergar, ya sean sociales, económicas, simbólicas, etc. Son estas acciones cotidianas las que delimitan y conforman el lugar, planteando así un estudio desde la práctica y la actividad.<sup>16</sup> En este sentido, la casa debe entenderse como una unidad básica de producción, consumo y reproducción social<sup>17</sup>, que a nivel económico se inserta en un entramado social y político que supera los marcos familiares.<sup>18</sup>

Asimismo, se conforma como uno de los elementos esenciales para toda actividad económica de las sociedades preindustriales. Esto ha quedado en evidencia a nivel general con los trabajos de R. Wilk y W. Rathje<sup>19</sup>, o para época romana con los estudios de Bermejo Triado<sup>20</sup>.

Esta problemática ha sido tratada de manera profunda para la arquitectura doméstica romana donde se viene reflexionando sobre la implicación doméstica en el modo de

<sup>11</sup> Hilario Casado, “La empresa durante la época preindustrial,” in *Historia de la Empresa mundial y de España*, ed. J.L. García Ruiz, (Madrid: Síntesis, 1998), 15-36.

<sup>12</sup> Maurice Lombard, *Études d'Economie médiévale III : Les textiles dans le monde musulman du VII au XIIe siècle*, (Paris : Études d'Economie Médiévale, 1974), 76.

<sup>13</sup> José María Moreno Narganes, “El telar horizontal: Entre al-Andalus (s. XII-XIII) y el presente,” *Arkeogazte*, 9 (2019): 101-119.

<sup>14</sup> Ver nota 8: 29.

<sup>15</sup> Ver nota 3: 128.

<sup>16</sup> José Vaquer, “De vuelta a la casa. Algunas consideraciones sobre el espacio doméstico desde la arqueología de la práctica,” in *Procesos sociales prehispánicos en el sur andino. La vivienda, la comunidad y el territorio*. Eds. Nielsen, A., Rivolta, M. C., Seldes, V., Vázquez, M. M., Mercolli (Córdoba: Argentina, 2007), 11-37.

<sup>17</sup> Sonia Gutiérrez Lloret, “Gramática de casa. Perspectiva de análisis arqueológico de los espacios domésticos medievales en la península (VII-XIII),” *Arqueología de la Arquitectura*, 9 (2012): 139.

<sup>18</sup> Jesús Bermejo Triado, “Household archaeology y el análisis de las sociedades antiguas en la península ibérica: definiciones, aplicaciones y posibilidades,” *Materialidades. Perspectiva en cultura material*, no. 2 (2014): 49.

<sup>19</sup> Richard Wilk, Richard y Rathje, Wilkwilliam, “Household archaeology,” *American Behavioral Scientist*, no. 25/6 (1982): 617-640.

<sup>20</sup> Miko Flohr, “Towards an Economic History of Textile Manufacturing and Trade in the Roman World,” in *Textile Trade and Distribution in Antiquity Textilhandel und -distribution in der Antike*, ed. Herausgegeben von Kerstin Droß-Krüpe (Harrassowitz Verlag: Wiesbaden, 2014), 1-15.

producción y en relación con la economía romana en su expansión por sus colonias<sup>21</sup>, entrando en la importancia de los “talleres domésticos” insertos en el entramado económico y con una producción por encima del autoabastecimiento.<sup>22</sup>

Estos ejemplos han puesto en evidencia cómo las producciones domésticas pueden formar parte de dinámicas mayores “estatales” o “imperiales”<sup>23</sup>, poniendo en relación la combinación de diferentes sistemas de organización productiva (autoconsumo – mercado). Por estas razones podemos seguir en la materialidad doméstica los grandes procesos históricos peninsulares como la islamización, la complejización social o el organigrama económico.<sup>24</sup> Esta situación lleva a considerar el espacio doméstico como una unidad de producción que participa, a distintas escalas, en la economía de al-Andalus, donde es parte de una “Formación Social Islámica” que se fundamenta en el desarrollo de lo privado y de un entramado artesanal y productivo en base a un artesanado simple.<sup>25</sup>

## 2. TRABAJO TEXTIL FEMENINO:

A pesar del interés que ha suscitado el estudio del espacio doméstico en la arqueología andalusí desde los 80, se ha tendido a primar la arquitectura o la cerámica como sus pilares de investigación. Esto ha provocado que no conozcamos en profundidad el rol económico supra familiar o la materialidad de las actividades en su interior, especialmente las femeninas.

Además, siempre se ha primado de manera general y quizás excesivamente axiomática la naturaleza de “autoconsumo” que tenían las actividades domésticas sin determinar en exceso esta categoría, y estudiándose en su conjunto como funciones secundarias.

Son escasos los trabajos que han intentado profundizar en esta cuestión, debiendo recurrir a las aportaciones teóricas de la Arqueología de Género para reivindicar y conceptualizar la importancia para toda sociedad y economía de las actividades generadas en el interior del espacio doméstico, en relación con las definidas como “actividades de mantenimiento”.<sup>26</sup>

La problemática central radica en que tradicionalmente, las actividades productivas identificadas dentro de la casa se asocian a las mujeres y se interpretan como de “subsistencia” o “domésticas” (alimentación, limpieza, lactancia, textil, etc.) con una determinada carga ideológica. Por otro lado, los roles productivos entendidos como esenciales se asignan sin argumentación determinante a lo masculino.<sup>27</sup>

<sup>21</sup> Bermejo Triado, Jesús, “Análisis social de la arquitectura doméstica romana en la región del Alto Duero: una aproximación sintáctico-espacial,” in *De la estructura doméstica al espacio social: Lecturas arqueológicas del uso social del espacio*, eds. Sonia Gutiérrez y Ignaci Grau (Alicante: Servicio de Publicaciones Universidad de Alicante, 2013), 142.

<sup>22</sup> Bermejo Triado, Jesús, “Arqueologías de las actividades domésticas romanas en un marco provincial: El caso del Valle Alto del Duero,” in *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico. S. 9. El hábitat doméstico en el mundo clásico*, ed. J.M. Álvarez, T. Nogales, I. Rodà (Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2014), 1089.

<sup>23</sup> Kenneth Hirth, “Craft production, Household Diversification, and Domestic Economy in Prehispanic Mesoamérica,” in *Housework: Craft Production and Domestic Economy in Ancient Mesoamerica*, ed. Hirth Kenneth (Nueva Jersey: American Anthropological Association, 2009), 13-33.

<sup>24</sup> Víctor Cañavate Castejón y Sonia Gutiérrez Lloret, “Cerámica, espacios domésticos y vida social: El temprano al-Andalus en el sureste peninsular a la luz del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete)”, in *X Actas Do Congreso Internacional. A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*, eds. María Gonçalves y Susana Gómez Martínez (Silves: Câmara Municipal de Silves y Campo Arqueológico de Mértola, 2015), 56-67.

<sup>25</sup> Manuel Acién Almansa, “Sobre el papel de la ideología en la caracterización de las formaciones sociales: la formación social islámica”. *Hispania Revista Española de Historia* 58, no. 200 (1998): 915-968.

<sup>26</sup> María Pallarés, “Género y espacio social en arqueología”. *Arqueología Espacial*, no. 22 (2000): 65.

<sup>27</sup> Ruth Falcó Martí, Ruth, *La arqueología de género: espacios de mujeres, mujeres con espacio* (Alicante: Universidad de Alicante, 2003), 61.

A estos apriorismos productivos, se le añade la concepción binaria hasta el momento pretendida para el funcionamiento de la sociedad andalusí, donde el hombre ocupa el espacio público y la mujer el privado. Esta proyección es conocida como la teoría de “las dos esferas”, es decir, una que representa al mundo femenino, el espacio privado, el hogar, frente a otra esfera que representa al mundo masculino, el espacio público, lo político.<sup>28</sup>

El fin de estas premisas está en resituar la importancia de las actividades de producción-mantenimiento dentro de las jerarquías de trabajo<sup>29</sup> estableciendo su importancia básica para todo funcionamiento socioeconómico, el desarrollo y la transmisión del conocimiento tecnológico de sectores como el textil.<sup>30</sup>

## 2.1. EL TEXTIL, DIFERENTES FORMAS DE TRABAJAR Y SU ESPECIALIZACIÓN.

A nivel concreto, las divisiones sociales/sexuales del trabajo ya han sido trabajadas, sobre todo para la prehistoria y época romana. En relación con el textil producido por mujeres, sabemos que en la Antigüedad los trabajos del hilado, la creación de tejidos y los bordados siempre han estado relacionados con el trabajo femenino dentro del hogar, donde los excedentes de producción se colocaban en el mercado.<sup>31</sup>

Esta cuestión, va en paralelo con un desarrollo técnico y productivo que requería de una especialización y profesionalización, tanto del hilado como del tejido, como nos indica el uso de un instrumental complejo y la diversidad de las materias obtenidas (tipo de hilo, grosor, torsión, decoraciones, tramas, etc.). En este sentido Costin defiende a partir de diferentes ejemplos (alfarería, metalurgia, etc.) que la especialización productiva puede tener la casa como centro de trabajo, y desmonta la falsa contradicción entre taller y espacio doméstico para jerarquizar el trabajo.<sup>32</sup> La especialización queda además evidenciada por la existencia de contratos de aprendizaje en sectores textiles para ambos sexos.<sup>33</sup>

En relación con la materialidad arqueológica, veremos en el apartado siguiente cómo hay un proceso de especialización de los medios de producción textiles, una cuestión general y correlaciona con otro tipo de producciones en al-Andalus como bien han demostrado los estudios en metalurgia o cerámica.<sup>34</sup>

Además, sabemos que el sector textil por las herramientas de trabajo y características internas demanda de una gran cantidad de mano de obra para su funcionamiento y que alguno de sus procesos es fácil de combinar con otras labores. En correlación con estudios cuantitativos, P.Wild, estimaba que la relación entre personas destinadas al hilado frente al tejido era de 5-1.<sup>35</sup> Esto nos ayuda a entender porqué la materialidad arqueológica tiene siempre, o al menos para los casos que veremos, mayor presencia de evidencias relacionadas con las actividades de hilado.

---

<sup>28</sup> Rosa Rodríguez Magda, *Foucault y la genealogía de los sexos* (Barcelona: Anthropos, 1999), 161.

<sup>29</sup> Sánchez Liranzo Olga, “Planteamientos feministas para la praxis de una arqueología social. Un análisis crítico de la historiografía marxista” (PhD thesis, University of Sevilla, 2001).

<sup>30</sup> Eva Alarcón García, “Arqueología de las actividades de mantenimiento: un nuevo concepto en los estudios de las mujeres en el pasado,” *Arqueología y Territorio*, no. 7 (2010): 197.

<sup>31</sup> Carmen Alfaro Giner, “La mujer y el trabajo en la España prerromana y romana. Actividades domésticas y profesionales,” *Mélanges de la Casa de Velázquez*, no. 40-2 (2010): 26.

<sup>32</sup> Cathy Costin, “What is a Workshop,” in *Approaches to the Analysis of Production Activity at Archeological Sites*, eds. Anna K. Hodgkinson and Cecilie Lelek Tvetmarken (Oxford: Archaeopress Publishing Ltd), 177-197.

<sup>33</sup> E. Wipszycka, “Textiles. Organization of Production,” in *The Coptic Encyclopedia*, ed. A.S. Atiya (New York: Macmillan, 1999), 2219; Carmen Alfaro Giner, “Sobre trabajadoras textiles especializadas en el Egipto helenístico romano,” *Saitabi*, no. 49 (1999): 325-328.

<sup>34</sup> Victoria Amorós Ruiz, *El Tolmo de Minateda en la Alta Edad Media* (Alicante: Universidad de Alicante, 2018).

<sup>35</sup> P. J. Wild, “The textile industries of Roman Britain,” *Britannia*, no. XXXIII (2002): 8-9.

Para el caso específico de la Edad Media, aunque son escasas las ordenanzas o regulaciones laborales del textil doméstico sí que aparece la figura de los encargados que recogían la producción doméstica de núcleos rurales.<sup>36</sup>

A nivel general, D. Cardon sostiene que durante la Edad Media en gran parte de Europa las mujeres que trabajaban en la industria textil eran tan numerosas como los hombres y participaban en todas las actividades con igual destreza, porque todas las tareas conllevaban una labor en equipo en la que todos los artífices colaboraban de acuerdo con su especialidad.<sup>37</sup> En el territorio castellano, en la Baja Edad Media, las ordenanzas de la ciudad apuntan a la importancia del trabajo de las mujeres en el hilado, dentro de un sistema familiar y corporativo.<sup>38</sup> Existe una amplia bibliografía sobre el trabajo doméstico en la industria textil, tanto en la península ibérica<sup>39</sup> como en Europa.

Para al-Andalus, con el objetivo de aportar una contextualización histórica concreta recurrimos a las fuentes textuales que reflejan el protagonismo femenino de las mujeres en el trabajo textil doméstico.

Las crónicas históricas que tratan a determinados personajes, normalmente vinculados con las élites políticas, nos dan información en este sentido. El caso de Al-Mansur Ibn Abi Amir (háyib Almanzor) (s. X-XI), quien llevaba a vender al zoco los hilos fabricados por su madre<sup>40</sup> o las hijas de Al-Mutamid (s. XI), despojadas de posición y recursos, trabajaron en la venta de telas que producían ellas mismas.<sup>41</sup>

Los tratados de *hisba* (Ibn `Abd al-Ra'uf [s. XI]<sup>42</sup>, Ibn 'Abdūn y al-Saqāwī [s. XIII]), apuntan a la existencia de una normativa y reglamentación de fabricación y venta de productos textiles en las medinas.<sup>43</sup> Estas obras tratan sobre zocos específicos para hilanderas, bordadoras o tejedoras<sup>44</sup> o las prácticas habituales que debían seguir en las transacciones. Estos ligeros apuntes, aunque no deben generalizarse, sí nos sirven para situar estas actividades en un funcionamiento económico mayor, en el contexto de una interrelación interurbana y con las mujeres como protagonistas de un sector económico que merecía el mismo aprecio y ordenación que los otros (alimenticio, alfarero, etc.).

---

<sup>36</sup> Ver nota 3: 93.

<sup>37</sup> Ver nota 6: 317-319, 539-540.

<sup>38</sup> Tomás Puñal Fernández, "El trabajo de los paños. Elaboración y transformación en el siglo XV: Modelos de producción y jerarquización en el eje Burgos-Madrid-Toledo," *Anuario de Estudios Medievales*, no.48/1 (2018): 271-298.

<sup>39</sup> Especialmente: María Isabel del Val Valdivieso, "Los espacios del trabajo femenino en la Castilla del siglo XV," *Studia historica. Historia medieval*, no. 26 (2008): 63-90. Joana Sequeira y Arnaldo Sousa Melo, "A mulher na produção têxtil portuguesa tardomedieval," *Medievalista*, no. 11 (2012), <http://journals.openedition.org/medievalista/780>

<sup>40</sup> Mikel Epalza, "La mujer en el espacio urbano musulmán," in *La mujer en al-Andalus. Reflejos históricos de su actividad y categorías sociales*, ed. María Jesús Viguera Molins (Madrid/Sevilla: Editoriales Andaluzas Unidas, 1989), 53-60.

<sup>41</sup> Manuela Marín, "Las mujeres de las clases sociales superiores: Al-Ándalus, desde la conquista a finales del califato de Córdoba," in *La mujer en Al-Ándalus: Reflejos históricos de su actividad y categorías sociales*, ed. María Jesús Viguera Molins (Madrid/Sevilla: Ediciones Andaluzas Unidas, 1989), 120.

<sup>42</sup> Ibn `Abd al-Ra'uf, *Córdoba a mediados del siglo X*. Edición, traducción y estudio del tratado de Ibn `Abd al-Ra'uf por Pedro Chalmeta (Fundación Ibn Tufayl, 2019).

<sup>43</sup> Yasmina Romero Morales, "Los tratados de hisba como fuente para la Historia de las mujeres: presencia y ausencia en el espacio urbano andalusí," *Hesperia. Culturas del Mediterráneo*, no. IV-I (2008): 147-160.

<sup>44</sup> Manuela Marín, "Espacios domésticos en la literatura hagiográfica magrebí," In *La casa medieval en la Península Ibérica*, Eds. Elena Díez de Jorge, Elena, y Julio Navarro Palazón (Madrid: Editorial Sílex, 2015), 160.

### 3. EL TEXTIL EN AL-ANDALUS. DIFERENTES APROXIMACIONES.

El conocimiento del textil en al-Andalus es de grado diferente según el tipo de materialidad a la que aludamos. El estudio de los tejidos conservados de origen andalusí no es una cuestión novedosa, existen importantes trabajos sobre esta materia tanto a nivel de las fuentes escritas<sup>45</sup> como de aquellos tejidos conservados.<sup>46</sup> La investigación sobre la materialidad, sin embargo, ha estado centrada en tejidos de naturaleza suntuosa tanto por su tipo (banderas, sudarios, etc.) como por su materia prima (seda, hilo de oro, etc.). Esto ha llevado a importantes trabajos<sup>47</sup> centrados en las cuestiones estéticas o simbólicas, ya que estos tejidos suelen estar profundamente decorados en el s. XII-XIII.

En este mismo sentido, la seda ha representado la materia prima más estudiada<sup>48</sup> y se ha profundizado enormemente sobre su extensión, organización, productividad, etc. Sin embargo, seguimos desconociendo enormemente las herramientas utilizadas para su elaboración tanto en hilado como en el tejido, más allá de aproximaciones de carácter textual<sup>49</sup> o de novedosas propuestas a partir del s. XV que empiezan a apuntar al inicio de industrialización de la actividad textil en la baja edad media.<sup>50</sup> Además, todas estas producciones de carácter elitista estarían producidas o controladas en el “*tiráz*”, oficinas de producción supeditadas directamente por el poder político y que tienen su origen en el periodo emiral.<sup>51</sup>

Estos estudios permiten un conocimiento histórico general sobre la importancia de estas actividades y conocer muchas de sus características (técnicas, materias primas, simbología, epigrafía, etc.) y son esenciales para cualquier aproximación sobre el textil. Nosotrosaremos referencia a otro tipo de producción que parte necesariamente de estos trabajos, proponiendo un estudio sobre la técnica productiva utilizada para la elaboración de tejidos, concretamente los realizados en el interior del espacio doméstico y en base a materias primas más accesibles (lana, lino y algodón).

#### 3.1. LA ARQUEOLOGÍA DE LA PRODUCCIÓN Y AL-ANDALUS: HACIA UNA PRODUCCIÓN TEXTIL.

El registro arqueológico nos permite inferir toda una serie de áreas de actividad textil en el seno de los espacios domésticos que nos ayudan a entender la extensión, generalización o interrelación de esta producción por el territorio de al-Andalus. Como hemos apuntado, la mayor parte de las citas históricas remiten a contextos urbanos muy desarrollados (Córdoba y Málaga), así que la arqueología se torna doblemente necesaria para resolver estas cuestiones. Sin embargo, el estudio arqueológico de la producción textil a partir del registro arqueológico para al-Andalus, tanto en el conocimiento de los instrumentos como en su organización, ha sido escasamente tratado, exceptuando los pioneros trabajos de Manuel Retuerce sobre esta

<sup>45</sup> Mirar nota 10.

<sup>46</sup>Ver especialmente: Laura Rodríguez Peinado y Francisco de Asís García García, *Arte y producción textil en el Mediterráneo Medieval* (Madrid: Editorial Polifemo, 2019).

<sup>47</sup> Silvia Saladrigas Cheng, Silvia, “Los tejidos en Al-Andalus. Siglos IX-XVI: aproximación técnica,” in *España y Portugal en las rutas de la Seda. Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente. Comisión española de la ruta de la seda*, eds. Ricardo Franch Benavent et al. (Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996), 74-98.

<sup>48</sup> José López de Coca, “La seda en el reino de Granada (Siglos XV-XVI),” in *España y Portugal en las rutas de la Seda. Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente*, eds. Ricardo Franch Benavent, et al. (Barcelona, Universidad de Barcelona, 1996).

<sup>49</sup> Saladrigas Cheng Silvia, “Los tejidos en Al-Andalus. Siglos IX-XVI: aproximación técnica),” in *España y Portugal en las rutas de la Seda. Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente*, eds. Ricardo Franch Benavent, et al. (Barcelona, Universidad de Barcelona, 1996), 74-98.

<sup>50</sup> Enrico Giannichedda, “Lo scavo di Santa Maria in Passione e l’industria della seta a Genova,” *Archeologia Medievale*, no. XXXVII (2010): 370.

<sup>51</sup> Mirar nota 10: 42.

cuestión centrados en la aparición del telar horizontal<sup>52</sup> o de Claudio Torres sobre la identificación del instrumental para hilado conocido como “torres de rueca”.<sup>53</sup> De esta manera, aún no existen trabajos exhaustivos sobre las herramientas que afectan o son necesarias en estas cadenas operativas salvo aproximaciones recientes<sup>54</sup> pero que no superan el ámbito de un yacimiento concreto.

En la actualidad, destacan también los recientes estudios de Ana Cabrera<sup>55</sup> referidos a aproximaciones arqueométricas, tales como el estudio de fibras con *SEM*, análisis de tintes con Cromatografía y dataciones radiocarbónicas sobre tejidos para conocer su cronología. Nos servimos así del registro arqueológico para abordar la evolución o transformaciones técnicas acontecidas en relación con las maneras de trabajar el textil. A su vez, esta perspectiva nos sirve para contribuir o superar el estatus quo que rodea el entendimiento actual del espacio doméstico andalusí.<sup>56</sup>

Aunque son numerosos los contextos domésticos donde han aparecido estos materiales de trabajo ligados tanto al hilado como al tejido, nos centraremos especialmente en dos yacimientos arqueológicos del sudeste que se han podido trabajar de manera directa en esta investigación. Nos referimos a Albalat (Romangordo, Cáceres) y Mértola (Alentejo, Portugal). Ambas son pequeñas medinas amuralladas en relación con ríos (Tajo y el Guadiana) y que tienen sus principales fases de ocupación entre los ss. XII-XIII.

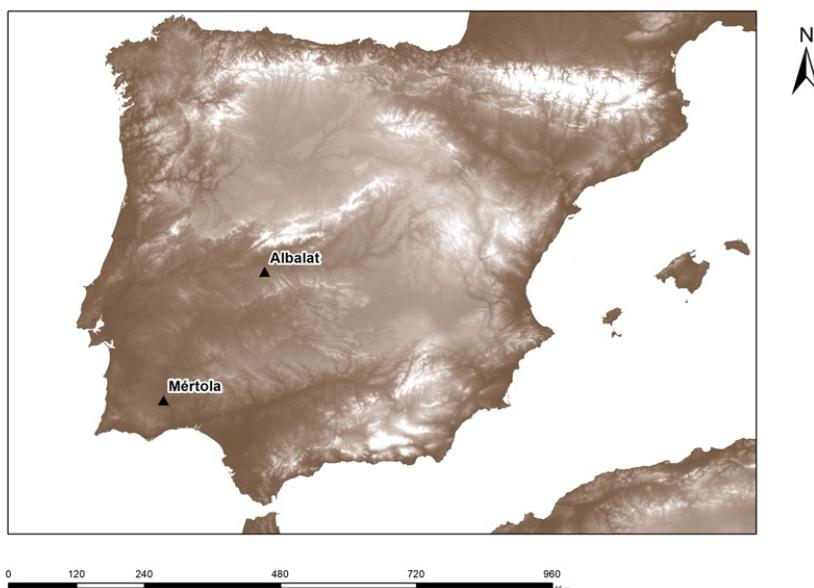


Figura 1. Mapa Ubicación Mértola – Albalat.

<sup>52</sup> Manuel Retuerce Velasco, “El templén ¿primer testimonio del telar horizontal en Europa?”, *Boletín de arqueología medieval*, no. 1 (1987): 71-78.

<sup>53</sup> Cláudio Torres, “Uma proposta de interpretação funcional para os conhecidos ‘cabos de faca’ em osso já com longa história na arqueología ibérica,” in *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, eds. VV.AA. (Valladolid: Junta de Castilla y León, Conserjería de Educación y Cultura, 1986), 331-341.

<sup>54</sup> Manuel Retuerce Velasco, Alejandro Floristán García y Miguel Ángel Hervás Herrera, “Útiles medievales relacionados con la actividad textil procedentes de Calatrava la Vieja (Ciudad Real),” in *Arte y producción textil en el Mediterráneo Medieval*, eds. Laura Rodríguez Peinado y Francisco de Asís García García (Madrid: Ediciones Polifemo, 2019), 367-389.

<sup>55</sup> Ana Cabrera Lafuente, “Proyecto «Interwoven» y la evaluación del colecciónismo de tejidos medievales de la península ibérica en el Victoria and Albert Museum de Londres,” in *Arte y producción textil en el Mediterráneo medieval*, eds. Laura Rodríguez Peinado y Francisco de Asís García García (Madrid: Polifemo, 2019), 397- 420.

<sup>56</sup> José María Moreno Narganes, “Los espacios domésticos del Gharb al-Andalus (s. XII-XIII): Mértola, Silves y Tavira como paradigmas de estudio,” *Arqueología Medieval*, no. 15 (2020): 241-251.

Antes de entrar a valorar la aparición y distribución de herramientas de trabajo debemos hacer una ligera definición de estas, pues hacen alusión dentro de una cadena operativa mayor a las actividades de hilado y tejido. A continuación, haremos referencia a fusayolas/torteras (hueso trabajado y barro), torres de rueca (hueso trabajado) y puntas de huso (bronce) para entender los instrumentos usados para generar hilo antes de tejer. En cuanto a la producción de tejido, el indicador principal y el único conservado en el registro arqueológico será el templén-templazo/*tempereiro*, una herramienta de hierro necesaria y complementaria en el uso del telar horizontal que ayuda a un mantenimiento fijo de las orillas según se va realizando el tejido.

En Albalat (s. XII) las excavaciones han puesto en evidencia más de 20 espacios domésticos articulados en torno a patio central y con diferentes crujías especializadas a su alrededor (cocina, salón, etc.).<sup>57</sup> En estos contextos hemos podido distribuir un total de 20 indicadores de hilado-tejido (8 fusayolas, 5 puntas de huso, 4 torres de rueca y 3 templenenses), partiendo de esto hemos podido determinar que en 12 espacios domésticos aparecen actividades de hilado y en solo 2 hay evidencias de trabajo ligado al tejido.

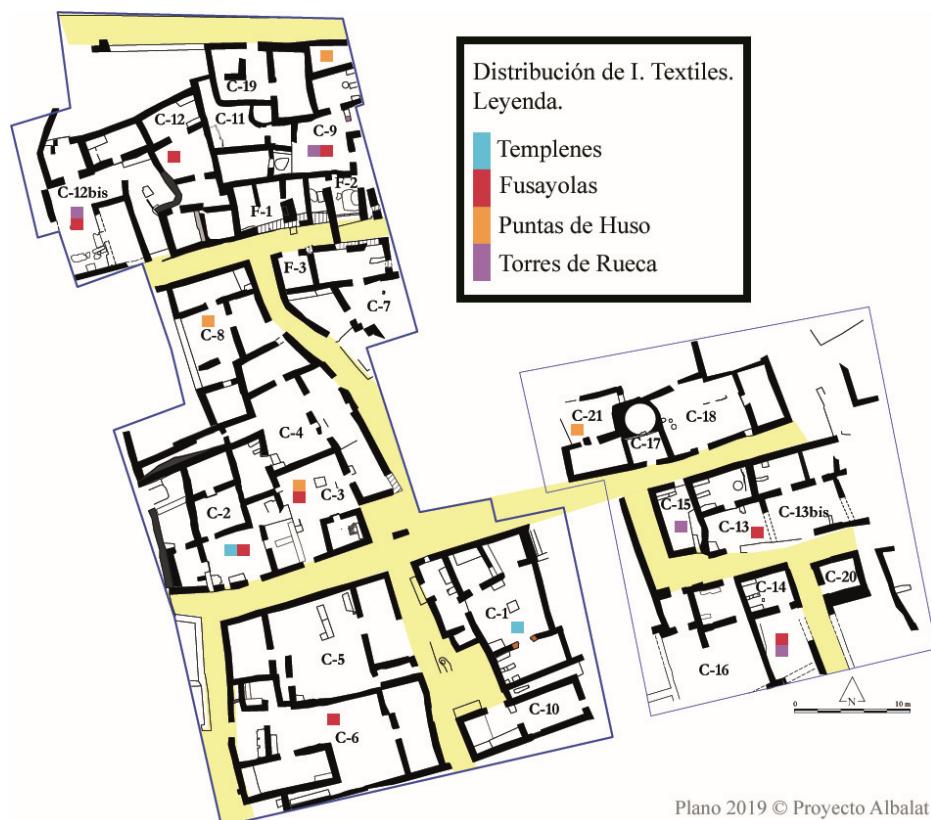
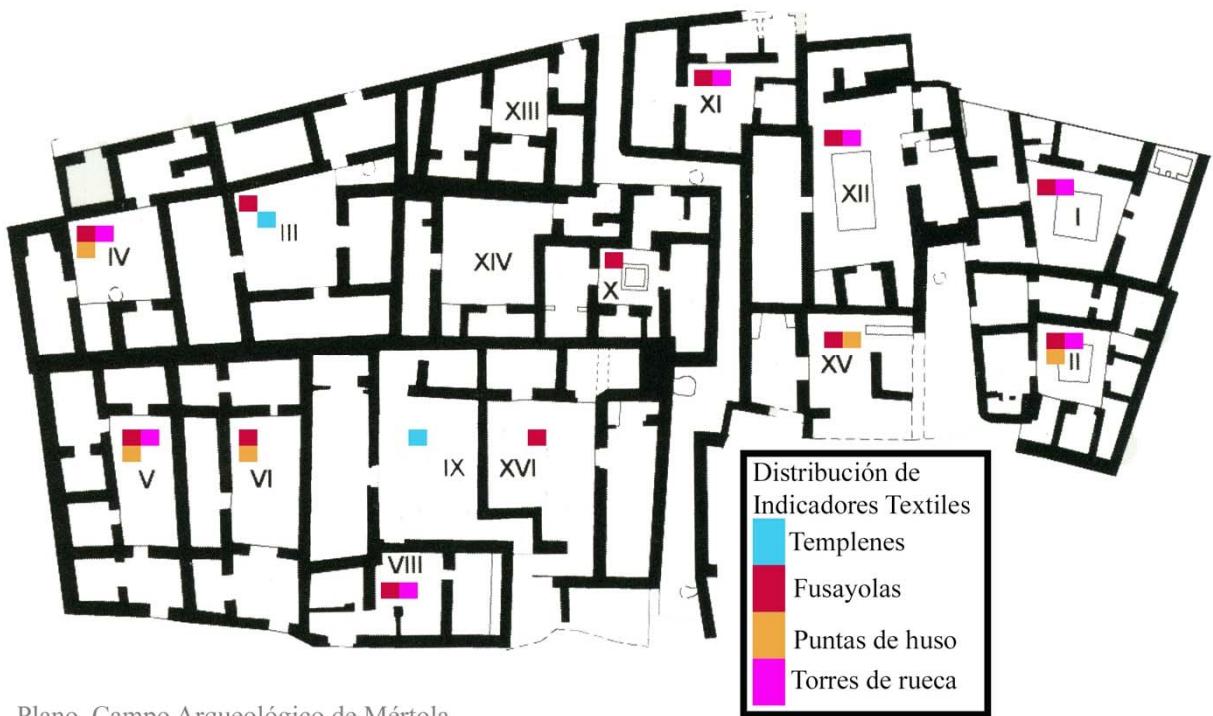


Figura 2. Distribución Indicadores textiles. Albalat (Proyecto Albalat).

El caso de Mértola (ss. XII-XIII) con 16 casas en el barrio de la “alcáçova”<sup>58</sup>, ha proporcionado 94 indicadores de trabajo textil (27 puntas de huso, 50 fusayolas, 14 torres de rueca y 3 templenenses). De estas casas, 12 tienen presencia de indicadores de hilado, y en 2 han aparecido templenenses.

<sup>57</sup> Sophie Gilotte, “El día después: Albalat y el imperio africano,” in *Bataliús III: estudios sobre el reino aftasí*, eds. Juan Zozaya Stabel-Hansen y Guillermo S. Kurtz. (Badajoz: Gobierno de Extremadura, 2014), 259-276.

<sup>58</sup> Santiago Macias, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo* (Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006).



Plano. Campo Arqueológico de Mértola.

Figura 3. Distribución Indicadores textiles. Mértola (Campo Arqueológico de Mértola).

Representada la distribución de las herramientas de trabajos que demuestran la interconexión y la participación de muchos de los espacios domésticos, profundizaremos en las herramientas particulares que nos permiten entender mejor estas producciones. Se hará referencia concretamente a los instrumentos especializados que apuntan a la existencia de talleres domésticos ligados al textil.

### 3.2. EL HILADO: FUSAYOLAS/TORTERAS, PUNTAS DE HUSO Y TORRES DE RUECA.

Las puntas de huso, generalmente fabricadas en bronce, representan la evolución tecnológica del hilado, pues no aparecen en el registro arqueológico hasta el ss. XI-XII<sup>59</sup> siendo escasos los hallazgos anteriores en metal, salvo los ganchos de hierro para hilado/torsión documentados en Santander en los ss. VII-VIII.<sup>60</sup> Esta variabilidad denota una pieza cuidada en su elaboración y detalle pues sabemos que era un elemento casi en su totalidad de madera hasta estos momentos.

<sup>59</sup> Rafael Azuar Ruiz, *Denia islámica. Arqueología y poblamiento*. (Alicante: Instituto de Cultura “Juan Gil-Albert”, 1989).

<sup>60</sup> Enrique Gutiérrez Cuenca y José Ángel Hierro Cárate, “Instrumentos de actividad textil de época tardoantigua y altomedieval de Cantabria,” *Munibe*, no. 61 (2010): 261-288.

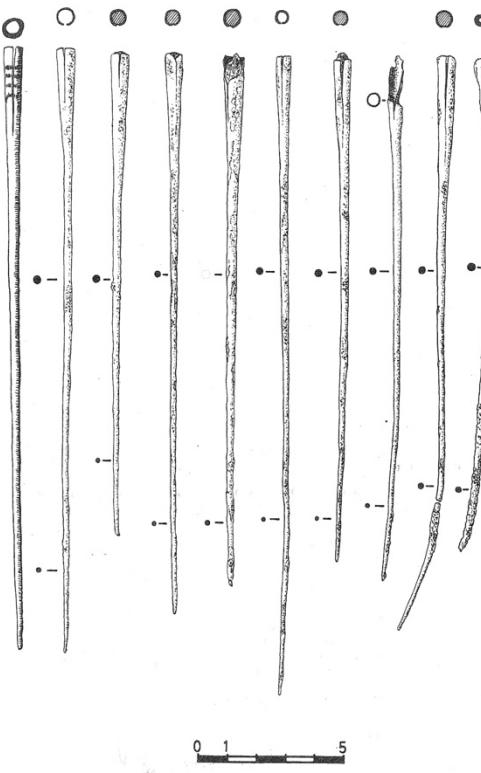


Figura 4. Puntas de huso de bronce. Torre Grossa<sup>61</sup>

En cuanto a su morfología, se trata de un tipo de aguja hueca y circular, generalmente de pequeño diámetro (1 cm) que se va reduciendo según se desarrolla hacia su punta. Además, en esta pueden verse marcas o surcos intencionadas para la conducción del hilo.

Las fusayolas/torteras, mayormente de forma discoidal o lenticular, de las cuales tenemos muchos más indicadores desde la tardoantigüedad, son reflejo a su vez del proceso de tecnificación y profesionalización del trabajo. Si atendemos a las características de las fusayolas encontradas en los contextos de Mértola/Albalat, vemos que en su generalidad presentan un peso de 2-3 gr y un uso mayoritario del hueso decorado como materia prima. Esto viene a suponer una calidad y finura de los trabajos, que parecen apuntar a una mayor resistencia y finura del hilo.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> Rafael Azuar Ruiz, *Castillo de la Torre Grossa (Jijona)* (Alicante: Museo Arqueológico de Alicante - MARQ, 1985), 112.

<sup>62</sup> Fabienne Médard, "Préparation et transformation du lin destiné à la production des fils extrêmement fins. Données archéologiques, anatomiques et expérimentales," *Bulletin du CIETA*, no. 82, 6-24 (2005).

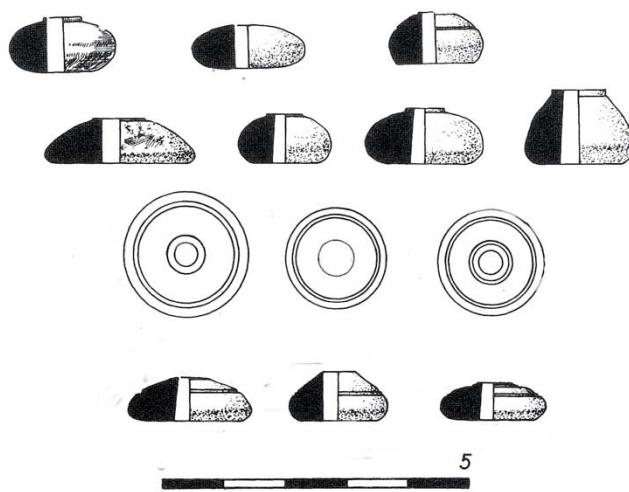


Figura 5. Fusayolas. Torre Grossa.<sup>63</sup>

Este proceso evolutivo de las fusayolas queda en evidencia si atendemos a estos indicadores en otros momentos históricos anteriores como la tardoantigüedad<sup>64</sup>, emirales<sup>65</sup> o califales-taifa. Se genera no solo un cambio en la materia prima, de lítica y cerámica al hueso, sino también una evolución en sus formas con procesos de estandarización de las herramientas ya desde el s. X. Así lo vemos con los hallazgos de Zaragoza, Vascos<sup>66</sup>, Bayyana (Pechina) y Toledo.

En el caso concreto de las fusayolas que hemos podido estudiar en Bayyana<sup>67</sup>, vinculadas a espacios domésticos, demuestran una perceptible estandarización en su morfología y su materia prima, pues todas están hechas con barro cocido y un peso entre los 15-20 gr.

La última de las herramientas a tratar para el hilado son las “torres de rueca” realizadas en huesos largos y profundamente decoradas. Se trata de una pieza de excepcional cronología pues parece ligada a contextos de los ss. XII-XIII, salvo algún caso muy concreto previo, y se encuentra documentada tanto en yacimientos de al-Andalus y el Magreb (Igílliz en el Anti-Atlas y en Qasr al-Seguir en Tánger) lo que demuestra la expansión de estas

<sup>63</sup> Ver nota 58: 122.

<sup>64</sup> Enrique Gutiérrez Cuenca y José Ángel Hierro Cárate, “Instrumentos de actividad textil de época tardoantigua y altomedieval de Cantabria,” *Munibe*, no. 61 (2010): 261-288; Celtia Rodríguez-González, “De-xenerando” ás casas: unha ollada cara ás Actividades de Mantemento na Galiza tardoantiga,” in *Actas XII Jóvenes investigadores en Arqueología JIA* (Pontevedra: INCIPIT-CSIC, en prensa).

<sup>65</sup> Víctor Cañavate Castejón y Sonia Gutiérrez Lloret, “Cerámica, espacios domésticos y vida social: El temprano al-Andalus en el sureste peninsular a la luz del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete),” in *X Actas Do Congreso Internacional. A Cerâmica medieval no Mediterrâneo*, eds. María Gonçalves y Susana Gómez Martínez (Silves: Câmara Municipal de Silves y Campo Arqueológico de Mértola, 2015), 60.

<sup>66</sup> Ricardo Izquierdo Benito, *Vascos: la vida cotidiana en una ciudad fronteriza de Al-Andalus* (Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999).

<sup>67</sup> Es menester agradecer al Museo Provincial de Almería poder permitirme el acceso a los materiales, y especialmente a su conservador Manuel Ramos Lizana quien puso todo su esfuerzo en el éxito de mi investigación.

herramientas en una cronología y territorio muy determinado. Estas piezas son parte de las ruecas a modo de remate decorativo en su parte superior y funcionan como herramienta auxiliar al huso-fusayola ya que en la rueca se coloca la fibra antes de ser hilada.

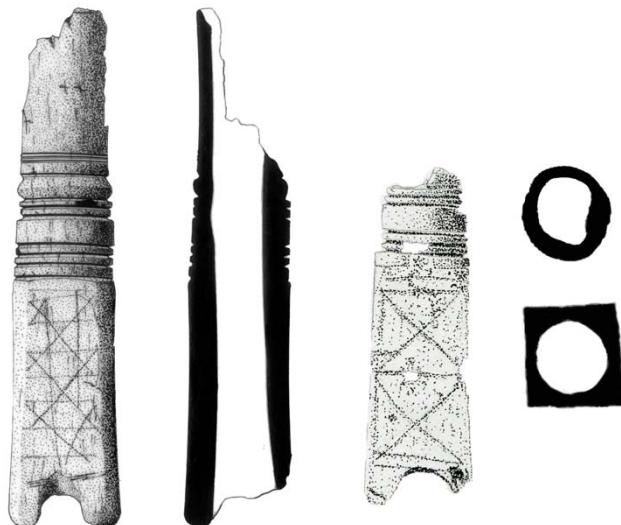


Figura 6. Torres de Rueca. Izquierda Mértola (Campo Arqueológico de Mértola). Derecha Albalat (Proyecto Albalat. Dibujo de A. Durand).

Mas allá de cuestiones culturalistas por la cronología, debemos preguntarnos porqué estas piezas se realizan para este momento en huesos largos de animal frente a otros momentos donde predomina la materia vegetal dura o el metal. Para esto tendremos que relacionar estas piezas posiblemente con un proceso de tecnificación, riqueza y explotación intensiva de la ganadería que permite un mayor aprovechamiento de los huesos de animal para estas herramientas. Además, estas piezas son en su naturaleza un indicador de movilidad, ya que no es una herramienta esencial al poder hilarse cogiendo la fibra desde otros recipientes y gana su sentido porque permite la movilidad de la hilandera, en relación con otras labores que necesiten movimiento como el pastoreo o entre casas.

### 3.3. TEJIDO: LA CUESTIÓN DEL TELAR HORIZONTAL.

En lo que respecta al telar horizontal tanto el registro arqueológico como las fuentes escritas parecen indicar que no aparecería en al-Andalus de manera general hasta el s. XI-XII<sup>68</sup> como demuestran los casos de Vascos<sup>69</sup> y Cidade das Rosas<sup>70</sup>. Aunque existen algunos hallazgos excepcionales de época emiral (s. IX) en Medina Elvira.<sup>71</sup>

La aparición de este telar viene determinada por el hallazgo de “templenes o templazos” en el registro arqueológico, una pieza formada por una parte metálica (hierro) en forma de plana con 3 dientes y una vara de madera donde se inserta (no se conserva). Funciona en pares pues debe ir cada uno enganchado a los laterales del tejido que se está realizando. Su utilidad radica en servir de guía y mantener correctamente las orillas del tejido en su desarrollo, por esto se coloca entre la persona que teje y el peine, moviéndose según se va

<sup>68</sup> Ver nota 11.

<sup>69</sup> Ver nota 47: 174.

<sup>70</sup> Ver nota 38: 71-78.

<sup>71</sup> Ver nota 40: 275.

realizando la pieza. También ayuda para evitar la tensión excesiva sobre el peine del telar, especialmente cuando éste está realizado en cañas o materias vegetales duras.

A nivel general este tipo de telar está constatado por hallazgos arqueológicos en Europa central (región de los Alpes) del s. VII<sup>72</sup> y lo encontramos también en la iconografía o la arqueología por la Europa Medieval.<sup>73</sup>

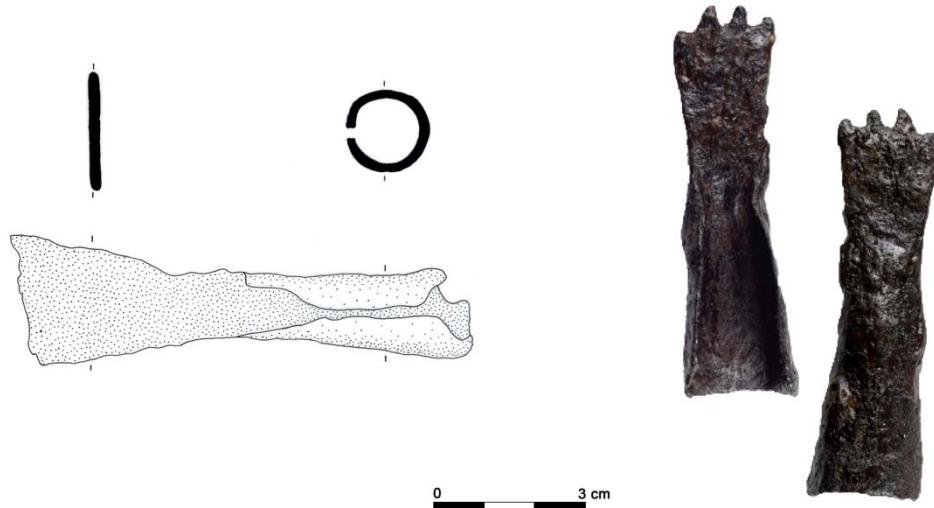


Figura 7. Templanos andaluces: Izquierda, Mértola (Campus Arqueológico de Mértola). Derecha, Albalat.<sup>74</sup>

En cuanto a la evolución de las herramientas, a partir del s. XI, se produciría una expansión de este tipo de telar que vendría a coincidir con otro proceso, prácticamente simultaneo en la península ibérica, como es la desaparición del telar vertical de “pesas” de tradición mediterránea<sup>75</sup> que no parece continuar más allá del s. X, aunque sí perdurará en otros espacios de Europa.<sup>76</sup>

Los últimos casos documentados serían los encontrados en los espacios domésticos de Bayyana (Pechina, Almería. s. IX-X).<sup>77</sup> A sabiendas de estos podemos inferir una posible transformación en los modelos productivos textiles y sus herramientas de trabajo en al-Ándalus, a partir del s. XI.

La distribución de indicadores de telar horizontal (templén) en ambos yacimientos nos indica que únicamente aparece en 2 casas de Mértola y 2 de Albalat, es decir en un total de 4 casas de más de 35. Este número tan limitado de hallazgos nos permite inferir una posible

<sup>72</sup> Rast-Eicher, A. & Windler, R., “Mit den Füßen weben,” *Tradition und Innovation in der mittelalterlichen Webstuhltechnologie. Kunst und Architektur in der Schweiz* 4, no. 57 (2006), 29-35.

<sup>73</sup> Laura Rodríguez Peinado y Ana Cabrera Lafuente, “Mujer y actividad textil en la Antigüedad tardía y la Edad Media Temprana,” in *Género y mujeres en el Mediterráneo Antiguo. Iconografías y literaturas*, eds. Conesa Navarro et al. (Murcia: Centro de estudios del Próximo Oriente y Antigüedad Tardía, 2009), 370.

<sup>74</sup> Sophie Gilotte y Yasmina Cáceres, Al-Balât Vida y guerra en la frontera de al-Andalus (Romangordo, Cáceres) (Cáceres: Diputación de Cáceres/ Junta de Extremadura, 2017), 170.

<sup>75</sup> Carmen Alfaro Giner, *El tejido en época romana* (Madrid: Arco Libros, 1997).

<sup>76</sup> Ver nota 65: 204.

<sup>77</sup> Manuel Acién Almansa, Francisco Castillo Galeano y Rafael Martínez Madrid, “Excavaciones en el barrio artesanal de Bayyana (Pechina, Almería),” *Archéologie Islamique*, no. 1 (1990): 152.

especialidad productiva que suponía el trabajo textil, sobre todo, del tejido pues solo aparece en determinados espacios domésticos.

En cambio, las áreas de actividad ligadas al hilado se han identificado en 24 de las 36 casas, 12 en Mértola y 12 en Albalat. Esto es indicativo de que se trata de un trabajo más generalizado, debido presumiblemente a la cantidad de hilo necesario y su tiempo de realización para el funcionamiento de un telar horizontal. También puede radicar la menor especialización que necesitaría este trabajo, su complementariedad con otras labores y su movilidad.

En ambos trabajos nos referimos a tareas dentro de un trabajo especializado de diferente grado y forma, en cadenas de conocimiento complejas que se insertan en formas de producir desarrolladas y complementarias en el funcionamiento del textil económico.

#### 4. CONCLUSIONES

Esta investigación pretendía mostrar cómo el estudio relacionado del espacio doméstico y los indicadores textiles nos puede ayudar a profundizar sobre la manera de funcionar y organizar el sector textil en al-Andalus (ss. XII-XIII) a partir de las casas y sus habitantes. Además, esta industria y sus formas de trabajo son parte de procesos mucho mayores que abarcan desde la prehistoria hasta la actualidad.

La distribución diferencial de herramientas nos indica contrastes a nivel productivo entre los espacios domésticos, que así mismo, se interrelacionarían en la compraventa de materias primas, hilo y piezas terminadas a partir de mercados monetizados. De esta manera no se pone en duda el trabajo doméstico y privado de la mujer, sino la connotación de aislamiento con el exterior social y económico, pues todo espacio doméstico se inserta en un entramado histórico superior que lo determina.

El estudio específico de las herramientas nos permite justificar su especialización productiva como parte de un proceso evolutivo arrancando siglos atrás. Este hecho, junto a la ausencia de talleres segregados ligados al textil nos demuestra que esta actividad económica no solo se realizaba organizada por familias, sino que tenía un lugar preferencial en el espacio doméstico. Proponemos así que una parte del sector textil (en paralelo a otras formas de organizar el trabajo textil) se vertebraría de manera descentralizada e interconecta a partir de diferentes talleres domésticos que participarían en las fases de la cadena operativa textil, y donde las mujeres serían el eje central del trabajo.

Estas características superarán las fronteras de al-Andalus, y su importancia quedará reflejada en la realidad económica tras la conquista.<sup>78</sup> El textil será parte de las redes de intercambio en el periodo bajomedieval a diferentes escalas, entre ellas la internacional, como bien demuestran las mantas “*do Alentejo*”<sup>79</sup> realizadas muy posiblemente en el territorio de Mértola y como producto de un sector textil que tendría sus raíces en al-Andalus.

---

<sup>78</sup> Joana Sequeira, *O Pano da Terra. Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (Porto: Universidade do Porto, 2014), 30.

<sup>79</sup> Ibid., 154-165.

## **Estudio paleográfico de las inscripciones de la pintura valenciana (ss. XIII-XVI)**

Julio Macián Ferrandis  
*Universitat de València*

**Resumen:**

En el presente artículo se exponen los primeros resultados de nuestra tesis doctoral, centrada en el análisis de los textos emplazados en la pintura gótica y renacentista valenciana (1238-1579). Estos serán analizados desde la perspectiva de la paleografía y de la historia de la cultura escrita, buscando responder a las preguntas de quién las encargó, para qué y a quién estaban destinados.

**Palabras clave:**

inscripción, paleografía, epigrafía, arte.

**Abstract:**

In this paper we present the first results of our PhD research, focused on the study of written texts in Gothic and Renaissance Valencian paintings (1238-1579). These inscriptions are analysed from the Palaeographic and History of Written Culture perspectives, trying to answer some questions such as who commissioned them, for what and to whom.

**Keywords:**

Inscription, Palaeography, Epigraphy, Art.

### 1. INTRODUCCIÓN: TEMA Y OBJETIVOS

A lo largo de las siguientes páginas se presentará la tesis doctoral que estamos llevando a cabo y que tiene como objeto de estudio los textos presentes en la pintura gótica y renacentista del reino de Valencia entre los años de 1238 y de 1579.<sup>1</sup> El cometido principal es la elaboración de un corpus en el que se recoja la totalidad de las inscripciones de las obras valencianas de los estilos mencionados. Sin embargo, el estudio de cualquier texto y, en especial, el de las escrituras expuestas, no puede obviar a la sociedad productora ni al público receptor de dichos mensajes. Así, también se analiza el contexto socio-cultural en el que estas pinturas (entendidas como el conjunto de imágenes y de textos) fueron elaboradas. Esta última cuestión es compleja de abordar, por lo que en el presente artículo nos centraremos sobre todo en el planteamiento de los aspectos teóricos y metodológicos de nuestra investigación doctoral más estrechamente relacionados con la paleografía.

La escasa atención que paleógrafos e historiadores del arte han dedicado al análisis de las escrituras expuestas en la pintura constituye la principal problemática a la cual nos enfrentamos. La paleografía siempre ha estado más inclinada hacia el estudio de los manuscritos y de los documentos, mientras que la historia del arte se ha centrado en cuestiones técnicas y estilísticas de las pinturas, obviando por completo los letreros que acompañan a las

---

<sup>1</sup> La realización de este artículo ha sido posible gracias a las Subvenciones para la contratación de Personal Investigador de carácter predoctoral (ACIF) de la Generalitat Valenciana y al Fondo Social Europeo, así como al disfrute de una Beca Erasmus+. Quiero agradecer a la doctora María João Silva y a la compañera Laura Méndez Vergel, así como a los sucesivos correctores de este texto, por sus sugerencias y comentarios, que sin duda alguna han enriquecido y mejorado este trabajo.

imágenes. Ambas disciplinas han mostrado interés en estos textos en muy contadas ocasiones, sólo cuando de su lectura se puede extraer información fundamental.

Por lo tanto, como se ampliará en el estado de la cuestión, nos encontramos ante un campo de investigación inédito y desconocido para la historiografía actual. La principal desventaja de esta situación es evidente: no contamos con una tradición académica que tomar como punto de partida. Este hecho, en principio desfavorable, puede resultar beneficioso para nuestra tesis, al carecer del lastre que suponen ciertas tradiciones historiográficas y metodológicas para las nuevas investigaciones.

En cuanto a los objetivos que hemos planteado, el principal es el estudio de las escrituras expuestas en la pintura como medio de transmisión de ideas y patrones culturales, en el seno de una sociedad generalmente analfabeta. Atendiendo a las palabras de Jean Durliat “seuls des corpus spécialisés et exhaustifs aboutiraient à des conclusions sûres,”<sup>2</sup> es de vital importancia la elaboración de un catálogo que contenga la totalidad de las inscripciones que son objeto de nuestro estudio. En esta investigación, dicho registro se compone de una serie de fichas en las que, entre otros aspectos, se realiza la transcripción paleográfica y la edición crítica de cada texto, se localizan sus fuentes y se cotejan las distintas versiones existentes de cada uno, se analizan las escrituras empleadas y se clasifican las inscripciones según la función desempeñada dentro de la pintura.

En relación con este punto, se busca analizar el contexto socio-cultural en el que se elaboraron dichas pinturas. Este examen tiene distintas vertientes, entre las que destacan, por su trascendencia, la difusión de la cultura escrita en el reino de Valencia; quiénes fueron los comitentes, los artistas y los intermediarios culturales, es decir, las personas que intervinieron en el programa pictórico, así como quienes explicarían su significado al auditorio congregado; y la relación establecida en la pintura entre texto e imagen.

Las motivaciones que nos llevaron a emprender este estudio y establecer dichos objetivos son varias. En primer lugar, analizar las formas gráficas empleadas en la redacción de los mensajes puede ayudar a datar un número elevado de obras que carecen de fecha de ejecución o de autoría, puesto que permite situar la escritura en un periodo cronológico bastante concreto. Somos conscientes de la dificultad que supone fechar una escritura con cierta exactitud, pero no es del todo imposible si comparamos las grafiás de una pintura de la cual no sabemos cuándo se realizó con otra que sí esté datada. El estudio de las afinidades entre las escrituras se puede ver complementado con otros tipos de análisis favorecidos por la propia naturaleza del soporte que las contiene, las pinturas, como el estilístico o los documentos de archivo, que ofrecen una fecha *post quem* para su ejecución.

Por su parte, este mismo análisis permite trazar la evolución de las escrituras, góticas primero, humanísticas después, en el reino de Valencia fuera del contexto librario. Así pues, estableciendo la diacronía gráfica, se pueden observar las similitudes entre el ámbito de las escrituras expuestas y el manuscrito (fundamentalmente, el uso de las mismas escrituras) y sus divergencias, pues estas escrituras se encuentran en un espacio menos rígido que el del libro, lo que les dota de una mayor flexibilidad a la hora de organizar la *mise en page*, el espacio de escritura o la propia morfología de las grafiás.

Por lo que corresponde a la vertiente histórico-artística de esta investigación, puede subsanar errores producidos por malas lecturas de los textos y, de este modo, asignar correctamente autorías, personajes y escenas. Valga como ejemplo una tabla que representa la Leyenda del Caballero de Colonia, custodiada en la colección Lladró (Tavernes Blanques, Valencia).<sup>3</sup> En ella, la Virgen aparece rodeada por una serie de santos, de los cuales sólo uno sostiene una filacteria, un fraile dominico (fig. 1). Algunos investigadores afirman que se trata

---

<sup>2</sup> Jean Durliat, “Épigraphie et société. Problèmes et méthode,” en *Epigrafia medievale greca e latina. ideologia e funzione*, ed. Guglielmo Cavallo y Cyril Mango, 194 (Spoleto: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1995).

<sup>3</sup> Tavernes Blanques (Valencia), Colección Lladró. *La leyenda del Caballero de Colonia* (atribuido al Maestro de la Porciúncula, 1475-1500).

de fray Alain de la Roche, difusor del culto del rosario en la Orden de Predicadores.<sup>4</sup> No obstante, la lectura del texto *Timete Deum et date illi honorem* (Apoc 14, 7), que acompaña al personaje, nos indica que es el valenciano san Vicente Ferrer, siempre representado junto a esta cita apocalíptica.

Finalmente, hay que señalar que, en la actualidad, tampoco se dispone de un catálogo que recoja la totalidad de la rica producción pictórica valenciana. A pesar de que existe una abundante bibliografía sobre el tema, compuesta por artículos y catálogos de exposiciones, todo son estudios de caso que no ofrecen una imagen conjunta y diacrónica de nuestro arte. Ello se hace especialmente patente para los períodos gótico y renacentista, donde la lejanía temporal, la escasez de documentación original y la dispersión o desaparición de muchas de las obras dificultan su estudio. En este sentido, el proyecto de tesis doctoral que se presenta también pretende contribuir en este ámbito. Nuestro catálogo, de una magnitud considerable, ofrecerá una visión amplia y diacrónica del arte valenciano de los siglos XIII al XVI.<sup>5</sup>

Un estudio de estas características se presta a establecer unos límites geográficos y cronológicos bastante amplios, cubriendo diferentes territorios y períodos artísticos que favorezcan un análisis comparativo del uso de los textos en la pintura. Sin embargo, la necesidad de acotar el campo de estudio nos llevó a establecer unas coordenadas temporales y espaciales bastante concretas: el periodo entre 1238 y 1579 y las fronteras del antiguo reino de Valencia (fig. 2). Ambas fechas corresponden a dos hitos históricos que consideramos importantes para el tema: en el año 1238, el rey Jaime I de Aragón conquistó la ciudad de Valencia a los musulmanes y creó un nuevo reino en estas tierras, integrado en el conjunto de la Corona de Aragón. De este modo, Valencia y su territorio quedaban incorporados a la sociedad cristiana occidental y, por tanto, al sistema gráfico imperante, dominado en aquel momento por las escrituras góticas. En cuanto al límite final, en 1579 murió el gran pintor Joan de Joanes, difusor en este reino de los presupuestos estético-gráficos del Renacimiento del *Cinquecento*. Con él quedó establecida la humanística, tanto minúscula como mayúscula, como la única escritura expuesta en uso, poniendo fin a la situación de multigrafismo relativo que se venía viviendo desde el último cuarto del siglo XV, en la que convivían las escrituras góticas con los primeros tanteos de introducción de la capital humanística.

En cuanto a los límites geográficos, la delimitación de nuestra investigación a las fronteras del antiguo reino de Valencia responde a una decisión de índole práctico, dado que la mayoría de las pinturas estudiadas se custodian todavía en instituciones y templos de este territorio, por lo que podemos acceder fácilmente a ellas. Asimismo, Valencia no constituyó en ningún momento un estado aislado e impermeable a las influencias del exterior, sino que estaba en pleno contacto con el resto de los reinos de la Corona de Aragón (Aragón, Cataluña, Mallorca y las posesiones italianas) y su amplia frontera con Castilla favorecía los intercambios con el reino vecino. Por tanto, si bien nos centramos en la producción pictórica valenciana, no desatendemos en ningún momento su relación con el contexto cultural y geográfico que la envuelve. Valga de ejemplo de estas estrechas relaciones entre territorios contiguos el retablo mayor de la catedral de El Burgo de Osma, atribuido al maestro valenciano Gonçal Peris, o la presencia en este reino del pintor florentino Gherardo Starnina.

## 2. ESTADO DE LA CUESTIÓN

Partiendo del hecho de que nos encontramos ante un tema al que no se le ha dedicado la atención debida por parte de los especialistas de la escritura y del arte, es comprensible que el número de estudios dedicados a las inscripciones en la pintura sea reducido, tanto que en la

<sup>4</sup> José Gómez Frechina, “La leyenda del Caballero de Colonia,” en *La memoria recobrada: pintura valenciana recuperada de los siglos XIV-XVI*, ed. Fernando Benito Doménech y José Gómez Frechina, 132-133 (Valencia: Generalitat Valenciana, 2005).

<sup>5</sup> Evidentemente, solo se incluyen las obras que cuentan con textos. No obstante, atendiendo a que la mayoría de las pinturas medievales contaban al menos con un *inri* y, por tanto, con escritura, pocas piezas han quedado fuera de nuestro estudio.

mayoría de los casos se limita al análisis de un pequeño texto o a noticias sobre el posible significado de tal o cual palabra en la obra de un pintor famoso.<sup>6</sup> Sin embargo, contamos con tres trabajos cuya temática coincide plenamente con el de nuestra investigación. Estos estudios nos han resultado de gran ayuda, sobre todo a un nivel metodológico, puesto que todos ellos tienen como objetivo principal la creación de un corpus de inscripciones pictóricas.

En primer lugar, destaca la tesis doctoral de Dario Covi, que recopila y estudia los textos de la pintura florentina del *Quattrocento*.<sup>7</sup> Este trabajo plantea una sistematización de las inscripciones atendiendo a su función, características externas o procedencia, que ha servido de base para la construcción de nuestra propia clasificación de los textos. Por supuesto, el uso de la escritura expuesta estaba mucho más extendido en la Florencia del primer Renacimiento que en el reino de Valencia, por lo que la organización propuesta por Covi ha tenido que ser adaptada a la realidad valenciana.

En segundo lugar, el profesor Francisco Gimeno Blay, director de esta tesis, dedicó un artículo a las pinturas bajomedievales con letreros en catalán.<sup>8</sup> La importancia de este estudio no radica tanto en el inventario como en que se trata del primer trabajo científico en el que se reclama la importancia de los textos expuestos en la pintura para los estudios paleográficos, artísticos y socio-culturales en el ámbito español. Asimismo, el profesor Gimeno define aquí los principales objetivos que una investigación de este tipo debe perseguir y la metodología a emplear.

En tercer y último lugar, Josep María Calatayud Pla elabora en su tesis doctoral inédita un catálogo de inscripciones del románico catalán.<sup>9</sup> En esta ocasión, se da el caso contrario al de Covi, ya que no nos ha llegado un número tal de pinturas románicas catalanas con escritura como para constituir un inventario muy amplio. No obstante, nos resulta interesante la ficha catalográfica diseñada por el autor y a la vez que su trabajo constituye el antecedente de nuestra investigación, tanto por cronología y estilo artístico como por cercanía geográfica.

La naturaleza expuesta de estos textos hace que algunas premisas de la epigrafía también sean aplicables a nuestra investigación. De gran interés resultan los estudios centrados en la recepción de los mensajes expuestos por parte del público, tales como el ensayo de Armando Petrucci *La scrittura: ideologia e rappresentazione*,<sup>10</sup> en el que se estudian las inscripciones públicas como representación del poder; o las actas del congreso *Visibile parlare*, celebrado en 1992, en el que se analiza la repercusión de las inscripciones en lengua vulgar en la sociedad receptora de las mismas.<sup>11</sup> Hemos de aclarar que en la primera versión de este trabajo nuestros conocimientos de epigrafía se limitaban a los más cercanos a la disciplina clásica, es decir, los que sólo consideraban como inscripciones a aquellos textos dispuestos sobre materiales duros, con una clara vocación publicitaria y de carácter solemne. Sin embargo, recientemente hemos descubierto las nuevas tendencias dentro de la disciplina, que

<sup>6</sup> Valgan como ejemplo los siguientes títulos: Charles D. Cuttler, “Holbein’s inscriptions,” *Sixteenth Century Journal* 24, no. 2 (1993): 369-382; Dana Goodgal, “The central inscription in the Ghent altarpiece,” en *Le dessin sous-jacent dans la peinture: Colloque IV*, ed. Dominique Hollanders Favart y Roger Van Schouthe, 74-89 (Lovaina: Université Catholique de Louvain, 1982); Diana Haitovsky, “A new look at a lost painting: the Hebrew inscription in Lorenzo Costa’s ‘Presentation in the Temple’,” en *Artibus et historiae* 29 (1994): 111-120; o Isabelle Dolezalek, *Arabic script on Christian kings. Textile inscriptions on royal garments from Norman Sicily* (Berlín: De Gruyter, 2017).

<sup>7</sup> Dario Alessandro Covi, *The inscription in fifteenth century Florentine painting* (Nueva York: Garland Publishing, 1986).

<sup>8</sup> Francisco M. Gimeno Blay, “[...] e féu vot de ell scriure lo seu nom en les portes de la ciutat.’ Mensajes en catalán en las filacterias de la pintura bajomedieval,” en *Visibile parlare. Le scritture esposte nei volgari italiani dal Medioevo al Rinascimento*, ed. Claudio Ciociola, 101-138 (Nápoles: Edizioni scientifiche italiane, 1997).

<sup>9</sup> Josep María Calatayud Pla, “Instruir els fidels: les filacteries en la pintura romànica catalana” (Tesis doctoral, Universitat Miguel Hernández, 2007).

<sup>10</sup> Armando Petrucci, *La scrittura: ideologia e rappresentazione* (Turín: Giulio Einaudi, 1986).

<sup>11</sup> Claudio Ciociola, ed., *Visibile parlare. Le scritture esposte nei volgari italiani dal Medioevo al Rinascimento* (Nápoles: Edizioni scientifiche italiane, 1997).

consideran como objeto de estudio todos aquellos textos que no se inscriben en papel o pergamino, sean legibles o no e independientemente de la aparatosidad de su trazado.<sup>12</sup>

### 3. FUENTES

Las fuentes primarias de las que disponemos para la elaboración del catálogo de inscripciones es la constituida por las propias pinturas que contienen textos entre sus escenas. No obstante, como ya hemos comentado, la historia del arte valenciano adolece de la falta de una base de datos o un catálogo general que reúna la totalidad de obras. Por tanto, para poder localizar las pinturas más allá de las conservadas en los museos e instituciones más conocidos, hemos recurrido en primera instancia a catálogos de museos y exposiciones, así como a obras generales de historia del arte valenciano. Posteriormente, hemos seguido el rastro de numerosas pinturas a partir de las referencias dadas en estos estudios, buscando bibliografía sobre pintores o piezas concretos, sobre los que abundan artículos específicos. La problemática que se nos presenta con esta bibliografía es que está obsoleta. La mayoría de estos estudios son de principios del siglo XX, cuando importantes intelectuales como Elías Tormo, José Sanchis Sivera, Leandro de Saralegui o Luís Cerveró se interesaron por nuestro arte, pero desde su publicación han surgido nuevas piezas, nuevos artistas y se han modificado muchas atribuciones de obras. Por tanto, hemos de ser muy cuidadosos con la bibliografía utilizada y buscar siempre las últimas investigaciones sobre los pintores y obras estudiados.

Por su parte, el estudio socio-cultural sobre la función, recepción y lectura de estos mensajes se construye a partir de la literatura y de los documentos de archivo. De las obras literarias contemporáneas a las pinturas se pueden extraer algunas referencias sobre las escrituras expuestas. Por ejemplo, en el *Tirant lo Blanch*, obra cumbre de la literatura medieval valenciana, son muy abundantes las menciones de textos pintados en escudos, bordados en las vestiduras o dispuestos en los edificios.

Una investigación de estas características debería construirse especialmente a partir de la documentación de archivo (contratos, álicas de pago, inventarios y testamentos, etc.), máxime si se tiene en cuenta la fecundidad de la documentación notarial valenciana de estos períodos. Por el contrario, los archivos no arrojan mucha luz sobre el proceso compositivo de las pinturas ni sobre la selección de los textos. Los contratos notariales, tan específicos en sus cláusulas, resultan bastante someros a la hora de definir las escenas a representar, por lo que todavía no hemos encontrado ningún contrato de pintura en el que se especifique qué textos deben aparecer, cosa que sí hemos visto en documentos relativos a otros productos, como vidrieras o tapices.<sup>13</sup> Asimismo, no conocemos para el ámbito valenciano la existencia de ninguna muestra o boceto previo a la elaboración de los retablos, en los que se especificasen las escenas a representar y sus elementos internos, como los textos. En este sentido, consideramos que los textos más convencionales, es decir, los que siempre se incluyen en las mismas escenas no debían entregarse al pintor, sino que este debía conocerlos previamente,

<sup>12</sup> Nos referimos especialmente al doctor Vincent Debiais, epigrafista francés y discípulo de Robert Favreau. Su obra es amplia, por lo que aquí nos limitamos a citar una de sus publicaciones más interesantes para nuestra investigación, donde recoge las últimas tendencias historiográficas en el seno de la epigrafía. Vincent Debiais, *Messages de Pierre. La lecture des inscriptions dans la communication médiévale (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle)* (Turnhout: Brepols, 2009).

<sup>13</sup> Por ejemplo, Pere Domènec, jurista de Morella (Castellón), encargó la realización de una vidriera para la Iglesia de Santa María de dicha villa y en el contrato se estipula que “E en mig de la finestra [...] sie ab un títol de letres la scriptura de les quals digué: «Aquesta vidriera feu fer l'onrat en Pere Domènec, savi en dret, anno a Nativitat Domini M<sup>o</sup> CCC<sup>o</sup> LXXX<sup>o</sup> quinto»” (Morella, Arxiu Eclesiàstic de Morella, *Protocolo de Guillem Esteve*, 1385). Por su parte, los mayordomos de una organización benéfica de Valencia llamada *L'Armeria*, ordenaron la confección de un tapiz con la imagen de san Martín, en el que “sien tenguts de fer e brodar entre los X cavallers cinch títols de letres franceses envesades dients o notants «L'Armeria», [...] en manera que totes les orles del dit drap sien plenes de letres” (Valencia, Arxiu del Regne de València, *Notari de Jaume Rosinyol*, n.º 2685, 1390, junio, 30). Ambos documentos están editados en Ximo Company y otros (eds.), *Documents de la pintura valenciana medieval i moderna I (1238-1400)* (Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2005), 271, 333-335.

ya sea a través de la tradición o por la circulación de cuadernos de modelos y apuntes de dibujos. Otra posibilidad es que el comitente o el autor intelectual del retablo entregase al pintor los textos que deseaba plasmar en la obra en un papel suelto que, evidentemente, no se ha conservado. De cualquier forma, partiremos de los contratos y documentos ya mencionados relativos a otros objetos artísticos para estudiar la forma en que estos textos eran encargados. Asimismo, conocemos la existencia de esta documentación en otros ámbitos de la Corona de Aragón o territorios vecinos como el reino de Castilla, por lo que podremos plantear hipótesis para el caso valenciano a partir de los documentos conservados en lugares próximos y con una legislación semejante. Como fuentes complementarias, utilizamos una serie de obras de referencia clásicas que resultan fundamentales para la identificación de fuentes, destacando sobre todo las concordancias bíblicas, la *Patrologia Latina* y los *corpora antiphonalium* y *orationum*.<sup>14</sup>

#### 4. METODOLOGÍA

Por cuestiones de espacio, nos centraremos aquí en la explicación de la metodología empleada en la elaboración del corpus de inscripciones. En primer lugar, se ha procedido al vaciado de las obras de referencia de historia del arte anteriormente mencionadas para obtener toda la información posible sobre la producción artística valenciana de los períodos estudiados. Posteriormente, se han visitado las instituciones que conservan las obras para comprobar *in situ* las correctas transcripciones de los textos (realizadas a partir de las reproducciones fotográficas de los estudios consultados), encontrar nuevas inscripciones o descartar aquellas que no se adapten a los criterios de la investigación, como los textos pintados con posterioridad a la obra. En otros casos, como los de las pinturas que se hallan en el extranjero, se solicitarán reproducciones fotográficas de calidad para poder realizar las comprobaciones pertinentes.

Nuestro registro se compone de una serie de fichas catalográficas que recogen la información técnica referente a la obra (título, autor, cronología), su historia (comitente, lugar de origen, lugar de conservación), la transcripción y edición de los textos y las principales referencias bibliográficas sobre la obra en cuestión. Para nuestra investigación, resulta de gran interés el apartado de la edición de los textos. La ficha contempla una doble sección para este aspecto: por un lado, el del calco paleográfico del texto, en el que se ha mantenido la disposición original del mensaje en la pintura (marcando el cambio de línea con una barra inclinada), no se han desarrollado las abreviaturas y se ha respetado la ortografía de la época respecto al uso de las mayúsculas y de las minúsculas, las letras *u-v* e *i-j*, la puntuación, etc. Igualmente, se han conservado los errores gramaticales y ortográficos, así como las diversas lecturas de un mismo texto.

Por otro, el apartado de la edición crítica, en la que se utilizan las siguientes normas: el texto se presenta a línea tirada, con las abreviaturas desarrolladas y se ha regularizado la puntuación, el uso de mayúsculas, minúsculas y de las grafías mencionadas según las normas ortográficas actuales, manteniendo, dentro de lo posible, la forma original del mensaje. Asimismo, uno de los principales cometidos de la crítica textual es la localización de las fuentes originarias. La mayoría son citas bíblicas, por lo que su hallazgo es relativamente sencillo si se emplean las herramientas adecuadas, como las concordancias bíblicas. En otros casos, las fuentes no son tan fáciles de encontrar. Por ejemplo, aparecen mensajes elaborados a partir de citas bíblicas, pero que no coinciden con el texto original.<sup>15</sup> Otros, en cambio, proceden de

<sup>14</sup> Bonifatius Fischer OSB, ed., *Novae concordantiae bibliorum sacrorum iuxta Vulgatam versionem critice* (Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1977); Jacques-Paul Migne, ed., *Patrologia Latina* [recurso electrónico] (Alexandria, VA: Chadwyck-Healey, cop. 1996); Renato-Joanne Hesbert, ed., *Corpus antiphonalium officii* (Roma: Herder, 1963-1979); Bertrandus Coppieterst Wallant, ed., *Corpus orationum* (Turnholti: Brepols, 1992-2003).

<sup>15</sup> Como ya hemos mencionado con anterioridad, la cita asociada al valenciano san Vicente Ferrer, por poner un caso bastante recurrente, es *Timete Dominum, et date illi honorem* (Apoc 14, 7), según la Vulgata. Sin embargo, en la gran mayoría de las pinturas recopiladas se recoge *Deum* por *Dominum*, lo cual dificultaría su búsqueda en las concordancias.

diversas fuentes de la literatura cristiana, como la Patrística Latina, la poesía y los himnos religiosos, la *Legenda aurea*, etc.<sup>16</sup> Afortunadamente, las herramientas virtuales han facilitado mucho la búsqueda de estos textos, aunque siempre es recomendable que, una vez ubicadas las fuentes originales en la red, se recurra a ediciones críticas en papel para su comprobación. Sea como fuere, este apartado contempla un cotejo de todas las variantes existentes de un mismo texto, para establecer una correcta lectura y las alteraciones sufridas en su transmisión a lo largo del tiempo. Además, la edición cuenta con un aparato crítico en el que se recogen las variantes textuales halladas, lecturas alternativas de abreviaturas y faltantes, aclaraciones, etc.

Este apartado se complementa con un análisis paleográfico en el cual se exponen las particularidades principales del texto a nivel gráfico. Existe una multiplicidad de denominaciones otorgadas a los diferentes estadios o manifestaciones de las escrituras gótica y humanística (mayúsculas góticas de los siglos XIV y XV, gótica minúscula, gótica caligráfica, *littera textualis*, *textura*, semigótica, prehumanística, mayúscula románica de imitación, humanística capital, etc.).<sup>17</sup> Por ello mismo, atendiendo a que no existe un consenso unánime dentro de la comunidad científica sobre cómo denominar a cada uno de estos tipos gráficos, hemos considerado oportuno utilizar las nomenclaturas más sencillas y descriptivas para nuestras escrituras. Así pues, en un primer punto se encuadran los textos recopilados bajo alguna de las siguientes etiquetas: mayúscula gótica, minúscula gótica,<sup>18</sup> prehumanística, mayúscula humanística, minúscula humanística redonda y minúscula humanística cursiva. A continuación, se dispone de un apartado en el cual describir las características formales de los textos. Aquí se comentan los aspectos más técnicos, como el módulo, el ductus o las abreviaturas, y otros más estilísticos, como el mayor o menor carácter caligráfico, los elementos decorativos, las formas especiales de algunas de las letras, etc.<sup>19</sup> Asimismo, se busca establecer el polo de atracción, identificando similitudes con los textos presentes en otras pinturas próximas en el tiempo y en el espacio, posibles características propias de un taller concreto, modelos procedentes del ámbito librario, relación con epígrafes, etc.

## 5. ESTRUCTURA Y DESARROLLO

Dejando a un lado el corpus de inscripciones, que figurará como anexo en la tesis, hemos planteado el estudio sobre los textos partiendo de las siguientes preguntas: qué es lo que verían las personas de los períodos estudiados cuando se colocasen ante un retablo y cómo lo verían. De este modo, la investigación se divide en dos grandes apartados: el primero, trata del objeto de estudio en sí, analizando los textos desde diversos niveles, mientras que el segundo pone en relación el objeto de estudio con la sociedad que lo concibió, estudiando cómo eran recibidos tales mensajes escritos.

Para dar respuesta a la primera pregunta, qué es lo que veían en un retablo (dentro de nuestro contexto gráfico, por supuesto), analizamos los textos recopilados desde múltiples

<sup>16</sup> Destaca el himno *O lux et decus Hispanie, sanctissime Iacobe*, representado en diversas ocasiones junto a la figura del apóstol Santiago el Mayor. Ulysses Chevalier, *Repertorium hymnologicum: catalogue des chants, hymnes, proses, séquences, tropes en usage dans l'Église latine depuis les origines jusqu'à nous jours*, (Lovaina: Imprimerie Polleunis & Ceuterick, 1897), 2: no. 10822, 59.

<sup>17</sup> La profesora María del Carmen Álvarez Márquez hace un interesante compendio de las excesivamente numerosas denominaciones que recibe la escritura gótica textual en María del Carmen Álvarez Márquez, “El libro en la Baja Edad Media”, en *Las inscripciones góticas. II Coloquio Internacional de Epigrafía Medieval*, coords. María Encarnación Martín López y Vicente García Lobo, 276-277 (León: Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium, 2010).

<sup>18</sup> En el caso de la escritura gótica minúscula no especificamos si se trata de redonda o cursiva ante la ausencia de ejemplos de este último tipo gráfico.

<sup>19</sup> Para ello, hemos tomado como referencia la propuesta de Robert Favreau a la hora de analizar la escritura de los epígrafes medievales, así como el artículo de María Encarnación Martín López sobre las escrituras empleadas en las inscripciones góticas españolas. Robert Favreau, *Epigraphie médiévale* (Turnhout: Brepols, 1997), 59-60; María Encarnación Martín López, “La escritura gótica en las inscripciones”, en *Las escrituras góticas desde 1250 hasta la imprenta*, coords. María Josefa Sanz Fuentes y Miguel Calleja Puerta, 127-157 (Oviedo: Universidad de Oviedo, 2010).

perspectivas. Partimos de la idea de que lo primero que se ve es lo tangible, es decir, el soporte del texto y la escritura mediante la cual se materializa el mensaje, por lo que sistematizamos los soportes que hemos encontrado a lo largo de la investigación (filacterias, *tituli*, libros, aureolas, vestiduras, etc.) y realizamos un estudio de las escrituras empleadas, buscando el polo de atracción y poniéndolas en relación con ejemplos de otros territorios. En definitiva, queremos realizar una evolución de las escrituras expuestas en el arte valenciano dentro del contexto gráfico de Occidente. Una vez analizado lo concreto, pasamos a lo inmaterial, es decir, el mensaje transmitido y la función cumplida dentro del conjunto. Aquí lo que trataremos serán las fuentes empleadas y realizaremos un cotejo de las diferentes versiones que aparecen de un mismo texto. Asimismo, explicaremos la función ejercida por las inscripciones partiendo de la clasificación que hemos comentado con anterioridad.

Por lo que respecta a la segunda pregunta, cómo se relacionaba la sociedad medieval y moderna con estos textos, trataremos de seguir el proceso creativo de las pinturas y los textos que las contenían, así como identificar a las diferentes personas que intervenían: quiénes eran los comitentes, los artistas y su nivel cultural, cómo elegían los textos, si pertenecían a la tradición iconográfica, si iban dirigidos a alguien en particular o no, cómo eran recibidos, si eran leídos o no, etc. Para ello, contaremos con los testimonios literarios y de archivo comentados con anterioridad, así como trabajos sobre epigrafía medieval que, aunque se trate de otro objeto de estudio, se han planteado los mismos problemas y la misma metodología. Además, contaremos con nuestras propias experiencias, ya que en nuestros numerosos viajes para ver estas pinturas hemos sido conscientes de las verdaderas condiciones de legibilidad de estos textos.

## 6. PRIMEROS RESULTADOS Y CONCLUSIÓN

Al encontrarnos en la mitad de nuestra investigación, hemos realizado los suficientes avances como para conocer el tema con cierta profundidad, pero no tantos como para presentar todavía resultados consistentes. En cualquier caso, nuestro corpus cuenta ya con un total de 373 fichas y se halla próximo a su cierre, a falta de recopilar información del sur de la provincia de Alicante, el extremo meridional del antiguo reino de Valencia. Si tenemos en cuenta que, como mínimo, aparece un texto por pintura y que de media tienen tres o cuatro inscripciones, ahora mismo disponemos de una horquilla de textos que va desde los 1119 hasta los 1492. Aparte, tenemos un listado de 53 obras de las que todavía no hemos podido localizar fotografía alguna pero que, por su temática (Calvario, Juicio Final, Anunciación, etc.), son susceptibles de contar con textos entre sus escenas.

En cuanto a la clasificación de los mensajes, hemos reducido la amplia sistematización propuesta por Dario Covi -quien estudiaba las inscripciones de la prolífica pintura florentina, recordemos- a seis categorías bastante precisas: *identificativas*, que sirven para indicar quién es el personaje o la escena representada; *informativas*, las que proporcionan información sobre el autor, el comitente o la fecha; *invocativas*, breves plegarias dirigidas a santos; *discursivas*, las que crean un diálogo dentro de la obra o entre la obra y el espectador; *alegorías*, aquellas que utilizan citas bíblicas no directamente relacionadas con la escena; y las *decorativas*, cuya función es dotar de realismo a la composición (fig. 3-8).<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Somos conocedores de la clasificación de los epígrafes realizada por Vicente García Lobo y consignada en numerosos de sus artículos. Una de las publicaciones más recientes, en las que se expone dicha categorización de forma esquemática es María Encarnación Martín López y Vicente García Lobo (2009), “La Epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones,” en *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval (siglos VI-X)*, dirs. Juan Carlos Galende Díaz y Javier de Santiago Fernández, 185-214 (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009). No obstante, la diferente naturaleza de los epígrafes estudiados por el profesor García Lobo y los aquí recopilados hace que no todas las categorías sean válidas. Por ejemplo, nosotros no contamos con *consecrationes*, *donationes*, *funera* o *chronicae*. Por ello mismo, hemos considerado oportuno mantener nuestra propia clasificación. Durante el próximo año se publicarán los resultados de *Herència rebuda. I Jornades de patrimoni cultural valencià per a joves investigadors*, celebrada en Gandia

Por último, por lo que respecta a las referencias literarias y documentales relativas a la existencia y uso de escrituras expuestas en la pintura, disponemos de algunos fragmentos procedentes de obras importantes de la literatura valenciana medieval y moderna, tales como el *Tirant lo Blanc*, *Curial e Güelfa*, determinadas poesías de Joan Rois de Corella, etc. Por el contrario, no hemos encontrado referencias de archivo que avalen la hipótesis de que los mensajes a representar en la pintura fueran acordados a la hora de la contratación de la obra.

En conclusión, aunque nos queda un arduo camino por delante, nos resulta satisfactorio el trabajo realizado hasta el momento. Estamos haciendo importantes avances en un ámbito de investigación inédito, pero muy interesante para comprender la sociedad y cultura bajomedievales, por lo que esperamos que nuestro esfuerzo sirva para los futuros historiadores, paleógrafos e historiadores del arte que se interesen por el patrimonio pictórico valenciano como objeto de estudio en todas sus facetas.

---

(Valencia) los días 10 y 11 de septiembre de 2020, donde se recogerá un artículo en el que nos centramos en la definición y análisis de nuestras categorías.

ANEXO DE IMÁGENES



Figura 1. Tavernes Blanques (Valencia). Colección Lladró. *La leyenda del caballero de Colonia* (Maestro de la Porciúncula, 1475-1500). José Gómez Frechina, “La leyenda del Caballero de Colonia,” en *La memoria recobrada: pintura valenciana recuperada de los siglos XIV-XVI*, eds. Fernando Benito Doménech y José Gómez Frechina, 132-133 (Valencia: Generalitat Valenciana, 2005).

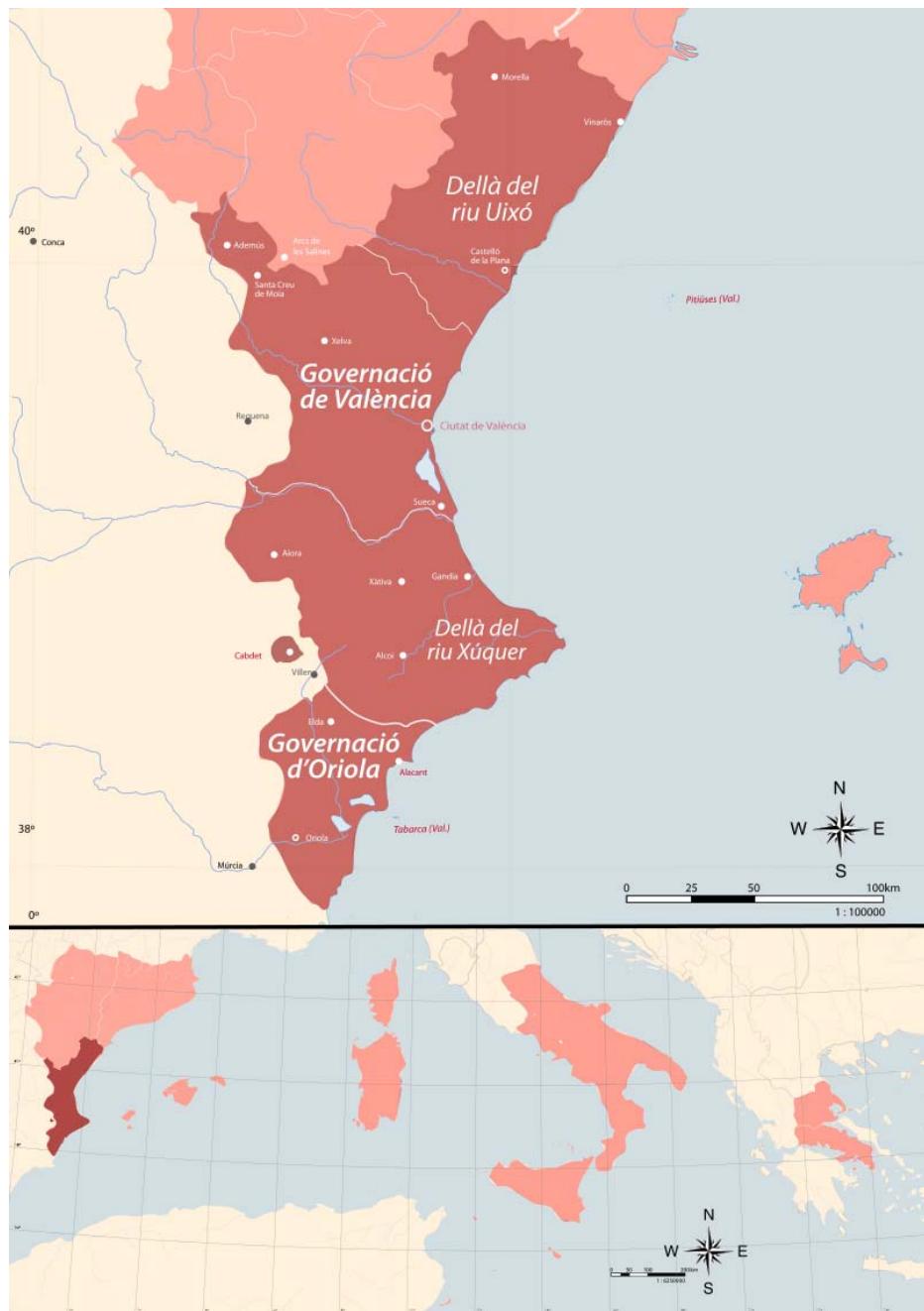


Figura 2. Reino de Valencia en el contexto de la Corona de Aragón en 1441. “Regne de València en 1441,” *Wikimedia commons*, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=11218899>



Figura 3. Valencia. Catedral. *Juicio de Cristo* (anónimo, 1280-1330). Detalle. Inscripción *identificativa*. Fotografía de A. García.



Figura 4. Londres. Victoria and Albert Museum. *Epifanía* (Francec d'Osona, 1505-1513). Detalle. Inscripción *informativa*. Fotografía propia.

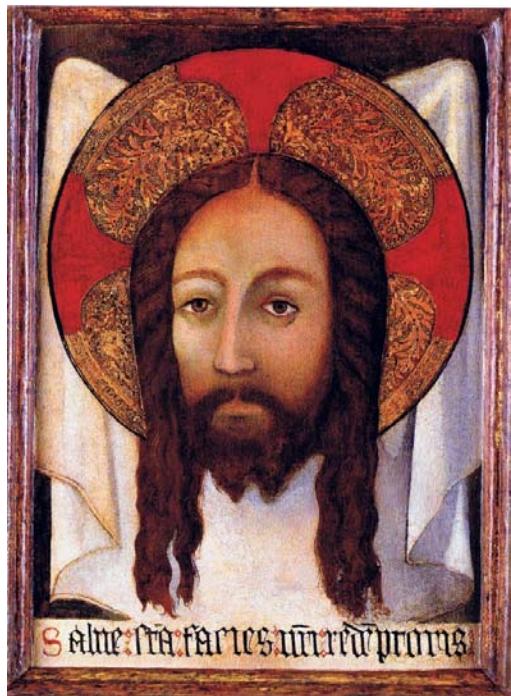


Figura 5. Valencia. Museo de la Ciudad. *Verónica de Cristo* (atribuida a Jaume Mateu, ca. 1410). Detalle. Inscripción *invocativa*. José Gómez Frechina, “Verónica de Cristo,” en *La memoria recobrada: pintura valenciana recuperada de los siglos XIV-XVI*, eds. Fernando Benito Doménech y José Gómez Frechina, 42-43 (Valencia: Generalitat Valenciana, 2005).



Figura 6. Valencia. Museo de la Ciudad. *Anunciación* (Marçal de Sax, ca. 1400). Detalle. Inscripción *discursiva*. Fotografía propia.

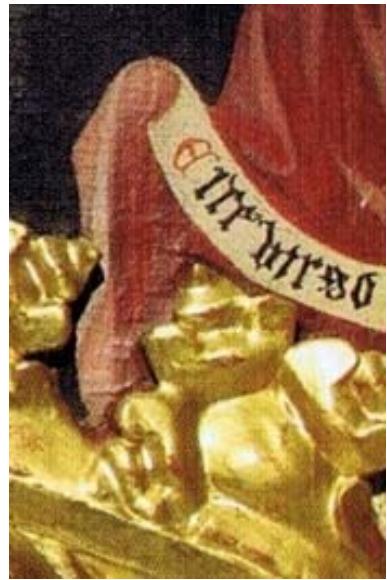


Figura 7. Segorbe (Castellón). Museo de la Catedral. *Abrazo ante la Puerta Dorada* (Miquel Alcanyís, 1395-1400). Detalle. Inscripción *alegórica*. Fotografía propia.



Figura 8. Valencia. Museo de Bellas Artes. *Anunciación* (Jacomart, ca. 1450). Detalle. Inscripción *decorativa*. Fotografía propia.

## Cosmos y caos en el arte y la literatura medievales: los demonios y el Jeu d' Adam (siglos XII y XIII)

Laura Méndez Vergel<sup>1</sup>

*Universidad de Santiago de Compostela*

### Resumo:

El arte referente a la cosmogonía cristiana de los siglos XII y XIII se desenvuelve mediante unos parámetros textuales e iconográficos establecidos. No ocurre lo mismo con todo el arte que se halla en el exterior de su imaginario, por el cual, se da lugar a un universo del caos. El trabajo parte del drama litúrgico *Le Jeu d'Adam* del siglo XII, en el que se aprecia gran riqueza descriptiva en sus didascalías de los movimientos y acciones caóticas, junto con una lectura escatológica de la contraposición cosmos y caos. Con ello, realizaremos un acercamiento compositivo a las figuras demoníacas y sus acciones en el arte medieval a través de ejemplos de portadas que representen momentos caóticos, con el objetivo de llevar a cabo una catalogación del ámbito caótico mediante las concomitancias que se reflejan entre la literatura a través de los dramas litúrgicos y las imágenes en formato escultórico.

### Palabras clave:

*Jeu d' Adam*, demonios, cosmos, caos.

### Abstract:

The art referring to the Christian cosmogony of the twelfth and thirteenth centuries is developed through established textual and iconographic parameters. The same does not happen with all the art that is outside its imaginary, whereby a universe of chaos is created. From the liturgical drama *Le Jeu d'Adam* of the twelfth century, in which it is possible to appreciate great descriptive wealth in the movements and chaotic actions of its didascalias, along with an eschatological reading of the contrasting cosmos and chaos. We will make a compositional approach to the demonic figures and their actions in medieval art through examples of façades that represent chaotic moments, with the aim of carrying out a cataloguing of the chaotic field through the concomitance that is reflected between literature through liturgical dramas and images in sculptural format.

### Key words:

*Jeu d'Adam*, demons, cosmos, chaos.

## COSMOS Y CAOS; ARTE Y LITERATURA, UNA INVESTIGACIÓN DUAL

La gran mayoría de las creaciones artísticas bajomedievales responden al dictado de la cosmogonía cristiana. Las fórmulas utilizadas para ello crearon un cosmos con un lenguaje particular capaz de hacer llegar a los fieles la espiritualidad requerida. Como en todo sistema, siempre que hablamos de un cosmos aparece por antonomasia su antítesis, el caos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Contratada predoctoral gracias a la ayuda para la Formación de Profesorado Universitario (FPU) de la convocatoria 2019/2020 del Ministerio de Educación y formación profesional. Este artículo se enmarca dentro del proyecto de tesis doctoral dirigido por Marta Cendón Fernández e Israel Sanmartín Barros dentro del grupo de investigación *Medievalismo: espazo, imaxe e cultura* (GI-1507), definido en el programa de doctorado *Estudios Medievais Europeos: Imaxes, textos e contextos* de la Universidad de Santiago de Compostela.

<sup>2</sup> Norman Cohn, *El cosmos, el caos y el mundo venidero. Las antiguas raíces de la fe apocalíptica* (Barcelona: Crítica, 1995), 22.

Para el cristianismo el cosmos era regido por el “*bien*” *personificado* en la figura de Dios y de su hijo, Cristo, quién se encarnaría para la salvación del mundo. Los Padres de la Iglesia y los autores altomedievales a través de las Sagradas Escrituras se encargarían de ampliar el universo contrapuesto a lo divino, es decir, el mundo del caos, el cual representaría el “*mal*”, por medio de la figura de Satán, los demonios que le acompañan, el lugar que habitaría y su función como tentador del hombre. Por lo tanto, el ser humano quedaría en un lugar intermedio entre ambos conceptos.<sup>3</sup>

Una vez asentado el Diablo en el imaginario cristiano se vería representado tanto en la literatura como en el arte personificando la imagen del caos. Este caos tendría su máxima eclosión en el arte de los siglos XII y XIII siendo representado en las grandes portadas de las iglesias, en las que se mostrarían los dos espacios a los que podría ir el ser humano tras el Juicio Final: el cielo junto al padre o el infierno junto al diablo si no seguía las directrices divinas, siendo castigado para la eternidad.<sup>4</sup> En estos dos espacios podemos observar grandes diferencias del uno al otro, puesto que encontramos un gran ritmo de movimientos y posturas en la parte infernal a diferencia de la serenidad en la celestial, donde destaca la frecuencia de las líneas verticales, por lo que se advierte una distinción en la creación de la composición de las esculturas.<sup>5</sup>

La dificultad que supone estudiar el universo artístico correspondiente al caos proviene de la fuente textual de la que surgió, ya que, para ambos conceptos —cosmos y caos—, sería la misma, la propia Biblia.<sup>6</sup> Es por ello, que se ha recurrido al género dramático litúrgico medieval, puesto que la literatura también se haría eco del caos siguiendo la espiritualidad marcada de la época. Con el surgimiento del espectáculo callejero de los trovadores laicos, la iglesia comenzaría a realizar dramas litúrgicos de cara al público para llevar el mensaje mencionado en las portadas. En algunos de estos textos conservados se dan directrices de los movimientos que debían llevar a cabo los actores en sus representaciones, como es el caso de la obra *Ordo representacionis Ade*, comúnmente conocido como *Le Jeu d'Adam*.<sup>7</sup>

El drama litúrgico *Le Jeu d'Adam* fue representado en la ciudad francesa de Tours en el siglo XII, conservado a través de una copia manuscrita del siglo XIII. En él se encuentran las escenas del Pecado Original cometido por Adán y Eva, seguida de Caín y Abel, representaciones donde hacen su aparición los demonios para llevárselos tras caer en el pecado, es decir, de haber producido el caos en el apaciguado cosmos. Tiene la particularidad de estar en lengua vernácula (anglonormanda) con las didascalías en latín, prueba de la intención eclesiástica de ser entendido por el pueblo debido ser la primera representación que salía al exterior de las iglesias.<sup>8</sup>

En las didascalías son indicados los movimientos que cada personaje debe hacer, teniendo sumo cuidado en el expresionismo que cada uno realizaba. Los demonios también tendrían sus indicaciones, tales como gesticular, danzar, empujar, agarrar, saltar, soltar

<sup>3</sup> Esperanza Aragonés Estella, *La imagen del mal en el románico navarro* (Pamplona: Gobierno de Navarra, 1996), 23.

<sup>4</sup> Jérôme Baschet, *La civilización feudal, Europa del año mil a la colonización de América* (México: Fondo de cultura económica, 2009), 417.

<sup>5</sup> Carmen Baena Yerón, "Abadía de San Pedro de Moissac", *Cuadernos de los amigos de los museos de Osuna*, no. 14 (2012): 123.

<sup>6</sup> En concreto el Nuevo Testamento, ya que, si bien la figura del diablo aparece en el Antiguo Testamento, lo hace tan solo como un enviado de Dios para recorrer la Tierra vigilando las malas acciones que puedan ejercer los hombres, como fiscal de Dios. Sería en el Nuevo donde su aparición es más amplia y diferente. Su denominación sería “diablo”, el cual, etimológicamente significa “el calumniador”, por lo que conlleva la connotación de dañar al ser humano. Por lo tanto, con sus calumnias conseguiría distanciar al hombre de Dios, lo que conllevaría a crear el caos humano en la cristiandad. Véase Esperanza Aragonés Estella, *La imagen del mal*.

<sup>7</sup> Eva Castro Caridad, *Introducción al teatro latino Medieval* (Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico, 1996), 65.

<sup>8</sup> Ricardo Redoli Morales (ed. trad.), *Le Jeu D' Adam: edición del manuscrito 927 de la Biblioteca Municipal de Tours* (Málaga: Universidad de Málaga, 1994), 7.

ventosidades, realizar desnudos, arrojar al infierno a los condenados, interactuar con el público o crear ruido.<sup>9</sup>

A su vez se estudiarán otros dramas de la cronología indicada que representen el cosmos y caos en sus temáticas, en los cuales, podamos analizar el tratamiento de sus desarrollos, así como sus descripciones literarias respecto a los movimientos y acciones de cada concepción. Al igual que nos apoyaremos en autores del periodo, como puede ser el género exegético con autores como Anselmo (1033-1109), la hagiografía con obras como *Legenda Sanctorum* (1260) o literatura visionaria influida por la *Visio sancti Pauli* (s. III), así como el *Purgatorio de San Patricio* (siglo XII). Teniendo como apoyo la literatura Apocalíptica de las Sagradas Escrituras, tan relacionada con el significado de caos que en este estudio aplicamos.

El movimiento del caos en el arte ha sido estudiado por los historiadores del arte como una contraposición del equilibrio que se mostraría en las imágenes pertenecientes al cosmos cristiano, como si los artistas compusieran las representaciones caóticas lo más desordenadas posibles sin un esquema previo para conseguir la sensación del caos.<sup>10</sup> No obstante, como indicaba Javier Romañach<sup>11</sup>, en todo cosmos hay un poco de caos y viceversa, tan sólo hay que acercarse más a cada concepto para ver la dependencia del otro en cada uno.

Es por ello, que es necesario un estudio en profundidad de lo que corresponde a los conceptos cosmos y caos en época bajomedieval, para lograr desentrañar con ello, los límites de cada creación referente al cosmos y caos de manera social, religiosa y artística. Con ello, veremos las distintas concepciones del caos, al poder discernir las variantes de representación artística de cada ámbito con su estudio.

El contexto en el que englobamos la investigación es tanto Francia como España, así como los dramas pertenecientes a estas limitaciones geográficas, puesto que en ellos, se halla el Camino de Santiago, gran vía de comunicación en el Occidente Medieval debido al movimiento de peregrinos y otras gentes, originando el impulso de ideas e influencias. Nos centraremos en su vía francesa, puesto que tomaremos como referentes las grandes portadas construidas a su amparo, las cuales, funcionarían a modo de "gran pantalla" que harían a los visitantes reparar en los templos que transcurrían por dicho camino.<sup>12</sup>

Bajo esta doble dualidad y de manera interdisciplinar, se buscarán en la investigación las concomitancias entre las descripciones de los movimientos y acciones de los personajes demoníacos pertenecientes al caos descritos en el drama *Le Jeu d' Adam* junto con otros ejemplares del drama litúrgico medieval comprendidos en la cronología en la que englobamos nuestro trabajo, paralelamente junto a las representaciones artísticas del caos que cuenten con composiciones movidas y agitadas en formato escultórico dispuestas en las portadas a la vera del Camino Francés de los siglos XII y XIII pertenecientes al considerado "mal", es decir, el caos, el cual, será estudiado, en contraposición del canonizado "bien", al que denominaremos cosmos.

## DIVERSIFICAR, UNIFICAR Y DIFERENCIAR.

Al contar con varias y diferentes vías disciplinarias, debemos partir de unos estudios que diversifican a priori nuestro estado de la cuestión. El estudio que se desea realizar no tiene antecedentes concretos de manera conjunta, sí en el caso de cada una de ellas. Se hace necesario partir desde un estado de la cuestión de cada disciplina individual, para ser unificados posteriormente en la investigación. No obstante, no se trata de fusionar las disciplinas, puesto que la naturaleza de cada una es diferente. Por ello, el recurso a una

<sup>9</sup> Sonia Maura Barillari, *Adamo ed Eva. Le Jeu d' Adam: alle origini del teatro sacro* (Roma: Carocci, 2010), 44.

<sup>10</sup> Meredith Carey, *Judgment, Narrative & Redemption in the Tympanum at Conques-en-Rouergue*, Essai, no. 3 (2005): 17.

<sup>11</sup> Romañach Javier, "Orden y Caos: dos representaciones de la misma realidad", conferencia filmada el 4 de noviembre de 2011 en el Museo Reina Sofía, Madrid, España, vídeo, 13:46 [https://www.youtube.com/watch?v=Z8AANWOs-Gk&ab\\_channel=JavierRoma%C3%B1ach](https://www.youtube.com/watch?v=Z8AANWOs-Gk&ab_channel=JavierRoma%C3%B1ach)

<sup>12</sup> Francisco Singul Lorenzo, *El Camino de Santiago. Cultura y Pensamiento* (A Coruña: Bolanda, 2009), 92.

bibliografía extensa puede tornarse problemática, pero debe ser concreta al establecer unos límites precisos para estudiar cada una de manera concreta, y así extraer las concomitancias y correlaciones que se encuentran en ellas para ampliar el estudio en relación al caos representado en el arte.

En primera instancia, encontraríamos el campo artístico, en la que trataríamos la representación de la movilidad en el arte medieval. Encontramos estudio del profesor Castiñeiras con su artículo *A poética das marxes*,<sup>13</sup> en el cual, considera las distintas representaciones de la gestualidad de las figuras ubicadas en lo que es considerado “márgenes” del templo.

Respecto a los gestos medievales, de manera concreta, han sido estudiados por el medievalista Schmitt.<sup>14</sup> Alicia Miguélez ha estudiado específicamente, de manera profunda, la gesticulación medieval, para la cual, se ha servido de distintas obras de arte que consigan aproximarse a la comprensión del lenguaje utilizado en las representaciones gestuales.<sup>15</sup> Dichos autores servirán de referencia primaria en lo concerniente a la investigación sobre la gestualidad.

Por lo que respecta a la relación entre el *Jeu d'Adam* y la imagen, es clásico el estudio de Frugoni,<sup>16</sup> que lo pone en relación con la escultura de Módena, mientras Barillari, desde un profundo estudio literario de dicho texto, plantea hipótesis divergentes.<sup>17</sup>

Respecto a la idea del mal encontramos a Russell con varias publicaciones que hablan de la imagen del Diablo, haciendo hincapié a la idea de Satán como figura contrapuesta a Dios en su libro.<sup>18</sup> Las figuras del mal en áreas concretas, como es el caso de Navarra, han sido abordadas por Aragónés,<sup>19</sup> así mismo, Hernando haría lo concerniente en la región palentina.<sup>20</sup>

Orbitando en torno a nuestra investigación encontraríamos a Cohn con *El cosmos, el caos y el mundo venidero* creando una exposición de ambos conceptos a través de distintas culturas.<sup>21</sup> En lo referente al punto intermedio entre ambos conceptos en el periodo medieval, encontramos la obra de Le Goff, quién desarrolla el espacio del purgatorio, a través de distintas reflexiones y planteamientos.<sup>22</sup>

<sup>13</sup> Manuel Castiñeiras González, "A poética das marxes no románico galego bestiario, fábulas e mundo ó revés" *Semata: Ciencias sociais e humanidades*, no. 14 (2003): 293-334.

<sup>14</sup> Véanse Jean Claude Schmitt, "La moral de los gestos", en *Fragmentos para una historia del cuerpo humano*, coord. por Michel Feher, Ramona Nadaff, Nadia Tazi (Madrid: Taurus, 1992), 129-148. Jean-Claude Schmitt, *La raison des gestes dans l'Occident médiéval* (París: Gallimard, 2008).

<sup>15</sup> Véanse Alicia Miguélez Cavero, "Metodología para el estudio de la gestualidad en la plástica románica de los reinos hispanos", *Anales de historia del arte*, no. 1, (2011): 307-318. Alicia Miguélez Cavero, "La descontextualización de los gestos en el arte románico de los reinos hispanos", *De arte: revista de historia del arte*, no. 9, (2010): 25-36. Alicia Miguélez Cavero, "El poder gestual de la mano en la sociedad medieval y su reflejo en la iconografía de los siglos del Románico en la Península Ibérica", *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, no. 20 (2010): 125-147. Alicia Miguélez Cavero, "Aportaciones al estudio de la gestualidad en la iconografía románica hispana", *Medievalista*, no. 8, (2010): 28. Alicia Miguélez Cavero, "El lenguaje gestual en el arte románico. Aportaciones para una Historia de las Emociones" en *Arte y sexualidad en los siglos del románico: imágenes y contextos*, coord. por Iñaki Bazán Díaz et. al. (Aguilar de Campo: Fundación Santa María la Real, 2018), 109-138.

<sup>16</sup> Chiara Frugoni, "Le lastre veterotestamentarie e il programma della facciata", en *Lanfranco e Wiligelmo. Il Duomo di Modena*, ed. Marina Armandi Barbolini (Modena: Panini, 1985), 426-431. Chiara Frugoni, *Wiligelmo, Le sculture del Duomo di Modena* (Modena: Panini, 1996), 23-47.

<sup>17</sup> Sonia Maura Barillari, "Il problematico libro sulla Sibilla": uno scritto inedito di Pio Rajna e le carte autografe preliminari alla sua ultimazione", *Medioevo romanzo*, no. 2 (2010): 414-421.

<sup>18</sup> Jeffrey Burton Russell, *El diablo: percepciones del mal desde la Antigüedad hasta el cristianismo primitivo* (Barcelona: Laertes, 1995). Para un estudio centrado en la Edad Media, véase Jeffrey Burton Russell, *Lucifer: el diablo en la Edad Media* (Barcelona: Laertes, 1995).

<sup>19</sup> Esperanza Aragónés Estella, *La imagen del mal*.

<sup>20</sup> José Luis Hernando Garrido, "La representación del diablo en la escultura románica palentina" *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa María la Real*, no. 11 (1994), 175-214.

<sup>21</sup> Cohn, *El Cosmos, el caos y el mundo venidero*.

<sup>22</sup> Jacques Le Goff, *El nacimiento del purgatorio* (Madrid: Taurus, 1989).

En lo que refiere al estudio de los conceptos cosmos y caos, serán abordados desde varias disciplinas, como son la filosofía medieval con autores como Santo Tomás de Aquino<sup>23</sup> o San Agustín<sup>24</sup>, la filosofía actual<sup>25</sup> o la estética medieval<sup>26</sup>, para poder realizar un planteamiento base de cómo eran comprendidos en el periodo bajomedieval al que nos adscribimos, para, con ello, realizar bajo esta perspectiva la investigación referida a los dramas litúrgicos y las obras artísticas.

Recurriremos a Karl Young, quién ha estudiado y catalogado los dramas medievales, fruto de la relevancia que tienen en nuestro estudio los dramas litúrgicos, puesto que actúan como fuente primordial para la comprensión del cosmos y el caos de manera interpretativa.<sup>27</sup> Entre ellos, serán seleccionados aquellos que pertenezcan al periodo y el espacio en el que comprendemos la investigación, para los que se utilizarán los estudios de Donovan referentes a los dramas litúrgicos pero únicamente provenientes de la península,<sup>28</sup> así como los estudios y traducciones de la profesora Eva Castro.<sup>29</sup>

Para ello, destacamos algunos, como *Quem Quaeritis*, uno de los primeros tropos en ser interpretado como drama litúrgico; *Sponsus*, el cual trata explícitamente el bien y el mal con las vírgenes sabias y las necias; *Ordo Stellae*, en el que se aprecia claramente el movimiento representado por lo tocante al cosmos o *Ordo Rachelis*, donde se observa un tratamiento de la acción similar al drama anterior pero, en esta ocasión, con el correspondiente al mal.

## MÁS ALLÁ DEL COSMOS

Titulamos este apartado de esta manera para referirnos a los objetivos de este estudio, pues, responde a la necesidad de cubrir la temática que es externa a todo el universo cristiano medieval que responde al canon de la Historia del Arte, el cual está basado en la fuente bíblica. El tema referente a la diabolología caótica carece de una unificada base textual, ya que fue ampliada a través del imaginario social a partir de la literatura y arte posteriores.<sup>30</sup> Mediante la organización y clasificación de las manifestaciones que representan el caos, con el objetivo de facilitar su estudio desde la Historia del Arte, se buscará equilibrar el análisis respecto al estudio de las imágenes pertenecientes al Cosmos que han sido extraídas de las Sagradas Escrituras.

De esta manera, se abordará la antítesis del cosmos medieval como una entidad propia. Si bien el arte medieval surgiría de la cosmogonía cristiana, la iglesia intentaría limitar al caos bajo el control divino manteniendo un debate continuo por no consentir la dualidad entre los poderes del bien y el mal. Intentaremos tomar un cauce como término medio en el debate de la dualidad, ya que el arte parece reflejar el caos como un sistema opuesto al cosmos.

Si bien se ha estudiado desde el campo de las filologías la obra *Le Jeu d'Adam*,<sup>31</sup> creemos conveniente estudiar su alcance y repercusión —por su riqueza de indicaciones en las

<sup>23</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma teológica* (Madrid: Editorial Católica, 1950-1960).

<sup>24</sup> San Agustín, *De doctrina cristiana* (Madrid: Editorial Católica, 1946-1967).

<sup>25</sup> Utilizaremos obras como Albert Caraco, *Breviario del caos* (Madrid: Sexto Piso, 2006). Antonio Escotado, *Caos y orden* (Madrid: Espasa Calpe, 1999). Peter Smith, *El caos* (Madrid: Akal, 2007). Este tipo de lecturas nos ayudarán a ampliar y concretar ambos conceptos.

<sup>26</sup> Lo mismo sucederá con la estética medieval, puesto que nos guiará a través de la distinción de lo concerniente a cosmos y caos. Repasaremos obras como Umberto Eco, *Arte y belleza en la estética medieval* (Barcelona: Lumen, 1997). Jèssica Jaques Pi, *La estética del románico y el gótico*, (Madrid: Antonio Machado, 2003).

<sup>27</sup> Karl Young, *The Drama of the medieval Church* (Oxford: At the Clarendon Press, 1967).

<sup>28</sup> Richard Donovan, *The liturgical drama in medieval Spain* (Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1958).

<sup>29</sup> Eva María Castro Caridad (trad.), *Dramas escolares latinos (siglos XII y XIII)* (Madrid: Ediciones Akal, 2001). Castro Caridad, *Introducción al teatro latino medieval*.

<sup>30</sup> Joaquín Yarza, "El Diablo en los manuscritos monásticos medievales" en *Seminario sobre Historia del Monacato* (Aguilar de Campoo: Centro de Estudios del Románico, 1996), 112.

<sup>31</sup> Además de la bibliografía ya citada, también véase para un análisis más riguroso del *Le Jeu d'Adam* Emmanuel Mickel, "Faith, Memory, Treason and Justice in the Ordo Representacionis Ade (*Jeu*

acciones y movimientos en los actores representantes del caos—, en el arte a través de los movimientos representados en las portadas ubicadas en el Camino Francés.

Por lo tanto, los objetivos girarán en torno a tres perspectivas fundamentales:

1. Relacionar las concomitancias entre el drama litúrgico *Le Jeu d' Adam* con los espacios caóticos relacionados con los espacios caóticos en las portadas del Camino Francés, diferenciando el cosmos y caos en el arte y la literatura medieval. 2. Realizar un estudio de las representaciones mediante los movimientos, gestos, expresiones, posturas y colores más frecuentes en las representaciones caóticas para su clasificación. 3. Ambas perspectivas se entrelazarán para hacer un campo de estudio particular enfocado a la interdisciplinariedad en el arte y la literatura del concepto de caos bajomedieval como una herramienta para el reconocimiento de su estructura y composición.

Por ello, este estudio pretende resolver algunas cuestiones que ayudarían a complementar el análisis respecto a los infiernos de los Juicios Finales, así como las escenas donde sucedan momentos caóticos y representaciones diabólicas que respondan al arte medieval que la Historia del Arte estudia, en las portadas medievales en el contexto del Camino Francés de los siglos XII y XIII.

## RESPECTO A LA CONTRAPOSICIÓN, MÉTODO Y RECURSO

La metodología para el cumplimiento de los objetivos y planteamientos mencionados se llevará a cabo bajo las siguientes dinámicas: El cosmos y el caos serán nuestro referente metodológico principal. Delimitaremos dichos conceptos, así como el nivel intermedio entre ambos y lo que esto conlleva, ya que la dualidad es una cuestión en alza en la época. En nuestro estudio debemos considerar constantemente las distintas perspectivas de ambos conceptos en sus posibles ámbitos, como pueden ser el eclesiástico, el urbano o el popular.

Una vez delimitados, recurriremos al método iconográfico para concretar el análisis cognitivo de las obras artísticas en su contexto histórico/artístico. Se profundizará en los aspectos del caos mediante el límite del conocimiento que en cada ámbito se restringen, como pueden ser el religioso, el social, y el artístico en diferentes puntos clave del Camino Francés como pueden ser Tours, Bourges, Conques, León, Burgos o Santiago. Para ello se recurirá a lecturas transversales que permitan el acercamiento a este límite epistemológico tales como la historia, la filosofía, la teología, la antropología, la etnografía o la sociología.<sup>32</sup>

Observaremos las similitudes en las manifestaciones artísticas referentes al caos en el formato escultórico de los siglos XII y XIII, elaborando un corpus visual de imágenes para la clasificación de los movimientos, posturas, gestos, expresiones incluso su colorido, generando una base de datos que ayude en el estudio de la Historia del Arte. Paralelamente se llevarán a cabo tablas con los movimientos descritos en los dramas litúrgicos, teniendo especial consideración *Le Jeu d' Adam*. También se efectuará con las descripciones demoníacas en los textos literarios ya citados.

Por medio de la búsqueda de concomitancias en las representaciones artísticas de la época, se realizará un catálogo de las distintas acciones representadas para la mejora en la identificación del caos en próximos estudios artísticos, así como facilitar el reconocimiento de los atributos, personajes, espacios mediante sus posturas y movimientos en obras en mal estado de conservación.

Con la ayuda de las nuevas tecnologías mediante programas de edición de fotografías, compararemos imágenes para la mejor visualización de posturas y gestos en las representaciones de personajes o seres, pequeños elementos que acompañen, posibles colores que solo se verían mediante la modificación de sus propiedades, etc.

---

d'Adam)", *Romania*, no. 445-446 (1991). Willem Noomen, "Le Jeu d'Adam. Étude descriptive et analytique" en *Romania*, no. 354 (1968).

<sup>32</sup> Véase Aby Warburg, *Atlas Mnemosyne* (Madrid: Akal, 2010). Erwin Panofsky, *El Significado en las artes visuales* (Madrid : Alianza Editorial, 1998).

Contextualizaremos nuestro tema en el Camino Francés, analizando sus manifestaciones artísticas para observar una evolución en el tiempo y el espacio, comprobando así el influjo de los dramas litúrgicos en la composición caótica de las obras artísticas.

## LECTURAS Y OBSERVACIONES

La realización de este proyecto se realiza en función de los cuatro años establecidos por la *Ayuda para la formación del profesorado universitario* de la que se disfruta desde la convocatoria de 2019/2020 con la modalidad de tesis a tiempo completo.

Se realizó un primer acercamiento al tema en el curso 2018/2019 ya que fue cursado el Máster de Estudios Medievales en la Universidad de Santiago de Compostela, en el cual, se desarrollaría el *Trabajo Fin de Máster*, proyecto bajo el amparo de la *Beca de Colaboración* del Ministerio de Educación con título *La contraposición entre cosmos y caos en el arte y la literatura medievales: los demonios y el Jeu d'Adam*, donde se pudo realizar una primera toma de las diferentes disciplinas y sus temas que aplicaría la investigación: Un acercamiento al conocimiento del Camino de Santiago en los siglos XII y XIII, el repaso del estudio de la iconografía de las portadas bajo medievales, un análisis de los conceptos cosmos y caos, así como una aproximación al texto *Le Jeu d'Adam*, se examinó la influencia del teatro clásico al medieval, así como un acercamiento a la figura del Diablo, también la comprensión del papel humano en el concepto caótico.

Desde el inicio en octubre de 2019 hasta el presente se ha llevado a cabo, en primera instancia, una clasificación de todos los dramas litúrgicos medievales que han sido catalogados por los expertos. Esto resultaba una necesidad para conocer las fuentes primarias de las que se disponía, así como para conocer las temáticas de las que se disponía en su totalidad.

En el presente, se desarrolla el estudio filosófico/estético sobre el cosmos y el caos, conceptos primordiales para el desarrollo no solo del tema a estudiar, sino de la metodología a desarrollar, tema por lo tanto, del que se requiere profundizar con especial cuidado.

## ORGANIZAR EL COSMOS Y EL CAOS, UNA AVENTURA

El tema descrito anteriormente tiene la complejidad de entrecruzarse en diversas ocasiones, así como saber identificar cada una de las líneas de investigación que se tienen en cuenta. La aventura sería la propia temática, pero el hecho de organizar una investigación tan entrelazada por la multiplicidad de disciplinas, la complejidad que supone el tratamiento en conjunto al realizar una aproximación de las diferentes fuentes, en este caso, artísticas y literales, suponen un desafío para el control de las mismas. Es por eso, que, al plantearse realizar una estructura del mismo, se considera realizar una distribución tripartita, es decir, realizar un primer apartado del estudio del cosmos y el caos, al que le seguiría el concerniente a los dramas litúrgicos, así como un tercero centrado en la parte referente al estudio artístico. Las concomitancias e interrelaciones se extraerán a partir del último punto en las conclusiones, en el que se podrán observar las distintas teorías respecto al cosmos y caos en el arte y la literatura a la par.

## HIPÓTESIS Y CONCLUSIONES

Si bien, a priori se puede señalar una mayor diversidad en las líneas que proyectan los espacios y personajes referentes al caos artístico respecto a la composición que corresponde al cosmos. Es por ello que se desea comparar, enumerar y clasificar los ejemplares que contienen de uno y otro concepto para revelar una información que no es clara de contrastar. Bajo esta óptica multidisciplinar y junto a la perspectiva del cosmos y caos medieval, se auguran nuevas teorías que apuntan a novedades en el campo artístico.

De la misma manera ocurriría con los conceptos de bien y mal, puesto que llegan a difuminarse en un término medio tanto en el arte como en la teología, lo que nos llevaría a arrojar nueva luz a la mentalidad medieval. Una categorización de las acciones que reflejan del aspecto del mal, tanto en la literatura como en el arte, pueden facilitar la lectura de algunos pasajes que nos son ajenos o complejos de interpretar por la dificultad que suponen de manera visual y lectiva.

Por último, se realizará un estudio filosófico/histórico de los términos contrapuestos cosmos y caos en la Edad Media, junto a una investigación paralela respecto a estos conceptos de los dramas litúrgicos bajo medievales—en especial *Le Jeu d'Adam*, por su gran variedad de acciones descritas en él—y las representaciones artísticas de Juicios Finales y escenas pertenecientes al caos medieval. Para ello, serán seleccionadas obras literarias y artísticas que contengan la temática requerida situadas en la vía francesa del Camino de Santiago entre los siglos XII y XIII.

## Mulheres e exercício do poder régio e senhorial no reino Leonês-Castelhano (séculos XI-XII)

Luísa Tollendal Prudente<sup>1</sup>  
*Universidad de Valladolid*<sup>2</sup>

### Resumo:

Informar-se-á do andamento da tese doutoral que desenvolvemos atualmente na Universidad de Valladolid. O objetivo é entender como as mulheres pertencentes à realeza e à alta-aristocracia se relacionaram com a esfera do poder feudal, nos reinos de Leão e Castela, entre os séculos XI e XII. Sem constituir exceção à regra, a participação feminina na vida política do reino parece ter sido um elemento constitutivo do poder feudal que contribuiu para a sua perpetuação. Há que se lembrar o caso muito concreto e chamativo do *Infantado*, um costume que reservava a algumas mulheres da realeza ou da alta-aristocracia o governo de uma parte estratégica do realengo e do património familiar, formada majoritariamente por mosteiros. Também era possível, na falta de herdeiros varões pela linha direta de descendência, que uma mulher chegassem ao trono e reinasse por legítimo direito. Ou, quando se descartava essa possibilidade, era a herdeira do trono quem transmitia os direitos a ele, preservando, contudo, uma grande autoridade frente ao reino. Partindo da rainha proprietária Urraca I de Leão e Castela como núcleo de articulação, são objeto de nosso estudo personagens femininas da realeza que exerceram considerável influência política no reino, e mulheres relacionadas com elas e provenientes das principais famílias senhoriais. Assim, procura-se compreender a atuação política feminina através das estratégias reprodutivas do poder régio e aristocrático, apoiando-se possivelmente nas bases teóricas dos Estudos de Gênero e nas discussões sobre Patriarcado. Consulta-se documentação das principais igrejas e conventos leoneses e castelhanos no período estudado e que, por sua estreita vinculação com a realeza e a alta-aristocracia, conservaram em seus arquivos os diplomas referentes a esses grupos.

### Palavras-chave:

poder feminino, Urraca I, Gênero, Patriarcado

### Abstract:

This paper informs of the progress obtained until now in the PHD investigation we are currently developing at the University of Valladolid (Spain). The aim is to understand how women who belonged to the royalty and to the high-aristocracy related to the sphere of feudal power in the Iberian Kingdoms of León and Castile, between the 11th and 12th centuries. Female participation in the political life of the Kingdom was not an exception of the rule, but really an integral part of feudal power that contributed to its perpetuation. It is imperative to remember the striking and very concrete case of the *Infantatum*, a custom that reserved to some princesses, both from the royalty and the high-aristocracy, the government of a strategic portion of the royal domains or their family's patrimony, which consisted mainly of monasteries. It was also possible that, in the absence of male heirs through the direct line of

<sup>1</sup> Contratada doutoral da *Junta de Castilla y León* (JCyL) em regime de co-financiamento com o Fundo Social Europeu (FSE). Atualmente disfruta também de uma bolsa *MOVILIDAD DOCTORANDOS UVa* 2020, para a realização de uma temporada de pesquisa junto ao *Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris* (LAMOP), na *Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, com tutoria do Prof. Dr. Joseph Morsel.

<sup>2</sup>Tese em desenvolvimento na *Universidad de Valladolid* (UVa), coorientada pelo Prof. Dr. Pascual Martínez Sopena (Uva) e pela Dra. Ana Rodríguez López (CCHS-CISC). O trabalho se enquadra no âmbito do projeto I+D de excelência “*EJEPO – El ejercicio del poder: espacios, agentes y escrituras (siglos XI-XV)*” (Ref.HAR2017-84718-P), financiado pelo *Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, Agencia Estatal de Investigación e o Fondo Europeo de Desarrollo Regional* (MINECO/AEI/FEDER, UE).

descent, that a woman reached the throne and reigned on her own legitimate right. Or, when this option was discarded, it was the heiress to the throne who transmitted its rights, always preserving great authority in the Kingdom. Departing from Queen Urraca I of León and Castile as the core of articulation, the study centers itself on female historical characters of the royalty who exercised considerable political influence in the Kingdom, and women related to them and issued from the highest aristocratic families. Therefore, the intention is to understand female political agency through the strategies that reproduced royal and aristocratic power, upon a theoretical basis of Gender Studies and Patriarchy discussions. The documentation consulted is issued from the main leonese-castilian churches and monasteries of the period, which conserved the charters that referred to the royalty and to the high-aristocracy, due to the strict bond maintained with these groups.

**Keywords:**

female power, Urraca I, Gender, Patriarchy

## 1. TÓPICO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

“Uma tese sobre o exercício feminino do poder na Idade Média? Como, se aqueles eram tempos masculinos?” A desconfiança é uma reação comum quando explicamos, em uma conversa informal, o tema da pesquisa de doutorado que desenvolvemos na Universidade de Valladolid. Mas o que significaria estudar o “poder feminino” medieval? Não se trata, em nenhuma hipótese, de negar que a concepção primeira do poder era masculina e que quem preferencialmente tinha acesso a ele era do sexo masculino. Contudo, não se pode ignorar que qualquer sociedade é composta por pessoas de todos os sexos, e que as fêmeas são pouco mais da metade da população. Se as formas de organização baseadas na dominação masculina predominam, então só se pode chegar à conclusão lógica que de tais sociedades participam também as mulheres. Para existir patriarcado, é necessário mulheres em seu seio tanto quanto homens, sendo que os conceitos “homem” e “mulher” são construções culturais fruto e fundamento dessa configuração de poder que costuma dualizar e hierarquizar os sexos. Assim, as sociedades feudais conferiam às mulheres funções que serviam à reprodução da desigualdade sistêmica. No tocante à representação e ao exercício do poder, a historiografia dedicada à História das Mulheres e à História do Gênero demonstrou que as mulheres e o feminino não apenas se relacionavam com o campo político, como lhe davam forma nas suas diversas configurações. Essa se delineou várias vezes a partir da negatividade - do femenino como antítese e ameaça ao poder - mas também assumiu contornos positivos de apoio, sustentação e tabernáculo desse mesmo poder.

É este o objetivo final ao qual aspiramos: compreender de que forma as mulheres e o feminino se relacionaram com a esfera do poder feudal, escolhendo para isso o âmbito dos dominantes daquela sociedade. Centramo-nos no espaço do reino leonês-castelhano, no período de formação do feudalismo entre os séculos XI e XII<sup>3</sup>, onde se observam práticas de transmissão territorial, de sucessão e de governança que colocavam as mulheres em posição estratégica para a reprodução e a consolidação do poder de seus grupos familiares. No tocante ao reino leonês-castelhano, a possibilidade de uma mulher ascender ao trono em determinadas ocasiões e a existência do Infantado, que conferia às filhas e irmãs de rei, ou de outros grandes senhores, a propriedade e a regência de uma parte dos bens familiares; são dois costumes que chamam a atenção para o papel desempenhado por elas no exercício do poder.

Partindo de Urraca I - a primeira mulher a reinar em nome próprio nos reinos de Leão e de Castela - como núcleo de articulação, estendemos o nosso estudo às demais integrantes da sua dinastia com considerável influência política no reino, como a sua avó, a rainha Sancha de Leão; as suas tias, as infantas Urraca de Zamora e Elvira de Toro; suas irmãs ilegítimas, Elvira Alfonso e Teresa de Portugal; e legítimas, Sancha e Elvira Alfonso; e suas filhas, a infanta legítima Sancha Raimúndez e a ilegítima Elvira Pérez de Lara. Também estendemos o olhar

<sup>3</sup>Luis García de Valdeavellano, *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval* (Barcelona: Crítica, 2000).

sobre as mulheres relacionadas com elas e provenientes das principais parentelas magnáticas do reino.

## 2. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

A motivação inicial da nossa pesquisa partiu da observação de situações em que mulheres ascenderam ao trono real ao longo da Idade Média ibérica, numa sociedade falocêntrica. A aparente contradição de que mulheres pudessem exercer o poder real no seio de uma sociedade governada por homens, e que – acreditávamos – entendia o poder como intrínseca e exclusivamente masculino, nos parecia fascinante e carente de explicação. Ao revisar rapidamente os estudos sobre rainhas na Idade Média ibérica, nos deparamos com uma profusão de estudos centrados em rainhas-consorte, rainhas-mãe, rainhas-viúvas, mas relativamente poucos que se dedicavam a pensar a posição da rainha proprietária, aquela que recebia o trono em seu próprio nome. Talvez pela suposta singularidade dessas situações, que até então, ao primeiríssimo e ainda inexperiente olhar que lançávamos sobre o assunto, pareciam raras e esparsas no tempo, como se resistissem a um tratamento sistemático.

Surgiam muitas dúvidas, afinal, seriam realmente exceções, escapavam à lógica do momento e, portanto, não poderiam se configurar como um objeto de estudo que visasse compreender o seu sentido na dinâmica política de então? Ao entrar em contato com o tema do Infantado e ao aprofundar a documentação, nos deparamos com um quadro muito mais vasto de exercício do poder por mulheres, tanto no seio da família real, como no das grandes parentelas senhoriais. A situação específica em que elas governaram era mais comum do que parecia à primeira vista e menos restrita do que a ideia dominante ditava. Aquela corresponderia à “ponta do iceberg” de um panorama amplo que parecia incluir as mulheres e o feminino de maneira sistemática na configuração do poder e as relacionava com o seu exercício tanto dando-lhes este, como fazendo repousar sobre elas a presença ou ausência de sua legitimidade. Será que poderíamos falar na existência de uma concepção feminina do poder, positiva e não somente negativa? Como entender este fenômeno, se aquela era uma sociedade da dominação masculina, onde o esquema geral das relações de gênero estabelecia uma hierarquia fundamental que submetia o feminino ao masculino? Devido às características dessa desigualdade, tais expressões recorrentes de poder, associadas às mulheres dos estratos dirigentes, dificilmente corresponderiam a construções mentais que subvertessem essa ordem tida como a única benéfica para o mundo, estabelecida pela divindade. A presença dessas manifestações medievais aparece, portanto, contraditória e incompreensível. Tanto que os historiadores, guiados pelas construções mentais predominantemente androcêntricos encontrados nas fontes medievais (mas também nas suas próprias sociedades, a partir de onde miravam o passado); foram até recentemente incapazes de formular a possibilidade da associação das mulheres ao poder na Idade Média. Mas se essas existiram, segundo o que o nosso novo olhar parece nos dizer, como podemos abordá-las no trabalho de investigação e chegar a explicá-las?

Necessitamos mobilizar referenciais teóricos e metodológicos que nos permitam interpretar. Grande parte da renovação aludida na compreensão das relações de poder medievais entre mulheres e homens, feminino e masculino, deve-se à fertilidade alcançada nas últimas décadas pelos Estudos de Género.<sup>4</sup> Assim, foi nessa área que primeiro buscamos categorias de análise que nos permitissem pensar historicamente a problemática da pesquisa.

<sup>4</sup>A título de exemplo, ver: Didier Lett., *Hommes et femmes au Moyen-Âge: histoire du genre XIIe-XVe siècle* (Paris : Armand Colin, 2013) ; Theresa M. Earenfight, *Queenship in Medieval Europe* (New York: Palgrave McMillan, 2013); Pauline Stafford, *Gender, Family and the Legitimation of Power: England from the ninth to early twelfth century* (Aldershot-Burlington: Ashgate Publishing, 2006); Pauline Stafford; Anneke B. Mulder-Bakker (ed.), *Gendering the Middle-Ages* (Oxford: Blackwell Publishers, 2001); Mary C. Erler; Maryanne Kowaleski (ed.), *Women and Power in the Middle Ages* (Athens-London: University of Georgia Press, 1988).

Encontramos na definição de Joan Scott para a categoria “gênero” uma primeira referência.<sup>5</sup> Scott defendeu a utilidade analítica da categoria “gênero” no fazer historiográfico. Utilizá-la implicaria reconhecer o seu caráter dialógico e relacional entre os polos masculino e feminino, e as relações sociais entre os sexos. Uma “maneira de indicar “construções culturais” – a criação totalmente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (...)" que funciona como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.<sup>6</sup> Ela ressaltou a necessidade de perceber as conexões entre o “gênero” e a dinâmica de sustentação das instituições e da organização social, e o processo pelo qual seus significados culturais são construídos. O gênero seria, assim, “um elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas na diferença percebida entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”, ou melhor, “um campo primário (...) por meio do qual o poder é articulado”.<sup>7</sup> Identificado como um “conjunto objetivo de referências”<sup>8</sup>, o gênero possibilitaria a estruturação da percepção e da organização da vida social e estabeleceria “distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial a recursos materiais e simbólicos)”, de forma que o gênero “se vê implicado na concepção e na construção do próprio poder”.<sup>9</sup>

A fim de entender essa mesma dinâmica de sustentação das instituições e da organização social, surgiu a inclinação por trabalhar a noção de “patriarcado”. Encontramos na obra de Gerda Lerner<sup>10</sup> uma primeira aproximação ao tema, que permitia pensá-lo como um processo histórico. Segundo Lerner, apesar das diferenças biológicas percebidas entre os sexos, os valores associados a elas são culturalmente construídos – estando assim dotados de um “início” capaz de ser percebido historicamente. Ao voltar-se para a Mesopotâmia, ela encontrou que este “início” foi um longo e difícil processo de aproximadamente 2.500 anos. Percebeu que, ao invés de focar em mudanças econômicas que pudessem explicar a “derrocada” feminina, ela deveria se direcionar ao controle da sexualidade e da procriação das mulheres. A definição mais conservadora de “patriarcado” o restringe ao sistema greco-romano em que o cabeça masculino do lar, o *paterfamilias*, detinha poder legal e econômico absolutos sobre os seus integrantes, mulheres e homens. Esta concepção tem uma historicidade limitada e não contribui para a compreensão do fenômeno global da dominação masculina ao longo do tempo. Então, Lerner busca uma definição ampla e funcional, considerando o patriarcado como “a manifestação e a institucionalização da dominação masculina sobre mulheres e crianças na família, e a extensão dessa dominação às mulheres em geral na sociedade”.<sup>11</sup>

Contudo, o casamento entre “gênero” e “patriarcado” não é simples como parece. A utilização do termo “patriarcado” foi associado à História das Mulheres que, apesar de todos os seus avanços, recebeu críticas no sentido de não ter sido capaz de dar conta das diferenças entre homens e mulheres ao centrar-se apenas nas últimas, e por cair no essencialismo ou no biologismo.<sup>12</sup> Seja isto verdadeiro ou não, a História do Gênero se concentrou com afinco em trazer à tona a variedade das relações entre os gêneros, desnaturalizá-la e pensá-la segundo suas distintas configurações. O gênero romperia com a rigidez conceitual atribuída aos estudos sobre o “patriarcado”, associado aos pensamentos materialista e estruturalista. O uso do termo “patriarcado” seria anacrônico (já vimos, no entanto, que houve esforços por situá-lo historicamente e entender suas variadas configurações) e demasiado focado no tema da opressão e da subordinação das mulheres aos homens, incapaz de perceber dinâmicas de poder mais sutis nas relações entre eles, que com o uso da categoria “gênero” seriam melhor entendidas. A diferença entre o “gênero” e o “patriarcado” se revelaria como uma dicotomia da mesma ordem que a criada entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Ao passo que os Estudos

<sup>5</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade* 20, no. 2 (1995).

<sup>6</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.”:75.

<sup>7</sup>Ibid.,86.

<sup>8</sup>Ibid., 88.

<sup>9</sup>Id.

<sup>10</sup>Gerda Lerner, *The Creation of Patriarchy* (Oxford: Oxford University Press, 1986).

<sup>11</sup> Ibid., 239. Tradução livre.

<sup>12</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”: 72-78.

de Género ganharam terreno nas últimas décadas, o uso da palavra “patriarcado” foi caindo em desuso. Porém, será que todos os enganos atribuídos às estudosas do patriarcado foram de fato e sempre cometidos? Será realmente que a noção de “gênero” e a de “patriarcado” são inherentemente contraditórias? Se falar em “gênero” implica falar em hierarquia e desigualdade, como dissociar suas dinâmicas (variáveis histórica e culturalmente) da hegemonia da dominação masculina no mundo (cujo formato também é camaleônico)? Seria legítimo discerni-lo desse contexto? Ou então, concluindo-se que é elemento edificante da desigualdade entre os sexos, a palavra adequada para se referir a ela é realmente a de “patriarcado”, ou é preferível usar variantes como “dominação masculina”, “falocentrismo”, “androcentrismo” ou “viriarquia”? <sup>13</sup>

Ao iniciar o trabalho, nos pareceu possível utilizar ambos os conceitos, e entender as maneiras pelas quais as agentes históricas que estudamos articulavam o gênero politicamente nas suas relações, não apenas reagindo à dominação masculina, mas traçando estratégias dentro dela e construindo-a com suas ações. Por isso nos pareceram pertinentes as formulações de Pierre Bourdieu sobre “estratégias de reprodução” social, oriundas do seu interesse pela dinâmica das trocas matrimoniais e das práticas sucessórias.<sup>14</sup> Fizemos um levantamento bibliográfico sobre os dois temas, gênero e patriarcado<sup>15</sup> e esperamos em breve poder realizar considerações mais aprofundadas. Uma das obras selecionadas é “A Dominação Masculina” do próprio Bourdieu.<sup>16</sup> Ele foi um dos intelectuais que procurou passar através da dicotomia estruturalismo/construtivismo, razão pela qual pode ser útil. Esse livro, no entanto, não esteve isento de críticas.<sup>17</sup> Os escritos de Maurice Godelier sobre o tema parecem ter beneficiado de maior consistência e comprometimento.<sup>18</sup> Godelier também teorizou longamente sobre as noções de estrutura, superestrutura e infraestrutura, sem abandoná-las mas questionando a rigidez e polarização de certas interpretações.<sup>19</sup> O ensaio-desabafo da medievalista Judith M. Bennett também nos será de grande ajuda.<sup>20</sup> São essenciais os trabalhos de Helleith Saffioti, que se dedicou à junção teórica entre “gênero” e “patriarcado”.<sup>21</sup> E, conforme nos foi sugerido no decurso do XII WEM, consultaremos os trabalhos de Annette

<sup>13</sup>Sarah Fernandez Lino de Azevedo, “O adultério, a política imperial e as relações de gênero em Roma”(PhD Thesis: Universidade de São Paulo, 2017), 28-31; Heleith I. B. Saffioti, “Gênero e patriarcado: a necessidade da violência” in *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão interdisciplinar*, ed. Márcia Castillo-Martín; Suely de Oliveira, 35-76 (Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005).

<sup>14</sup>Pierre Bourdieu, « Stratégies de reproduction et modes de domination » *Actes de la recherche en sciences sociales* 105, no. 1 (1994) : 3-12 ; Pierre Bourdieu, « Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction» *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, no.4-5 (1972): 1105-1127.

<sup>15</sup>Dider Lett, *Hommes et femmes au Moyen-Âge*; Margaret Maruani (dir), *Femmes, genre et sociétés : l'état des savoirs* (Paris : La Découverte, 2005); Christine Delphy, *L'ENNEMI Principal 2: penser le genre* (Paris: Éditions Syllèphe, 2001); Christine Delphy, *L'ENNEMI Principal 1: l'économie politique du patriarcat* (Paris: Éditions Syllèphe, 1998); Carole Pateman, *The Sexual Contract* (Cambridge: Polity Press, 1988); Deniz Kandiyoti, “Bargaining with patriarchy” *Gender and Society* 2, no. 3 (1988): 274-290; Kate Millett, *Sexual Politics* (London: Granada Publishing, 1971).

<sup>16</sup>Pierre Bourdieu, *La Domination Masculine* (Paris : Éditions du Seuil, 1998).

<sup>17</sup>Anne-Marie Devreux, « Pierre Bourdieu et les rapports entre les sexes: une lucidité aveugle » in *Sous les Sciences Sociales, le genre : relectures critiques, de Max Weber à Bruno Latour*, eds. Danielle Chabaud-Rychter; Virginie Descoutures; Anne-Marie Devreux; Eleni Varikas, 77-93 (Paris : La Découverte, 2010).

<sup>18</sup>Maurice Godelier, *La Production des Grands Hommes* (Paris: Fayard, 1982-1996); Maurice Godelier, « The origins of male domination » *New Left Review* 1, no. 127 (1981): 3-17.

<sup>19</sup>Maurice Godelier, “Infrastructures, Societies and History” *Current Anthropology* 19, no. 4 (1978) : 763-771 ; Maurice Godelier, “La part idéelle du réel: essai sur l'idéologique » *L'Homme* 18, no. 3-4 (1978) :155-188 ; Maurice Godelier « Comments on the concepts of structure and contradiction » *International Journal of Sociology* 2, no. 2-3 (1972) : 178-188.

<sup>20</sup>Judith M. Bennett, *History Matters: patriarchy and the challenge of feminism* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006).

<sup>21</sup>Heleith I. B. Saffioti, *Gênero, patriarcado, violência* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004).

Weiner, que reviu as análises de Malinowski com relação ao papel das mulheres e da hierarquia nas relações genderizadas da cultura trobriandesa.<sup>22</sup>

No tocante ao contexto medieval, selecionamos obras que tratassesem do nosso objeto de estudo e da relação entre mulheres e poder nas sociedades alto e centro-medievais.<sup>23</sup> Destacamos os trabalhos de Pauline Stafford na área hoje conhecida como estudos de Queenship<sup>24</sup>; os de Ana Rodríguez, que é co-orientadora da nossa tese e se dedicou a analisar as estratégias de reprodução do poder e da riqueza protagonizadas pelas mulheres das grandes dinastias europeias e a sua capacidade de transmissão patrimonial<sup>25</sup>; de Therese Martin sobre o Infantado régio leonês, desde uma perspectiva interdisciplinar entre história, arqueologia e da história da arte<sup>26</sup>; o de Janna Bianchinni<sup>27</sup> questionando que a representação negativa da rainha Urraca I nas crônicas castelhano-leonesas do século XIII (escritas para a rainha Berenguela e seu filho, Fernando III) fosse motivada pela pura misoginia. Pelas suas conclusões, essas crônicas não defendiam que um poder feminino era intrinsecamente negativo, e sim que era bom quando exercido por uma boa mulher (Berenguela) em oposição ao que havia ocorrido quando o mesmo fora exercido por uma má mulher (Urraca). Esta oposição entre mulheres boas e más é um percurso “patriarcal”. Esta autora também escreveu sobre o Infantado.<sup>28</sup> Ressaltamos os trabalhos de Lucy Pick, que analisou o papel político e simbólico desempenhado pelas filhas e irmãs de rei solteiras, prática regular na monarquia

<sup>22</sup>Annette B. Weiner, « Inalienable possessions : the paradox of keeping while giving (Berkeley : University of California Press, 1992) ; Annette B. Weiner, *La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes : Iles Trobriand* (Paris : Éditions du Seuil, 1983).

<sup>23</sup>Theresa Earenfight, *Queenship in Medieval Europe*; Mary C. Erler; Maryanne Kowaleski (ed.), *Gendering the Master Narrative: women and power in the Middle Ages* (Ithaca/London: Cornell University Press, 2003); Elisabeth Van Houts, *Memory and Gender in Medieval Europe (900-1200)* (New York: Palgrave Mcmillan, 1999); Anne Duggan (ed.), *Queens and Queenship in Medieval Europe* (Woodbridge: The Boydell Press, 1997).

<sup>24</sup>Stafford, *Queen Emma and Queen Edith: Queenship and Women's Power in eleventh-century England* (Oxford: Blackwell Publishers, 1997); Pauline Stafford, *Queens, Concubines and Dowagers: the King's wife in the Early Middle Ages* (London: Leicester University Press, 1998).

<sup>25</sup>Ana Rodríguez López, *La estirpe de Leonor de Aquitania: mujeres y poder en los siglos XII y XIII* (Barcelona: Planeta, 2014); Ana Rodríguez López, « Stratégies matrimoniales, stratégies patrimoniales: autour du pouvoir des femmes au royaume de Léon-Castille (XIIe-XIIIe siècle) » in Martin Aurell (ed.), *Les Stratégies Matrimoniales (IXe-XIIIe siècle)* (Turnhout: Brepols, 2013): 169-191; Ana Rodríguez López, “Dotes y arras en la política territorial de la monarquía feudal castellana (siglos XII-XIII)” *Arenal* 2, no.02 (1995).

<sup>26</sup>Therese Martin (coord.), “The Medieval Iberian Treasury in the context of Cultural Interchange, special issue” *Medieval Encounters* 25, no.1-2 (2019); Therese Martin, “Fuentes de potestad para reinas e infantas: el infantazgo en los siglos centrales de la Edad Media” *Anuario de Estudios Medievales* 1, no. 46 (2016): 97-136; Therese Martin (dir.), *Reassessing the roles of women as “makers” of medieval art and architecture* (Leiden: Brill, 2012); Therese Martin, “Mujeres, hermanas e hijas: el mecenazgo femenino en la familia de Alfonso VI” *Anales de Historia del Arte* 2 (2011): 147-179 ; Therese Martin, “Hacia una clarificación del infantazgo en tiempos de la reina Urraca y su hija la infanta Sancha (ca. 1107-1159)” *E-Spania*, no.5, (2008); Therese Martin, “Recasting the concept of the “Pilgrimage church”: the case of San Isidoro de León” *La Corónica* 32, n 02 (2008): 165-190; Therese Martin, *Queen as King: politics and architectural propaganda in twelfth-century Spain* (Leiden: Brill, 2006); Therese Martin, “De grand prudencia, Graciosa fabla y elocuencia” a “mujer de poco juicio y ruin opinión”: recuperando la historia perdida de la reina Urraca” *Compostellanum* 50, no. 1-4 (2005): 551-578; Therese Martin, “The art of a reigning queen as Dynastic Propaganda in Twelth-Century Spain” *Speculum*, no.80 (2005): 1134-1171.

<sup>27</sup>Janna Bianchinni, “A mirror for a Queen? Constructions of queenship in twelfth and thirteenth century León-Castile” *Journal of Medieval History* 45, no. 4 (2019):432-456.

<sup>28</sup>Janna Bianchinni, “Daughters, wives, widows, lords: dynastic identity and affective bonds among infantas in twelfth-century León-Castile” in *Reginae Iberiae: el poder region femenino en los reinos medievales peninsulares*, Miguel García Fernández; Silvia Cernadas Martínez (ed.) (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015).

leonesa-castelhana centro-medieval<sup>29</sup>; os de Maria do Rosário Ferreira<sup>30</sup>, que se dedicou a entender o “padrão de herança repartida da soberania” do Infantado régio, onde o exercício da função temporal recaía sobre o rei, e sobre a rainha sua irmã (ou irmãs) recaía a função sacralizante, legitimadora e transmissora do poder ao seu irmão (ou irmãos). Tanto essa concepção sobre a natureza do poder régio era conhecida dos seus contemporâneos que, quando se tratou de rebaixar a posição da rainha-irmã e elevar a do rei, no acompanhar da Reforma Gregoriana e do processo de valorização da patrilinearidade em detrimento da matrilinearidade; o discurso das crónicas estabeleceu dois paradigmas sobre essa forma de exercício feminino do poder real: a representação positiva da irmã do rei como conselheira, e a negativa que acusava de incesto o casal régio fraterno. Em ambas se estabelece a vassalagem da posição feminina relativamente à masculina. Sobre a tipologia dos bens patrimoniais do Infantado e do monacato feminino leonês entre os séculos X a XII, destacamos os estudos de Carlos Reglero.<sup>31</sup>

Dentre as obras que tratam da configuração da alta-aristocracia leonesa e castelhana, vemos os trabalhos de Simon Barton<sup>32</sup> sobre suas fontes de riqueza, *status* e poder. Ele abordou a aristocracia leonesa nas suas relações de parentesco com a monarquia e com a igreja. Focou no papel das alianças matrimoniais e concubinárias no teatro de guerra e aliança dos reinos medievais ibéricos, cristãos e muçulmanos. Também os trabalhos de Pascual Martínez Sopena<sup>33</sup>, orientador do doutorado que desenvolvemos e reconhecido medievalista, um dos responsáveis pela renovação, a partir da década de oitenta, dos estudos sobre parentesco e sobre a aristocracia medieval hispânica, nas suas relações com a monarquia e a territorialização do espaço. A pesquisa de Mariel Pérez<sup>34</sup> é outro referente no que diz respeito à configuração da alta-aristocracia leonesa nos séculos XI e XII. Ela escreveu sobre as estruturas de parentesco e as estratégias de ascensão social das parentelas aristocráticas,

<sup>29</sup>Lucy K. Pick, *Her Father's Daughter: gender, power and religion in the early Spanish kingdoms* (Ithaca and London: Cornell University Press, 2017); Lucy K. Pick, “Sacred queens and warrior kings in the royal portraits in the *Liber Testamentorum* of Oviedo” *Viator* 42, no. 2 (2011): 49-82.

<sup>30</sup>Maria do Rosário Ferreira, « La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles » *E-Spania*, no.17 (2014): 1-18; Maria do Rosário Ferreira, “Entre conselho e incesto: a irmã do rei” *E-Spania*, no. 12 (2011); Maria do Rosário Ferreira, “Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal: the Iberian paradigm of feminine power revisited by thirteenth and fourteenth century historiography” *Seminario Medieval* (2011): 229-252.

<sup>31</sup>Carlos M. Reglero de la Fuente, “Los testamentos de las infantas Elvira y Sancha: monasterios y espacios de poder” in *Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre: mundos medievales, espacios, sociedades y poder* 1 (Santander: Universidad de Cantabria, 2012): 835-847; Carlos M. Reglero de la Fuente, “Omnia totius regni sui monasteria: la Historia Legionense, llamada Silense y los monasterios de las infantas” *E-Spania*, no.14 (2012).

<sup>32</sup>Simon Barton, *Conquerors, brides and concubines: interfaith relations and social power in Medieval Iberia* (Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2015); Simon Barton, *The aristocracy in twelfth-century León and Castile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

<sup>33</sup>Pascual Martínez Sopena, “Prolis Flainiz. Las relaciones familiares en la nobleza de León (siglos X-XII)” *Studia Zamorensia* XVII (2018): 69-102; Pascual Martínez Sopena, “The war in Leon and Castille (CA.1110-1130): internal crisis and imaginary of violence” *Imago Temporis: Medium Aevum*, no. IX (2015): 125-144; Pascual Martínez Sopena, « La circulation des objets en temps de guerre: les années de la reine Urraca (Léon et Castille, vers 1110-1130) » in *Objets sous contrainte, circulation et valeur des choses au Moyen Âge*, Laurent Feller, Ana Rodríguez López (ed.), 257-258 (Paris: Sorbonne, 2013); Pascual Martínez Sopena, “La aristocracia hispánica: Castilla y León (siglos X-XIII)” *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, no.2 (2008): 2-12; Pascual Martínez Sopena, “Parentesco y poder en León durante el siglo XI: la “casata” de Alfonso Díaz” *Studia Historica: Historia Medieval*, no. 5 (1987): 33- 87.

<sup>34</sup>Mariel Pérez, “Estructuras de parentesco y poder aristocrático: la aristocracia leonesa en la Alta Edad Media” *Miscelánea Medieval Murciana* XXXVIII (2014): 213-231; Mariel Pérez, “Estrategias de alianza y reproducción en la aristocracia medieval leonesa: los Flaínez (siglos X-XI)” *Mirabilia*, no. 9 (2009): 89-107.

Destacamos também o capítulo de Wendy Davies<sup>35</sup> sobre a difícil identificação e definição de uma aristocracia condal, assim designada, na documentação ibérica original dos séculos IX e X, e até meados do século XI.

### 3. FONTES

Manejamos os diplomas produzidos pela aristocracia e pela realeza leoneso-castelhana no período compreendido entre os séculos XI e XII, e pertencentes aos principais mosteiros e igrejas seculares do reino. No período que tratamos aqui a maioria da documentação referente a esses grupos deve ser procurada entre os documentos emitidos por centros religiosos – com os quais os membros das dinastias e das grandes parentelas aristocráticas mantinham íntima relação. A maior parte está publicada em coleções documentais, e os diplomas que recolhem incluem, fundamentalmente, doações patrimoniais (por exemplo, de caráter piadoso, ou como recompensa por bons serviços ou, ainda, pela entrada em serviço ou em situação de servidão), contratos de compra e venda, permutas, testamentos, contratos de arras, resoluções de pleitos judiciais, contagens de bens, foros, entre outros documentos que recolhiam o essencial das transações cotidianas e da prática jurídica da época. Contribuem para o entendimento das relações socioculturais, políticas e econômicas dos agentes históricos de que são objeto. Embora a documentação seja conhecida, não foi ainda abordada e problematizada em seu conjunto segundo o enfoque que propomos.

A porção mais substancial vem do Arquivo da Catedral de Leão<sup>36</sup> e do mosteiro beneditino de Sahagún.<sup>37</sup> Consultamos igualmente os documentos dos principais mosteiros e igrejas seculares leonesas e castelhanas do período. Devido à variedade e abundância desses cenóbios, e ao pouco espaço de que dispomos aqui, citamos apenas aqueles cuja documentação cobrou maior importância em nosso trabalho até o momento presente ou que citamos aqui, isto é, a coleção documental do mosteiro de Otero de las Dueñas<sup>38</sup>, a de Santa María de Piasca<sup>39</sup>, do mosteiro de São Isidoro de Leão<sup>40</sup>, a da Ordem do Hospital São João de Jerusalém em Castela e Leão<sup>41</sup>, da catedral de Astorga<sup>42</sup> e do mosteiro de Carrizo<sup>43</sup>. Os demais cenóbios, cuja

<sup>35</sup>Wendy Davies, “Counts in ninth- and tenth-century Iberia” in *Beyond the Reconquista: new directions in the history of medieval Iberia (711-1085)*, Simon Barton, Robert Portass (ed.), 143-168 (Leiden-Boston: Brill, 2020).

<sup>36</sup>José M. Fernández Catón, “Colección documental del Archivo de la Catedral de León” in *Fuentes y estudios de historia leonesa* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1987-2002).

<sup>37</sup>José M. Mínguez Fernández; Marta Herrero de la Fuente; José A. Fernández Flores, “Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún” I-IV in *Fuentes y estudios de Historia Leonesa*, José M. Fernández Catón (dir.) (1976-1991).

<sup>38</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de la Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas I-II* (854-1108 y 1109-1300) (León: Caja España de Inversiones/ Archivo Histórico Diocesano, 1999-2005).

<sup>39</sup>Julia Montenegro Valentín, *Colección Diplomática de Santa María de Piasca (857-1252): con un apéndice de documentos de la Alta y Plena Edad Media alusivos a Liébana* (Santander: Diputación Regional de Cantabria - Consejería de Cultura, Educación, Juventud y Deporte, 1991).

<sup>40</sup>María E. Martín López, *Patrimonio Cultural de San Isidoro de León: documentos de los siglos X-XIII* (León: Universidad de León, 1995).

<sup>41</sup>Carlos de Ayala Martínez, *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)* (Madrid: Editorial Complutense, 1995).

<sup>42</sup>Gregoria Cavero Domínguez; Encarnación Martín López, “Colección Documental de la Catedral de Astorga” I-II in *Fuentes y estudios de Historia Leonesa*, José M. Fernández Catón (dir.) (1999-2000).

<sup>43</sup>María C. Casado Lobato, *Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo (969-1260) I* (León: Caja de Ahorros y Monte de Piedad/ Archivo Histórico Diocesano, 1983).

documentação consultamos, são listados no seguinte tópico, no capítulo três da estrutura provisional do trabalho final.

#### 4. ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

##### Introdução

##### Parte 1: Premissas Teórico-metodológicas

##### Capítulo 1: Revisão Bibliográfica

1.1 – Delimitação Temática

1.2 – Estado da questão: estudos sobre o exercício do poder por parte das mulheres da realeza e da alta aristocracia leonesa e castelhana na Idade Média Central

##### Capítulo 2: Referenciais teóricos e metodológicos

2.1-Patriarcado e Gênero:

2.2- Aristocracia

2.3- Sistema de parentesco

2.4- Reprodução e estratégias de reprodução

2.5- Feudalismo e Poder Feudal

##### Capítulo 3: Fontes

3.1 - Coleções documentais: mosteiros

3.1.1 – Mosteiros Reais

3.1.1.1- San Pelayo de Oviedo

3.1.1.2- San Isidoro de León

3.1.1.3-Santa María de Carbalal

3.1.1.4- San Pedro de Eslonza

3.1.1.5-San Benito de Sahagún

3.1.1.6- Santa María de Carracedo

3.1.1.7 – *Continua...*

3.1.2 –Mosteiros da aristocracia

3.1.2.1- Santa María de Piasca

3.1.2.2- Santo Toribio de Liébana

3.1.2.3 – San Pedro de Montes

3.1.2.4-San Pedro de las Dueñas e San Claudio de León (e de la Vega?)

3.1.2.5-San Román de Entrepeñas

3.1.2.6- San Zoilo de Carrión

3.1.2.7- Infantado de Covarrubias

3.1.2.8- San Salvador de Oña

3.1.2.9-Santa María de Sandoval

3.1.2.10 – Santa María de Carrizo

3.1.2.11 – San Esteban y Santa María de Nogales

3.1.2.12- Santa María de Gradeles

3.1.2.13- Santa María de Otero de las Dueñas

3.1.2.14 - Santa María de Trianos

3.1.2.15-*Continua...*

3.2- Coleções documentais: catedrais

3.2.1- Catedral de Oviedo

3.2.2- Catedral de León

3.2.3- Catedral de Astorga

3.2.4 –Santa María la Mayor de Valladolid

3.2.6 –*Continua...*

3.3- Coleções documentais: ordens

3.3.1 – Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León

3.3.2 –*Continua...*

3.4 – Coleções Documentais: personagens

3.4.1- Coleção Diplomática da Rainha Urraca

3.4.2 –Coleção Diplomática da infanta Sancha Raimúndez

3.4.3 –*Continua...*

## Conclusões Parte 1

### Parte 2: A alta aristocracia e a monarquia no reino de Leão e de Castela nos séculos XI-XII

#### Capítulo 4: A alta aristocracia leonesa e castelhana nos séculos XI-XII

4.1 – Definição, formação e organização territorial

4.3- Principais parentelas

4.3.1-Flaínez

4.3.2- Alfonso

4.3.3- Banu-Gómez

4.3.4 – Fróilaz

4.3.5-Lara

4.3.6-Osorio

4.3.7-Villalobos

4.3.8-Castro

4.3.9- Vélaz

4.3.10-Téllez de Menezes

4.3.11 –*Continua...*

#### Capítulo 5: A monarquia nos séculos XI-XII

5.1- Formação e organização territorial: a monarquia feudal

5.2- Dinastias

5.2.1- Dinastia Astur-Leonesa

5.2.2 – Dinastia Jimena

5.2.3 – Casa de Borgoña

5.3 – Fundamentos ideológicos do poder real

5.3.1-*Auctoritas*

5.3.2-*Potestas*

5.3.3-*Continua...*

#### Capítulo 6: Estratégias de reprodução do poder

6.1 – Matrimônio

6.2 – Herança y Sucessão

6.3 – Senhorio e vassalagem

6.4 – Propriedade e domínio

6.5- Fundações e foros

6.6 –Mosteiros Particulares

6.7- Infantado

6.8- Memória familiar

6.9 - Tenência

6.10 – Guerra, paz e fronteira

6.11 – Especificidades da monarquia

6.11.1 – Realengo

- 6.11.2 – Propriedade da Igreja
- 6.11.2.1 – Nomeação de Bispos
- 6.11.2.2 – Rito e reforma
- 6.11.2.3-Caminho de Santiago

## Conclusões Parte 2

### Parte 3: O lugar das mulheres no exercício do poder feudal

Capítulo 7: Alianças femininas de poder: relações entre rainha, infantas e mulheres da alta aristocracia

- 7.1 – Mulheres da alta aristocracia e poder senhorial
- 7.2 – Rainhas, infantas e poder régio

Capítulo 8: Poder no feminino: o papel das mulheres na estruturação e na reprodução do poder feudal

- 8.1- Relações de parentesco entre mulheres da alta aristocracia e da monarquia
- 8.2 - Herança, sucessão e transmissão do poder, de mulher para mulher
- 8.3 – Relações de senhorio y vassalagem: o círculo das infantas

## Conclusão Final

Apêndices

Bibliografia

## 5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

No ponto em que nos encontramos já é possível avançar alguns dados. As mulheres da aristocracia tinham um papel destacado na fundação e na administração de mosteiros particulares. A parentela dos Alfonso fez um uso notável dessa estratégia, e se registra a atividade de um grande número de mulheres da parentela junto aos cenóbios familiares. Elas mantêm intima relação com a *mater* Urraca Alfonso. Apesar da maneira singular com que se dirigem a ela, não consta que tenha se casado ou tido filhos. Era uma das irmãs dos magnatas Gutier y Munio Alfonso, e tutelava diversas posses eclesiásticas familiares. Efetivamente, nos séculos X a XII, nos reinos de Leão e de Castela, observa-se a destacada presença de mulheres nobres à frente de propriedades religiosas particulares.<sup>44</sup> Não devemos confundir o seu papel com o de abadessa, não são chamadas dessa forma na documentação. Elas estavam acima do abadiado, e viriam a receber o qualificativo de *dominae*. Sem ter necessariamente tomado votos, regiam as propriedades religiosas familiares e eram responsáveis pelas comunidades que viviam nelas. Esta parcela espiritual do património familiar que protegiam, e o domínio que ali detinham, corresponde ao que se estudou no âmbito régio como o “Infantado”. Há evidências de comportamentos semelhantes entre a alta-aristocracia. Acreditamos que se possa incluir nesse rol os mosteiros de Santa María de Piasca e de San Martín de la Fuente no século XI, ambos sob o governo de Urraca Alfonso.<sup>45</sup>

As mulheres da aristocracia também detinham bens próprios que não se restringiam a domínios religiosos, e exerciam direitos dominicais. Encontramos nos documentos do mosteiro de Otero de las Dueñas exemplos relativos à parentela dos Fróilaz. A sua gênese pode

---

<sup>44</sup>Pascual Martínez Sopena, “Parentesco y poder en León”: 46-50.

<sup>45</sup>Julia Montenegro Valentín, *Colección Diplomática de Santa María de Piasca*.

ser identificada em uma mulher, María Fróilaz. Seu filho, Fruela Díaz, foi um dos grandes vassalos da rainha Urraca I. Ele deu nome à parentela, mas a origem da fortuna se encontra na herança recebida por sua mãe, filha única do magnata Fruela Muñoz. A sua posição incomum lhe permitiu herdar sozinha todos os bens dos seus progenitores.<sup>46</sup> Ao casar-se com Diego Pérez, filho de Pedro Flaínez de Valdoré, uniu ambas as fortunas e garantiu a bonança das gerações seguintes.<sup>47</sup> Pode-se dizer que a linha de descendência de Fruela Muñoz, ao invés de desaparecer – que é como costuma ser tratada a ausência de herdeiros varões – transita em direção a outra. A partir daquele acontecimento, seus descendentes traçarão o caminho ao auge do seu poder e da sua riqueza. Isto se verificará na vinculação à realeza, estreitada através de laços pessoais de dependência entre as mulheres dessa parentela e as rainhas e infantas leonesas, uma proximidade que culminará no estabelecimento de laços de parentesco com o sangue real.<sup>48</sup>

Dentre os bens herdados por María Fróilaz, encontra-se a vila de Regos (Villaviciosa de la Ribera) que pertencia à rainha Elvira García, mãe de Afonso V e regente na sua menoridade. Foi doada ao pai de María Fróilaz por Bermudo III e a rainha madrasta Urraca Garcés, como forma de premiá-los por sua fidelidade com bens confiscados a outros nobres rebelados.<sup>49</sup> Tempos depois, a bisneta de Maria, Estefanía Ramírez, viúva de Ponce de Minerva, fundará o mosteiro cisterciense de Santa María de Carrizo. Na carta de dotação, figurará esta vila de Regos proveniente da mandação régia feminina e que, junto com a própria localidade onde se instituía, descendia da herança fundacional de María Fróilaz.<sup>50</sup>

María Fróilaz integrou o que Pascual Martínez Sopena chamou de “círculo das infantas”<sup>51</sup>, um conjunto de mulheres da aristocracia unidas às senhoras do infantado régio por laços pessoais de dependência. O vocabulário que remetia à vassalagem aparece em cartas de doações como as que selavam o pacto entre o senhor e os homens da sua mesnada. Um exemplo claro é a doação que a infanta Urraca de Zamora, com a anuência da sua irmã, a infanta Elvira de Toro, faz a María Fróilaz em 1074, concedendo-lhe a vila de Villarmildo.<sup>52</sup> Ela era vassala<sup>53</sup> das infantas, e recebia aquela localidade em troca do bom serviço prestado. O seu filho, Fruela Díaz, se casará com outra Estefanía, neta do rei pamplonês García Sánchez III pela via ilegítima. Estefanía Sánchez também servirá as mulheres da realeza. Em 1129, viúva, concede foro aos seus dependentes de Villarmildo<sup>54</sup>, propriedade herdada da sua sogra, por meio das arras que recebeu. A filha de Fruela Díaz e Estefanía Sánchez se chamará também María Fróilaz, e desenvolverá destacada atividade junto à rainha Urraca I como sua “clientula”<sup>55</sup>.

A celebração de casamentos legítimos não era a única forma de estabelecer ou reforçar alianças, garantir descendência ou diversificar os laços de parentesco. Outro tipo de união se mantinha par a par com o matrimonio – ainda que abaixo dele na hierarquia. O concubinato<sup>56</sup> estava difundido entre os reis e magnatas. Para as parentelas aristocráticas, suporia uma

<sup>46</sup>José A. Fernández Florez; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, docs. 176;179; 185; 196; 214; 237; 240; 242; 249.

<sup>47</sup>Ibid., docs 252; 253; 256; 260; 261;262; 264;265;268; 269; 272; 273; 282.

<sup>48</sup>José A. Fernández Florez; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, docs.271; 276; 277; 283; 287; 290; 292; 297; 299; 300; 301; 302; 307; 309; 310; 314; 318; 319; 320; 322; 323; 324; 333.

<sup>49</sup>Ibid., docs.180; 196; 214; 237; 240.

<sup>50</sup>María C. Casado Lobato, *Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo*, doc.38.

<sup>51</sup>Pascual Martínez Sopena, “Prolis Flainiz. Las relaciones familiares en la nobleza de León (siglos X-XII)”: 84-85.

<sup>52</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, doc. 276.

<sup>53</sup>María E. Martín López, *Patrimonio Cultural de San Isidoro de León: documentos de los siglos X-XIII*: doc. 11.

<sup>54</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, doc. 333.

<sup>55</sup>Ibid., docs. 325; 335; 336; 342; 343; 347; 348; 349; 352; 354; 355; 356.

<sup>56</sup>Inés Calderón Medina, “Las otras mujeres del rey: el concubinato régio en el reino de León” in *Seminário Medieval*, Maria do Rosário Ferreira; Ana S. Laranjinha; José C. Miranda (coords) (2009-2011): 255-287.

estratégia mais para a reprodução do seu poder. O enlace entre suas mulheres e um homem de rango superior, principalmente se fosse o rei, se materializaria em infinidade de vantagens e no seu alcamento na escala social – sobretudo se houvesse descendência. É o que acontecerá com Jimena Muñoz, primeira concubina de Afonso VI de Leão e Castela. Jimena vinha de uma destacada família berciana, e sua união com Afonso VI reforçava os laços de fidelidade entre o rei e a aristocracia local. A filha caçula dessa união foi dona Teresa, mãe de Afonso Henriques. A mais velha é também a menos conhecida. Chamava-se Elvira Alfonso, e acreditamos que pode ter sido a propulsora da inserção da Ordem do Hospital nos reinos de Leão e de Castela.<sup>57</sup> Casou-se com o conde Raimundo IV de São Gil, um dos protagonistas da Primeira Cruzada. Ela o acompanhou até Jerusalém, onde nasceu Afonso Jordão.<sup>58</sup> Raimundo não voltou, mas Elvira sim. Trouxe consigo o filho, e terá permanecido em Tolouse até que o direito sucessório de Afonso Jordão ao condado estivesse garantido. Então, voltou para a sua terra natal.

A primeira doação ao Hospital em terras leonesas vem das mãos de Urraca I em 1113.<sup>59</sup> A associação que a vemos construir com os freires se estreitará ao longo do tempo, e seus filhos, o imperador Afonso VII de Leão e Castela e a infanta Sancha Raimúndez, lhe darão prosseguimento.<sup>60</sup> Elvira e Jimena Muñoz também farão generosas doações à Ordem, e o filho de Elvira, nascido do seu segundo matrimônio com o aristocrata leônês Fernando Fernández, professará como freire hospitalário.<sup>61</sup> Todos os parentes e vários dos dependentes da infanta Elvira manterão vínculos fortes com a Ordem.<sup>62</sup> Ela permanecerá próxima às suas irmãs e aos seus sobrinhos reais. Aparece confirmando muitos dos seus diplomas. O laço de sangue que une ao imperador é o traço legitimador distintivo: as fontes se referem a ela como *tia regis, imperatoris matertera e imperatoris amita*.<sup>63</sup> Ao passo que *matertera* significa “tia materna”, *amita* é “tia paterna”. O termo poderia estar sendo usado indistintamente. Mas a flexão de gênero evocada nos leva à reflexão. Elvira era a tia materna de Afonso VII e de Sancha. As irmãs de rei e senhoras do Infantado representavam a encarnação do direito à soberania, da qual elas se tornavam depositárias, com a função de legitimar e sacralizar o direito de seu irmão ao território herdado de seus pais, transmitindo-lhe a capacidade de exercer o poder. Identificou-se que às tias paternas se atribuía a mesma faculdade.<sup>64</sup> A rainha Urraca I, ao receber de seu pai tanto a soberania como o território, reuniu as duas qualidades. Ao encarnar a porção masculina do exercício do poder régio, ela se tornava O Rei. A infanta Elvira cumpria então também essa função de irmã do rei.

A introdução da Ordem do Hospital em terras leonesas e castelhanas parece ter dependido, em grande parte, da influência exercida por Elvira Alfonso. A sua capacidade de articulação política e as redes estabelecidas ao longo da sua vida foram importantes para a política espiritual adotada por seus parentes régios. Que isto tenha ocorrido durante o reinado de Urraca I não é coincidência. Provavelmente correspondeu a uma peça estratégica do programa político implementado pela soberana leonesa. Valendo-se da interferência da sua irmã mais velha, beneficiou aquela congregação vinda da Terra Santa e fomentada em circunstâncias que remetiam às ideias de defesa da fé cristã frente aos inimigos externos, associação ideológica propícia à monarca, que naqueles momentos guerreava contra o seu segundo marido - o rei aragonês Afonso I, O Batalhador. Urraca I concretiza tal associação oferecendo aos hospitalários bens provenientes do Infantado, e assim relacionando o poder já

<sup>57</sup>Luís Tollendal Prudente, “Reinas e infantas en la implementación de los freires hospitalarios en León y en Castilla: Elvira Alfonso como “fósil conductor” del poder femenino entre Jerusalén y Santiago de Compostela (siglos XI y XII)”, in *Et Ultreia. Estudos medievais interdisciplinares* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela) (no prelo).

<sup>58</sup>Augusto Quintana Prieto, “La infanta Doña Elvira, hija de Alfonso VI y de Jimena Muñiz”, in *Temas Bercianos, t. III: otros estudios sobre el bierzo* (Ponferrada: Bérgida, 1984): 277 – 416.

<sup>59</sup>Carlos de Ayala Martínez, *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León*: doc. 1.

<sup>60</sup>Ibid., docs. 9; 10; 20; 39; 41; 47; 51; 55; 57; 58; 80.

<sup>61</sup>Ibid., docs. 18; 26; 37; 48.

<sup>62</sup>Ibid., docs. 31; 33; 36; 48; 53; 54; 60.

<sup>63</sup>Augusto Quintana Prieto, “La infanta Doña Elvira”: 276.

<sup>64</sup>Maria do Rosário Ferreira, “Entre conselho e incesto: a irmã do rei”: parágrafo 37.

beatificado das mulheres da dinastia com a santidade inspirada por Jerusalém. Essa política foi continuada no governo de Afonso VII e da infanta Sancha, dotada mais claramente de uma inspiração cruzada acorde com a necessidade ibérica de guerras de fronteira com o Islã, mas adequada à concepção imperialista do rei leonês sobre os demais reinos cristãos peninsulares. Naquela primeira fase, os enclaves hospitalários em Leão e em Castela se alinhavaram em boa medida com os bens do Infantado e com o poder das infantas.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup>Luísa Tollendal Prudente, “Reinas e infantas en la implementación de los freires hospitalarios en León y en Castilla” (no prelo).

## **La influencia del saber científico en la lírica italiana de los orígenes al Trecento**

Paula Pérez Milán  
*Università di Siena / Sorbonne Université-Paris IV*

**Resumen:**

En la tradición de los estudios románicos italianos, la presencia del conocimiento científico en la poesía lírica ha sido estudiada de manera parcial y aislada. Nuestro proyecto responde a la necesidad de disponer de un cuadro ordenado y sistemático mediante el cual poder ofrecer una visión de conjunto de la influencia del saber científico en la lírica italiana medieval, a través del análisis literario de las imágenes naturalísticas referidas a animales, plantas, piedras preciosas, procesos alquímicos y procesos médicos ligados a la enfermedad de amor. Estos cinco tipos de imágenes se relacionan con otras tantas disciplinas, cuyo desarrollo en el período medieval se refleja en obras de carácter teórico: bestiarios, herbarios, lapidarios, y tratados alquímicos y médicos. A estos tratados acudiremos en busca de correspondencias textuales que nos permitan establecer el origen de las imágenes analizadas, y valorar en qué medida éstas son resemantizadas en el discurso lírico.

**Palabras clave:**

Conocimiento científico medieval; Lírica italiana; Análisis literario

**Abstract:**

The presence of scientific knowledge in Italian lyric poetry from the Middle Ages has traditionally been studied in a rather partial and isolated manner. Our project responds to the need of an ordered and systematic framework which enables us to cast an overview of the influence of scientific knowledge in Italian lyric poetry from the Middle Ages upon the basis of the analysis of naturalistic images referred to animals, plants, precious stones, and alchemical and medical procedures. These five categories correspond to five disciplines whose development in the Middle Ages is codified in different theoretical treatises: bestiaries, lapidaries, herbaria, alchemical *compendia* and medical treatises. We will examine these in search of textual correspondences which might allow us to identify the origin of the images and establish how they are resemantised in the context of the lyrical discourse.

**Keywords:**

Medieval scientific knowledge; Italian lyric poetry; Literary analysis

### I. INTRODUCCIÓN. TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGÍA Y ESPACIO.

En lo que a la actividad científica se refiere, la Edad Media es un período tradicionalmente considerado oscuro y estéril, durante el cual el desarrollo de las disciplinas científicas parece brillar por su ausencia. Esta tendencia historiográfica se ha ido superando a medida que ha ganado terreno la demostración de que la actividad de los primeros científicos medievales constituye la base sobre la que, siglos más tarde, se construirán los fundamentos del método científico premoderno.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A lo largo de nuestro estudio nos referiremos en numerosas ocasiones a la «ciencia» y el «saber científico». Naturalmente, con estos términos tratamos de establecer paralelismos entre categorías que no pueden entenderse tal y como se presentan en el esquema epistemológico contemporáneo, sino en las coordenadas medievales, en las que no constituyen un equivalente exacto. Del mismo modo, los «tratados científicos» que mencionamos no eran concebidos como tales en el momento de su

Uno de los movimientos culturales más representativos del período medieval es el enciclopedismo del siglo XII. Éste es posible, en gran medida, gracias a las dos grandes corrientes de traducción que subyacen al paisaje intelectual del Occidente europeo a partir del siglo XII: la que vierte al latín el saber heredado de la Grecia antigua y clásica, y la que permite la entrada en Europa de las obras de los grandes sabios árabes.

Apoyados sobre las columnas del aristotelismo revisitado por Averroes y las reinterpretaciones cristianas de las doctrinas de la filosofía natural<sup>2</sup>, los diferentes saberes (pre)científicos alcanzan así su momento de mayor esplendor entre los siglos XII y XIV. Este momento de fuerza de las disciplinas científicas va ligado no sólo al redescubrimiento de los textos y la reactivación de las líneas de transmisión de las obras de la Antigüedad grecolatina, sino también a la llegada a Europa del conocimiento procedente de los centros de cultura orientales: desde un punto de vista intelectual, el renacimiento del siglo XII constituye el punto de inflexión gracias al cual fue posible la transformación intelectual de Europa.

Esta profunda revitalización del conocimiento científico no pasa inadvertida en el ámbito de las artes, pues también el estudio de las disciplinas humanísticas toma en este momento un impulso renovado. La nueva actitud de los sabios, que a través de sus experiencias tratan de aprehender las causas y efectos que rigen la existencia humana, lleva aparejada un modo nuevo de acceder al conocimiento del mundo y, por tanto, de una actitud de observación original.

En este contexto se insertan las obras teóricas que constituyen el primer eje de estudio de nuestro proyecto, esto es, los principales tratados pertenecientes a las disciplinas científicas naturales: bestiarios, lapidarios, herbarios, tratados alquímicos y tratados médicos. La evolución de la consideración del saber científico va ligada inevitablemente a un cambio de perspectiva que afecta a todas las disciplinas intelectuales. En nuestro caso, el papel desempeñado por el conocimiento de las ciencias en la construcción del discurso lírico que domina la producción poética – particularmente durante la Baja Edad Media – se revela determinante. Por ello, el segundo eje del proyecto es el análisis de las imágenes tomadas de las disciplinas científico-naturales presentes en el discurso poético.

Las coordenadas geo-culturales descritas hasta aquí nos permiten situar nuestro objeto de estudio entre los siglos XI y XIV. En este fecundo contexto europeo, la situación del área italiana es particularmente floreciente: tras haber entrado en contacto en un momento muy temprano con las más diversas corrientes culturales, conocidas en un primer momento gracias a la actividad intelectual favorecida por el mecenazgo de la corte de Federico II y difundidas más tarde en los grandes centros universitarios<sup>3</sup>, las tierras italianas se benefician de un acceso privilegiado al saber científico. Esta exposición a las doctrinas de la filosofía natural y, en general, a las disciplinas científicas resultará determinante en la configuración de una literatura netamente intelectual y áulica, en la que las influencias cultas son evidentes. Esta característica definitoria, que la lírica italiana presentaba ya desde sus orígenes, con los grandes autores de finales del siglo XIII y principios del XIV convierte la poesía en el vehículo de un mensaje literario que, paralelamente, funciona como instrumento para la difusión de un nuevo sistema epistemológico.

Este interés por reflejar en la poesía el saber adquirido en los tratados implica, en la práctica, una utilización profusa de imágenes, metáforas y comparaciones de naturaleza científica en las composiciones poéticas. Este uso, además, evoluciona a medida que lo hace el propio conocimiento científico: a medida que se desarrollan las nuevas doctrinas filosófico-científicas, cambiará también su representación en la literatura, de tal modo que una imagen utilizada por un poeta como Giacomo da Lentini, profundamente ligado a la influencia de la

---

composición, pero nos servimos de esta etiqueta para referirnos de modo más o menos inequívoco a las obras en las que se compilaba todo el conocimiento sobre los fenómenos del mundo disponible en la época.

<sup>2</sup> Particularmente esclarecedor resulta el estudio de Edward Grant, *The Foundations of Modern Science in the Middle Ages* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996).

<sup>3</sup> Para un análisis detallado de la contribución de los grandes sabios adscritos a estas universidades, y del ambiente general de intercambio de saberes, *vid.* Fulvio delle Donne, *La porta del sapere: cultura alla corte di Federico II di Svevia* (Roma: Carocci, 2019).

dialéctica trovadoresca, no podrá en ningún caso tener el mismo valor en la poesía de Dante, portaestandarte de un contexto intelectual totalmente diferente.

## II. ESTADO DE LA CUESTIÓN.

A pesar del gran valor del saber científico en la lírica italiana, la crítica se ha ocupado de ella sólo de manera parcial, y más desde el punto de vista cuantitativo que cualitativo. De las antologías principales que recogen la producción poética italiana hasta el siglo XIV, sólo la publicada en la serie *I Meridiani*<sup>4</sup> y la de Segre y Ossola<sup>5</sup> ofrecen una edición comentada de todas las composiciones, mientras que el *CLPIO*<sup>6</sup> únicamente estudian el contenido de una selección reducida de poemas. Tanto Panvini<sup>7</sup> como Contini<sup>8</sup> se limitan a establecer el texto crítico y mencionar, en algunos casos, las posibles relaciones intertextuales, sin entrar en el contenido de las composiciones. Esta ausencia puede justificarse a través de la propia historia de la crítica literaria, aunque no deja de sorprender que, en los casos en que sí se recogen las fuentes textuales de las que podrían proceder algunas imágenes naturalísticas, éstas sean exclusivamente latinas o griegas, y no tomadas de los tratados medievales.

Tampoco el estudio de los tratados científicos de los que proceden las imágenes presentes en la poesía resulta suficiente, pues la relación entre ambas esferas ha sido siempre tratada de manera parcial. Una de las obras más recientes en las que se menciona es *Bestiari tardoantichi e medievali*<sup>9</sup>, en la que el autor la relaciona con el surgimiento del género del bestiario de amor; cabe destacar también el canónico *Sources of the beast similes in the Italian lyric of the thirteenth century*<sup>10</sup>, superado metodológicamente pero aún relevante por su contenido. En el ámbito del bestiario, los estudios más acordes a nuestra perspectiva son casi exclusivamente artículos sobre elementos concretos, como *Lingue della scienza e scuola poetica siciliana*<sup>11</sup>, en el que se trata de manera más o menos particularizada la figura del basilisco; o *Il 'bestiario d'amore' della scuola poetica siciliana. Anticipazioni da un glossario del lessico animale (con analisi delle fonti)*, en el que se presenta una lista de todos los casos en que se menciona un animal en la lírica siciliana.<sup>12</sup>

El otro ámbito científico más estudiado en relación con la producción literaria es el de la medicina, con dos obras fundamentales que se ocupan, en concreto, de la representación de la enfermedad de amor en la poesía: *La malattia d'amore dall'antichità al Medioevo*<sup>13</sup>, de carácter general, y *Fisiologia della passione. Poesia d'amore e medicina da Cavalcanti a Boccaccio*<sup>14</sup>, fundamental para la comprensión de la evolución ideológica de los grandes poetas italianos a través de su reinterpretación literaria de las doctrinas fisiológico-filosóficas.

Por lo que respecta a la botánica y la mineralogía, el estudio de su presencia en la poesía italiana se limita a algunas notas al pie de las composiciones, con la excepción de estudios

<sup>4</sup> Roberto Antonelli, Costanzo di Girolamo y Rosario Coluccia, dirs., *I poeti della scuola siciliana*, 3 vols. (Milán: Mondadori, 2008).

<sup>5</sup> Cesare Segre y Carlo Ossola, dirs., *Antologia della poesia italiana*, 8 vols. (Turín: Einaudi, 1997).

<sup>6</sup> Silvio d'Arco Avalle, *Concordanze della lingua poetica italiana delle Origini* (Milán-Nápoles: Ricciardi, 1992).

<sup>7</sup> Bruno Panvini, *Le rime della scuola siciliana*, 2 vols. (Florencia: Olschki, 1962).

<sup>8</sup> Gianfranco Contini, *Poeti del Duecento* (Milán-Nápoles: Ricciardi, 1960).

<sup>9</sup> Francesco Zambon, *Bestiari tardoantichi e medievali* (Milán: Bompiani, 2018).

<sup>10</sup> Milton Stahl Garver, "Sources of beast similes in the Italian lyric of the thirteenth century", *Romanische Forschungen* 21 (1908): 276-320, 320a-320f.

<sup>11</sup> Rosario Coluccia, Antonio Montinaro y Cristina Scarpino, "Lingue della scienza e scuola poetica siciliana", en *Lo scaffale della biblioteca scientifica in volgare (secoli XIII-XVI). Atti del Convegno (Matera, 14 – 15 ottobre 2004)*, ed. Rita Librandi y Rosa Piro, 19-46 (Florencia: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, 2006).

<sup>12</sup> Antonio Montinaro, "Il 'bestiario d'amore' della Scuola poetica siciliana. Anticipazioni da un glossario del lessico animale (con analisi delle fonti)", *Medioevo letterario d'Italia* 10 (2014): 9-30.

<sup>13</sup> Massimo Ciavolella, *La "malattia d'amore" dall'antichità al Medioevo* (Roma: Bulzoni, 1976).

<sup>14</sup> Natascia Tonelli, *Fisiologia della passione. Poesia d'amore e medicina da Cavalcanti a Boccaccio* (Florencia: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, 2015).

particulares sobre autores concretos, entre los que destaca *Alberto Magno, Dante e le pietre preziose. Una nota su ambra ed alabastro*.<sup>15</sup> La alquimia, en cambio, es tratada únicamente en el ya citado *CLPIO*.

A la luz de estas consideraciones, nuestro estudio tratará de establecer la importancia de estas referencias al mundo natural en el discurso poético italiano, concentrándose en dos aspectos principales: por una parte, la fuente de la que proceden las imágenes de naturaleza científica, y las hipotéticas modificaciones a las que los sucesivos autores someten la imagen para adaptarla al discurso lírico; y por otra, su significado, valor poético y relevancia en cada composición poética particular y, de manera más amplia, en la tradición a la que éstas pertenecen.

### III. OBJETO DE ESTUDIO

Nuestro análisis parte de la hipótesis de que la lírica italiana, en mayor medida que las demás líricas románicas debido a las circunstancias particulares en que nace y se desarrolla, se convierte en depositaria de un amplio conjunto de saberes y reflexiones que van más allá del mero recurso literario, transformándose así en el auténtico reflejo de las inquietudes intelectuales de cada época.

Como acabamos de ver, la tradición de los estudios románicos italianos ha estudiado la influencia del saber científico en la producción lírica de manera más bien parcial y aislada. Aunque existen importantes análisis sobre la obra de un autor o sobre una disciplina particular (principalmente, la zoología de los bestiarios)<sup>16</sup>, es notable la ausencia de estudios de conjunto como los existentes en el ámbito de la lírica occitana o francesa. Nuestro proyecto responde, por tanto, a la necesidad de ofrecer un cuadro ordenado y sistemático a través del cual será posible analizar esta influencia de manera orgánica. No obstante, nuestro análisis no se limita a un estudio superficial o meramente comparativo de las formas, pues adoptamos una perspectiva en la que las imágenes son estudiadas no sólo en su carácter de dispositivo estilístico, sino también prestando atención a la conexión que se establece entre su uso en la poesía y el contexto general de desarrollo de las disciplinas científicas. Las representaciones de animales, plantas, piedras preciosas, etc. son analizadas tanto desde el punto de vista textual, con especial atención a las fuentes de las que pueden proceder, como conceptual y simbólico, con el objetivo de establecer su significado como elemento integrante de una composición poética y, a su vez, de relacionar el texto literario con la realidad en que es creado.

La pregunta principal a la que tratamos de dar respuesta con este estudio es en qué medida el recurso a las disciplinas naturales desempeña un papel fundamental en la creación del mensaje poético en el contexto de la poesía italiana desde sus orígenes hasta el siglo XIV. Esta perspectiva nos lleva a adoptar un método de análisis que tiene en cuenta: i) El recorrido ideológico de la imagen, desde su descripción en un tratado científico y a través de las sucesivas reutilizaciones poéticas; ii) Las modificaciones que presenta a lo largo de este recorrido, que pueden conllevar cambios formales, de sentido o de valor poético; y iii) Las repercusiones que la revalorización del saber científico pueda tener en la manera en que los autores acceden al conocimiento de las disciplinas naturales.<sup>17</sup>

A modo de ejemplo, podríamos tomar la representación de la fuerza del amor a través de la imagen de la atracción que un imán ejerce sobre el hierro: utilizada en numerosas ocasiones

<sup>15</sup> Elsa Filosa, “Alberto Magno, Dante e le pietre preziose. Una nota su ambra ed alabastro”, *Dante Studies* 122 (2004): 173-180.

<sup>16</sup> Vid. *L'uomo di fronte al mondo animale nell'Alto Medioevo. Atti della XXXI Settimana di studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo* (7-13 aprile 1983) (Spoleto: CISAM, 1985).

<sup>17</sup> La recuperación de la tradición manuscrita es fundamental como origen de este fenómeno, tal y como sostienen Callebat y Desbordes (Louis Callebat y Olivier Desbordes, *Science antique. Science médiévale* (Hildesheim-Zúrich-Nueva York: Olms-Weidmann, 2000) o Albertazzi (Marco Albertazzi, *Encyclopédie médiévale: storia e stile di un genere* (Lavis: La Finestra, 2008). Para una visión de conjunto de la situación italiana, vid. Zambon, *Bestiari....*

en la tradición lírica románica en general, y en la italiana en particular, esta metáfora está presente en composiciones de Guido delle Colonne (*Ancor que l'aigua per lo foco lassi*), Maestro Francesco (*Lo vostro partimento, dolce spene*) y Guido Guinizelli (*Madonna, il fino amor ched eo vo porto*), entre otros. El hecho de que estos tres autores, pertenecientes a la Escuela siciliana, a la corriente sículo-toscana y al *Dolce Stil Novo*, respectivamente, hagan uso de una misma imagen tópica no debe llevarnos a pensar que su valor permanezca invariable: naturalmente, cada uno de los usos de esta imagen está sujeto a condicionamientos intelectuales variables, determinados por el contexto cultural de cada uno de los autores y sus propias inclinaciones estilísticas. De este modo, la referencia a la acción del imán, que en el caso de Guido delle Colonne se podría atribuir a una influencia intertextual o a la imitación de un modelo precedente, en la obra de Guinizzelli, aun manteniendo la identidad original de la imagen en la que se inspira, adquiere un sentido existencial y se resemanticiza con el fin de dar voz a un nuevo sentir poético, en línea con la evolución ideológica y conceptual que, en términos poéticos, señala el paso de la Escuela siciliana al *Dolce Stil Novo*.

#### IV. METODOLOGÍA Y ESTRUCTURA PROVISIONAL DE LA TESIS

Por lo que respecta a la metodología, trataremos de compatibilizar dos tradiciones críticas en apariencia opuestas, dando así sentido al marco doble que impone la cotutela: por una parte, la tradición filológica italiana, que prima los aspectos textuales de identificación de testimonios y elaboración de sistemas genealógicos que expliquen la configuración del texto y las variantes que éste presenta a lo largo de la tradición; y por otra, la tradición hermenéutica francesa, basada en el análisis del contenido del texto y la interpretación de su valor literario.

Para ello, hemos optado por una división bipartita de la tesis, que se articulará en dos grandes apartados:

i) Lista de formas: siguiendo un sistema de fichas lexicográficas, presentamos todas las ocurrencias de elementos relevantes encontradas en el corpus de composiciones líricas estudiado. Estos lemas van acompañados de todos los datos necesarios para su localización en la fuente, tal y como se recoge en los siguientes ejemplos:

AUTORE	ELEMENTO	TITOLO	No. COMPOSIMENTO	CONTESTO ESTESO	VERSI	TIPO	EDIZIONE
AnSic	basilisco	Ai meve lasso!, lo penzier m'à vinto	23 [LirIO 811.1]	Se lad'ò e blasmo tua potenza, Amore, / pessimo domonio vivo incarnato, / che tua virtù commetti pur in danno / ed in afanno - di ciascun riposo, / parmi non fallo, ma seguo dritore; / e, chi 'l contrasta, eo sono aparigliato / a discovrirtre, pessimo tiran	25-34 (33)	canzone	Fratta/Gualdo
BonOrb	rame	Lo gran pregio di voi sì vola pari	son. 19 [LirIO 264.4]	Lo gran pregio di voi si vola pari / che fa dispàri - ad ogni altro del mondo; / qualunqu'è quel ch'avanti a voi si pari / è pari - come rame a l'oro mondo.	1-4 (4)	sonetto	Menichetti B
ChiarDav	alchimia	Lo dragone regnando pur avampa	son 43 [LirIO 260.1]	Lo dragone regnando pur avampa, / né greve intenza alcuna no gli è punta; / ver' la spos[s]ata possa quasi giunta / diverso intendimento ch'ognor lampa: / manto saber per argomento campa / e per lungo avisar, che par di giunta / per altrui voglia alegrì cor e giunta; / agio e tempo [ad] alter loco v'arampa. / Ma dritto il pel di corno l'onore porta, / tien fermo poi, suo contrari fug[g]endo, / e la divina possa no va corta: / e cui ne duole va il core pungendo, / perché la fiam[m]a al gran foco s'amorta, / a la pr[r]edetta profezia giungendo.	1-14	sonetto	Menichetti D
GiacLent	zaffiro	Amor non vole ch'io clami	4 [LirIO 90.1]	Per zo l'amore m'insegna / ch'io non guardi a l'antra gente, / non vuol ch'io resembli a scigna / ch'ogni viso tene mente; / e per zo, madonna mia, / a voi non dimanderia / merzede né pietanza, / che tanti son li amatori / ch'este 'scita di savori / merzede per troppa usanza. In quel bel viso ch'i sospiro et bramo, / fermi eran li occhi desiosi e 'ntensi, / quando Amore porse, quasi a dir "che pensi?", / quella honorata man che second'amo. / Il cor, preso ivi come pesce a l'amo, / onde a ben far per vivo exemplo viensi, / al ver non volse li occupati sensi, / o come novo augello al visco in ramo.	11-20 (13)	canzone	Antonelli
Petrarca	vischio	In quel bel viso ch'i sospiro et bramo	257 [LirIO 321.1]		1-8 (8)	sonetto	Savoca

A esta primera parte corresponden las secciones 1 y 2 del trabajo, que, juntas, constituyen la fase de recolección de datos: 1) Identificación de las referencias a las disciplinas naturales presentes en la lírica italiana de los orígenes al siglo XIV; y 2) Identificación de las fuentes de estas imágenes en los tratados científicos.

ii) Análisis de las formas: una vez recogidas todas las ocurrencias, se procede a la selección de las referencias en función de su potencial de estudio. Este criterio implica que, para cada disciplina, la metodología de análisis será ligeramente diferente a las demás. Tomemos como ejemplo las referencias a los animales y a las piedras preciosas:

a.- Animales: se ha elegido un animal cuya presencia en el corpus sea lo suficientemente abundante y amplia en términos cronológicos como para poder estudiar la evolución de la imagen y los posibles cambios en su significación simbólica. En nuestro caso hemos escogido el basilisco, que estudiamos en todos los casos en que aparece. Este estudio de la presencia de una figura en la totalidad del corpus nos permite tratar aspectos particulares de la imagen concreta de la que nos ocupamos, al mismo tiempo que abre la puerta a consideraciones generales sobre el objeto de estudio en su conjunto (reutilización de imágenes altamente connotadas en contextos nuevos; concepto de animal real, fabuloso y monstruoso en el bestiario medieval, evolución de las imágenes de origen natural, etc.).

b.- Piedras preciosas: en el caso de la mineralogía, en cambio, centramos el análisis en tres autores, Giacomo da Lentini, Nicolò de' Rossi y Petrarca, que mencionan piedras preciosas en algunas de sus composiciones. El criterio de selección es inverso al anterior, pues nos centramos en la composición en lugar del elemento. La adopción de este criterio se basa en la hipótesis de que entre los tres autores se establece un diálogo intertextual que nos permite trazar el recorrido de un grupo de imágenes que aparecen por primera vez en un poema de los inicios de la lírica italiana y son retomadas, siglos después, en una correspondencia casi exacta.

A esta parte corresponden las fases 3 y 4, de análisis de los datos recogidos: 3) Estudio de la función y el sentido literal y simbólico de las referencias escogidas; y 4) Contextualización histórico-cultural de las referencias identificadas, con el fin de reconstruir la evolución de su significado y valor simbólico a lo largo de la tradición y teniendo en cuenta los puntos de contacto y de divergencias entre los diferentes autores y escuelas o corrientes poéticas. Con el objetivo de presentar los resultados de manera orgánica, hemos organizado la descripción de los contenidos de acuerdo con el siguiente índice provisional:

## **I. Presentación**

I.1. Resumen / *Sommaire / Abstract*

I.2. Introducción

- I.2.1. Presentación de la investigación
- I.2.2. Hipótesis de trabajo
- I.2.3. Objetivos de investigación
- I.2.4. Metodología

## **II. Lemario**

II.1. Lemario de las formas seleccionadas

- II.1.1. Criterios de selección
- II.1.2. Fuentes y configuración del *corpus*
- II.1.3. Lemario

## **III. Introducción al análisis: el conocimiento científico en la Edad Media**

III.1. El conocimiento científico en la Edad Media

- III.1.1. Definición de «conocimiento científico»
- III.1.2. La tratadística medieval

III.1.2.1 El conocimiento enciclopédico y las compilaciones científicas en el Occidente medieval

III.1.2.2. Delimitación y consideración de las ciencias naturales

III.1.2.3. De la Alta Edad Media a la Baja Edad Media. Evolución del conocimiento científico de las primeras encyclopedias a la nueva perspectiva científica tras el renacimiento del siglo XII

III.2. El conocimiento científico en la tradición italiana

- III.2.1. Fuentes de la tratadística en el área italiana
- III.2.2. Tratados y compilaciones científicas del área italiana

## **IV. Análisis: estudio de los textos**

IV.1. Presentación del análisis

- IV.1.1. Metodología: selección de *case studies*
- IV.1.2. Criterios de selección de los casos de estudio

IV.2. La zoología de los bestiarios

- IV.2.1. La tradición de los bestiarios en el Occidente europeo
- IV.2.2. La tradición de los bestiarios en el área italiana
- IV.2.3. Un caso de estudio: el basilisco

- Estatuto científico de los bestiarios
- Zoología y exégesis
- Estatuto ontológico del animal. El monstruoso medieval

- Los bestiarios en la lírica: *status quæstionis*
- Nuevas perspectivas en los bestiarios: hacia una visión científica

#### IV.3. La reinterpretación de la botánica

IV.3.1. Estatuto científico de la botánica en la Edad Media

IV.3.2. Botánica y alegoría cristiana

IV.3.3. Tres casos de estudio: el lirio, la margarita, *cogliere il frutto*

#### IV.4. Alquimia y metalurgia

IV.4.1. La alquimia en la Europa occidental

IV.4.2. La alquimia y la metalurgia como disciplinas científicas

IV.4.3. El *opus* y la purificación del alma a través del amor cortés. Relación de la alquimia latina con la alquimia árabe

IV.4.4. Dos casos de estudio: referencias a la alquimia y simbología de los metales «impuros»

#### IV.5. La mineralogía medieval, entre ciencia y exégesis

IV.5.1. Tradiciones en la representación de las piedras preciosas

IV.5.2. Un caso de estudio: diálogo entre Giacomo da Lentini, Nicolò de' Rossi y Petrarca

#### IV.6. Una “nueva” experiencia de la enfermedad de amor

IV.6.1. La fisiología del amor *hereos*. La medicina en la poesía

IV.6.2. Regreso a la paradoja del *dolor gioioso*. La lírica italiana y la tradición trovadoresca

IV.6.3. Un caso de estudio: referencias a la alegría amorosa

### V. Conclusiones

#### V.1. La representación del conocimiento científico en la lírica

V.1.1. Tendencias generales del conocimiento científico

V.1.2. Tensión entre la sociología cortés y la religión cristiana

#### V.2. Actitud lírica de los poetas ante el conocimiento científico

#### V.3. Reutilización del conocimiento científico en la poesía

### VI. Bibliografía

Una vez establecido el objeto de estudio, el cuadro temporal al que nos ceñimos va desde los primeros testimonios de la lírica italiana hasta su punto culmen: por su relevancia en la configuración del discurso poético en italiano y su contribución fundamental a la tradición románica y europea, que trasciende los límites del período medieval, establecemos el punto de partida en la producción de Giacomo da Lentini, en torno al segundo tercio del siglo XIII, y el de llegada en la obra lírica de Petrarca, que se extiende hasta la segunda mitad del XIV. A título indicativo, a continuación destacamos los autores principales que constituyen el corpus, agrupados en función de las distintas corrientes poéticas a las que se asocian:

- Escuela siciliana: Giacomo da Lentini, Guido delle Colonne, Pier della Vigna, Stefano Protonotaro, Jacopo Mostacci, Federico II, Giacomino Pugliese, Mazzeo di Ricco da Messina, Re Giovanni, Odo delle Colonne, Percivalle Doria, Filippo da Messina y Iacopo, así como los sonetos y canciones anónimos recogidos por la tradición.

- Poesía sículo-toscana: Guittone d'Arezzo, Bonagiunta Orbiccianni, Neri de' Visdomini, Lunardo del Guallacca, Nocco di Cenni di Frediano, Ciuccio, Ciolo de la Barba di Pisa, Carninio Ghiberti, Pietro Morovelli, Guglielmo Beroardi, Brunetto Latini, Bondie Dietaiuti, Maestro Francesco, Pucciandone Martelli, Inghilfredi, Arrigo Baldonasco, Dante da Maiano, Monte Andrea, Maestro Rinuccino, Chiaro Davanzanti, Bartolino Palmieri y Auliver, así como otras composiciones anónimas.

- Poesía didáctica: *Prouerbia super natura seminarum* (anónimo veneto), Girardo Patecchio, Uguccione da Lodi, Giacomino da Verona y Bonvesin de la Riva.

- *Dolce Stil Novo*: Guido Guinizzelli, Guido Cavalcanti, Lapo Gianni, Dino Frescobaldi, Cino da Pistoia y Amico di Dante.

- Dante Alighieri: *Rime* y *Vita Nova*.

- Petrarca: *Rerum vulgarium fragmenta*.

Nuestro trabajo se articula en las siguientes fases:

- i) Definición del corpus de estudio: a) Poesía italiana desde los orígenes hasta el siglo XIV; y b) Tratados científicos pertenecientes a las disciplinas seleccionadas (zoología – bestiarios, botánica – herbarios, mineralogía – lapidarios, alquimia y medicina).
- ii) Compilación de un repertorio de imágenes de inspiración natural, organizados por tipología.
- iii) Identificación de las relaciones intertextuales que se establecen entre las diferentes composiciones, con el objetivo de analizar las posibles modificaciones experimentadas por las imágenes en cuestión.
- iv) Análisis detallados de las referencias de acuerdo con la metodología anteriormente expuesta y elaboración de las respuestas a las preguntas de investigación e hipótesis inicialmente formuladas.

## V. AVANCE DE RESULTADOS OBTENIDOS: PRIMERAS CONCLUSIONES

Por el momento, hemos lematizado en torno al 10% de las ocurrencias del corpus, que ascienden a más de 2.000. De este total, que constituye el material en bruto, se han seleccionado las formas que resultasen más relevantes de acuerdo con criterios de representatividad, originalidad y relevancia para el establecimiento de relaciones intertextuales. Una vez seleccionadas, se ha procedido a la lematización sistemática de las formas, cerca de doscientas. Este corpus reducido ha sido sometido a una segunda criba, que ha permitido obtener el corpus definitivo sobre el que se realizará el análisis, compuesto por unas ochenta formas. De este modo, la primera sección de la tesis se encuentra ya en un estadio cercano a la finalización.

Un estudio preliminar de los contextos y usos de cada forma ha arrojado ya resultados de gran interés, que será necesario confirmar o rechazar a través de un análisis más profundo, pero permiten ya esbozar las siguientes consideraciones preliminares:

- Existe una diferencia fundamental en la actitud de los autores líricos hacia el conocimiento científico en función de su situación cronológica: mientras los autores de la escuela siciliana (siglo XIII, origen de la poesía italiana) se muestran más apegados a la tradición naturalística desarrollada en los tratados teóricos, los autores posteriores parecen alejarse de estas doctrinas más o menos «canónicas», sometiendo las imágenes de origen natural a una alegorización mayor y añadiéndoles significados simbólicos más variados.

- La reinterpretación del saber científico en clave poética depende, en gran medida, de la disciplina: la zoología de los bestiarios, la botánica y la mineralogía son representadas desde una óptica que puede ser más o menos científica o estar más o menos influida por la reinterpretación cristiana, las teorías de la filosofía natural, etc. Las imágenes que proceden del ámbito de la enfermedad de amor, en cambio, presentan un grado de subjetividad individual que no se encuentra en las demás: los poetas recurren a la doctrina médica y la descripción de síntomas fisiológicos para describir el sufrimiento psicológico y físico provocado por la no correspondencia amorosa, el engaño o el abandono desde un punto de vista fundamentalmente individual. Nuestra hipótesis de base es que esta presencia más evidente de un yo lírico que expresa su lamento de amor de acuerdo con un canon teórico se relaciona con el fenómeno de creciente individualización de la experiencia poética que caracteriza la poesía italiana principalmente a partir del *Stil Novo*. Las imágenes tomadas de las demás disciplinas serían así reutilizadas como figuras literarias más o menos tópicas, mientras que las procedentes de los tratados médicos funcionarían como vehículo de una sensibilidad más individualizada.

- De manera general, todas las disciplinas salvo la medicina presentan dos vertientes de análisis: una que tiende hacia un proto-cientifismo que en cierta medida abre el camino al advenimiento del método moderno, y otra, heredera de los métodos de la exégesis cristiana. Tomemos como ejemplo la mineralogía, y concretamente la descripción del berilo: de una parte, encontramos la descripción de sus virtudes y propiedades, base de los lapidarios de orientación «científica» (el *De lapidibus* de Marbodo; el *De virtutibus lapidum*, atribuido a

Damigerón y el mítico rey Evax; el *Lapidaire alphabétique*, atribuido a Philippe de Thaon; el *Lapidaire apocalyptique* o el *Lapidario* de Alfonso X); de otra, su interpretación como símbolo del bautismo, el advenimiento de la edad gozosa de la Resurrección o la llama de la caridad, elementos que corresponden a la interpretación que hace la doctrina cristiana de los elementos del mundo natural (el *Lapidaire chrétien* o lapidario contenido en el *Bestiaire* de Philippe de Thaon). Esta dualidad se observa en gran parte de los elementos estudiados, aunque no sólo un estudio profundo de cada caso nos permitirá establecer con más seguridad hasta qué punto se trata de una tendencia general o sólo aplicable a una parte de la tradición.

Una vez expuestos todos estos aspectos, podemos concluir que con nuestro trabajo esperamos llenar el vacío existente en la tradición de los estudios románicos por lo que respecta a la influencia de disciplinas no literarias en la configuración del discurso poético. Tratamos de ofrecer una visión de conjunto lo suficientemente amplia como para demostrar la gran relevancia del saber científico en la constitución de la *forma mentis* medieval.

Nuestro análisis se basa en una consideración de la literatura como instrumento de recepción activa de corrientes de pensamiento, de cultura y de conocimientos. Dado que en el mensaje lírico se encuentra la expresión articulada de los contenidos que conforman la realidad cultural de una sociedad, con el presente estudio nos proponemos demostrar en qué medida la tradición poética italiana toma y reinterpreta un saber procedente de las disciplinas científicas naturales integrándolas en un canto poético que, con el devenir de los siglos, se convertirá en una de las expresiones más representativas de la cultura europea.